



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

SAMARA TALITA VIEIRA GONÇALVES

SEXUALIDADE, GÊNERO E SUBJETIVAÇÃO:
A PRODUÇÃO DISCURSIVA DO FEMININO
NA PSICANÁLISE FREUDIANA (1905–1933)

SAMARA TALITA VIEIRA GONÇALVES

**SEXUALIDADE, GÊNERO E SUBJETIVAÇÃO:
A PRODUÇÃO DISCURSIVA DO FEMININO
NA PSICANÁLISE FREUDIANA (1905–1933)**

Trabalho de Dissertação apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em História Social
da Universidade Estadual de Londrina - UEL,
como requisito parcial para a obtenção do título
de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo dos Santos Oliva

Londrina
2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

G635s Gonçalves, Samara Talita Vieira.
SEXUALIDADE, GÊNERO E SUBJETIVAÇÃO: : A PRODUÇÃO DISCURSIVA DO FEMININO NA PSICANÁLISE FREUDIANA (1905–1933) / Samara Talita Vieira Gonçalves. - Londrina, 2026.
114 f.

Orientador: Alfredo dos Santos Oliva.
Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2026.
Inclui bibliografia.

1. Psicanálise - Tese. 2. Feminino - Tese. 3. Gênero - Tese. 4. Subjetivação - Tese. I. dos Santos Oliva, Alfredo. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

CDU 93

SAMARA TALITA VIEIRA GONÇALVES

**SEXUALIDADE, GÊNERO E SUBJETIVAÇÃO:
A PRODUÇÃO DISCURSIVA DO FEMININO
NA PSICANÁLISE FREUDIANA (1905–1933)**

Trabalho de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador Dr. Alfredo dos Santos Oliva
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Dr. Marcos Alexandre Gomes Nalli
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Dra. Marli Machado de Lima
Universidade Norte do Paraná - UNOPAR

Londrina, 13 de abril de 2026.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Alfredo, pela generosidade, pela confiança e pela orientação, bem como pelo apoio em momentos decisivos para além do âmbito acadêmico, sem os quais este trabalho não teria sido possível.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS), pela acolhida e pela abertura ao diálogo interdisciplinar, fundamentais para a realização desta pesquisa, especialmente considerando minha formação de origem no campo da Psicologia.

À banca examinadora, pela leitura atenta e pelas valiosas contribuições. À professora Marli Machado, pelas interlocuções fecundas a partir de sua experiência com a psicanálise e por ter indicado caminhos possíveis após a conclusão deste trabalho; e ao professor Marcos Nalli, pela atenção, pelo rigor e pela generosidade com que conduziu o exame de qualificação, cujas intervenções orientaram desdobramentos fundamentais desta pesquisa.

Aos colegas de clínica e amigos Laiane, Tamires e Pedro, pela escuta, pelo incentivo e pela constante disponibilidade para dialogar sobre as dores e delícias deste percurso.

À minha analista, cuja escuta tornou possível sustentar o lugar a partir do qual escrevo: não o da neutralidade, mas o de uma posição de borda, crítica e fecunda, em relação à psicanálise. Por ter demonstrado, na prática, que é possível articular psicanálise e crítica sem que uma reduza a outra.

A Moisés e Sandra, cuja formação humana constitui o chão sobre o qual caminho, quaisquer que sejam os rumos que eu tome. À Vanessa, por ter me mostrado que outros lugares eram possíveis.

Ao Cris, pela presença amorosa, pela paciência e pelo espaço oferecido para que eu pudesse florescer e criar raízes mais robustas, mesmo quando isso significou muitos fins de semana dedicados ao trabalho e ao estudo.

Aos analisandos que acompanho, que tornam possível a experiência analítica e me ensinam, continuamente, o que implica sustentar a posição de analista. Este trabalho também lhes deve parte de sua existência.

“Quando nossa experiência vivida da
teorização está fundamentalmente ligada a
processos de auto recuperação, de libertação
coletiva, não existe brecha entre teoria e
prática. Com efeito, o que essa experiência
mais evidencia é o elo entre as duas – um
processo que, em última análise é recíproco,
onde uma capacita a outra”

bell hooks

Às que vieram antes.

RESUMO

GONÇALVES, Samara Talita Vieira. **Sexualidade, gênero e subjetivação: A produção discursiva do feminino na psicanálise freudiana (1905–1933).** 2026. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2026.

Esta dissertação investiga a produção discursiva do feminino na psicanálise freudiana entre 1905 e 1933. Situada no campo da História Social e inspirada nas “precauções de método” de Michel Foucault, a pesquisa analisa as condições históricas de emergência das formulações psicanalíticas sobre a feminilidade, bem como as continuidades e deslocamentos presentes nesses discursos ao longo do período estudado. A dissertação se estrutura em dois movimentos principais. O primeiro estabelece o referencial teórico-metodológico a partir da analítica foucaultiana do saber, do poder e da subjetivação, em diálogo com teorias feministas e de gênero, especialmente Simone de Beauvoir, Luce Irigaray e Judith Butler. O segundo dedica-se à análise histórica e discursiva de textos freudianos, situando historicamente as formulações sobre a feminilidade e examinando as tensões entre a desnaturalização da sexualidade e a reinscrição de normatividades de gênero. Ao articular história, psicanálise e gênero, a pesquisa propõe uma leitura crítica de alguns dos discursos sobre o feminino, evidenciando seu caráter histórico, politicamente situado, bem como seus efeitos na produção de subjetividades e nas formas de inteligibilidade do feminino.

Palavras-chave: Psicanálise; Feminino; Sexualidade; Gênero; Subjetivação.

ABSTRACT

GONÇALVES, Samara Talita Vieira. **Sexuality, gender, and subjectivation: The discursive production of the feminine in freudian psychoanalysis (1905–1933).** 2026. Dissertation submitted to the Graduate Program in Social History – Center for Human Sciences, State University of Londrina. Londrina, 2026.

This dissertation investigates the discursive production of femininity in Freudian psychoanalysis between 1905 and 1933. Situated within the field of Social History and inspired by Michel Foucault's "precautions of method," the research analyzes the historical conditions underlying the emergence of psychoanalytic formulations on femininity, as well as the continuities and shifts present in these discourses throughout the period under study. The dissertation is structured around two main movements. The first establishes the theoretical and methodological framework based on the Foucauldian analytics of knowledge, power, and subjectivation, in dialogue with feminist and gender theories, especially those of Simone de Beauvoir, Luce Irigaray, and Judith Butler. The second is devoted to the historical and discursive analysis of Freudian texts, historically situating the formulations on femininity and examining the tensions between the denaturalization of sexuality and the reinscription of gender normativities. By articulating history, psychoanalysis, and gender, this research proposes a critical reading of certain discourses on femininity, highlighting their historical and politically situated character, as well as their effects on the production of subjectivities and on the forms of intelligibility of the feminine.

Key-words: Psychoanalysis; Feminine; Sexuality; Gender; Subjectivation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	HISTORIOGRAFIA, PSICANÁLISE E GÊNERO.....	17
2.1	QUESTÕES TEÓRICAS E PRECAUÇÕES DE MÉTODO A PARTIR DE FOUCAULT.....	17
2.1.1	<i>Do assujeitamento ao tornar-se sujeito</i>	<i>25</i>
2.2	QUE SUJEITO FEMININO?	39
2.2.1	<i>Da produção da diferença sexual ao gênero como tecnologia biopolítica</i>	<i>39</i>
2.2.2	<i>O gênero como categoria histórica e política</i>	<i>46</i>
2.2.3	<i>Judith Butler: entre gênero, psicanálise e subjetivação.....</i>	<i>52</i>
2.3	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS FONTES PRIMÁRIAS	62
3	O FEMININO NA HISTÓRIA DA PSICANÁLISE: PERSPECTIVAS FREUDIANAS.....	66
3.1	DO SINTOMA À “SUJEITA”: A SEXUALIDADE FEMININA ENTRE A CULTURA E CLÍNICA FREUDIANA	66
3.2	FEMINILIDADE NORMAL?	80
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
	REFERÊNCIAS.....	109

1 INTRODUÇÃO

A teoria ocupa, na psicanálise, um lugar de orientação da escuta e de sustentação do trabalho clínico. Entretanto, as questões relativas à diferença sexual, ao feminino e ao gênero constituem, desde o início do século XX, um campo de dissensos persistentes, continuamente debatidos, criticados e reformulados por psicanalistas e por teóricas feministas e de gênero, sem que se tenha produzido um consenso teórico ou clínico. Paralelamente, as profundas transformações sociais associadas à crescente participação das mulheres na esfera pública e ao deslocamento dos papéis de gênero intensificaram essas tensões, colocando em xeque referenciais construídos em outros contextos históricos. Coloca-se, assim, um problema fundamental: o que ocorre quando os quadros conceituais herdados já não permitem formular, nos mesmos termos, as questões que o presente faz emergir?

Não surpreende que as formulações freudianas tenham se tornado objeto de controvérsia, especialmente a partir de leituras críticas que passaram a interrogar a ideia de que, no inconsciente feminino, residiria uma inveja do pênis, assim como a associação da maternidade a um destino privilegiado da realização subjetiva da mulher. A apreensão dessas formulações exige situá-las no contexto histórico de sua produção e reconhecer sua complexidade conceitual, evitando tanto a rejeição sumária quanto a adesão acrítica.

Desde sua origem, as mulheres ocuparam um papel central na história da psicanálise, na medida em que, em um contexto médico e científico marcado pela hegemonia do paradigma biomédico, foram tomadas como principais interlocutoras clínicas a partir das quais Freud desenvolveu seus primeiros conceitos. A partir da escuta de pacientes diagnosticadas com histeria, mulheres cujos sintomas corporais não apresentavam causa orgânica identificável, Freud atribuiu estatuto clínico a manifestações frequentemente desqualificadas como “teatrais”, reconhecendo nelas expressões de sofrimento psíquico passíveis de interpretação. Essa escuta deslocou o foco das explicações exclusivamente fisiológicas e evidenciou a incidência da sexualidade e dos conflitos psíquicos na formação dos sintomas.

A abordagem freudiana da sexualidade, formulada em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*¹ (1905), representou uma ruptura decisiva com as concepções

¹ FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905). In: FREUD, Sigmund. **Obras**

médicas e morais vigentes. A pulsão deixou de ser compreendida como instinto biológico voltado à reprodução e passou a designar uma força situada na fronteira entre corpo e psiquismo, que se manifesta por meio de representações, afetos e fantasias. A sexualidade tornou-se, assim, elemento constitutivo da subjetividade. Essa transformação insere-se em um contexto histórico mais amplo no qual o sexo se tornou objeto privilegiado de discursos científicos e de práticas de regulação social, configurando um campo estratégico de produção de saber e de intervenção sobre os sujeitos.

Ao se dedicar mais diretamente à sexualidade feminina, especialmente em *A sexualidade feminina*² (1931) e *Feminilidade*³ (1933), Freud elaborou uma teoria que, embora inovadora, manteve o masculino como referência universal da subjetividade. O feminino aparece como percurso marcado pela falta e pela castração, constituído em relação a um modelo fálico erigido como norma. Tais formulações foram fundamentais para a inserção da experiência feminina na teoria psicanalítica, mas também contribuíram para a consolidação de uma matriz normativa da diferença sexual, amplamente revisitada e criticada ao longo do século XX.

Diversos autores e autoras retomaram e tensionaram essas formulações. Melanie Klein deslocou o eixo da sexualidade feminina ao enfatizar as fantasias inconscientes precoces e a relação com a mãe⁴; Karen Horney questionou a ideia de “inveja do pênis”, atribuindo o sentimento feminino de inferioridade a condições socioculturais⁵; Jacques Lacan reformulou a sexualidade em termos simbólicos, introduzindo a lógica do “não-todo” na sexualização⁶. Paralelamente, o debate reverberou intensamente nos estudos feministas e no campo do gênero. Pensadoras como Simone de Beauvoir, Luce Irigaray e Judith Butler formularam críticas à naturalização da diferença sexual, ora contestando a psicanálise, ora mobilizando seus conceitos

completas, volume 6: três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 13-172.

² FREUD, Sigmund. *Sobre a sexualidade feminina* (1931). In: FREUD, Sigmund. **Amor, sexualidade, feminilidade**, Organização de Ivan Corrêa e Márcio Seligmann-Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 285-312.

³ FREUD, Sigmund. *A feminilidade*. In: FREUD, Sigmund. **Amor, sexualidade, feminilidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 313-348.

⁴ KLEIN, Melanie. *Inveja e gratidão e outros trabalhos* (1946–1963). Rio de Janeiro: Imago, 1991, p. 176–178.

⁵ HORNEY, Karen. **Psicologia feminina**. Rio de Janeiro: Imago, 1991, p. 60–66.

⁶ LACAN, Jacques. **O seminário, livro 20: mais, ainda** (1972–1973). Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 71–78.

para pensar a constituição do sujeito.

O feminismo e os movimentos por direitos das populações LGBTQIA+ contribuíram decisivamente para deslocar concepções tradicionais de identidade e sexualidade, enfatizando a pluralidade das experiências e a dimensão histórica das normas de gênero. Esses processos evidenciam que a diferença sexual não constitui dado natural, mas campo de disputas simbólicas e políticas cujos efeitos se manifestam concretamente na vida social.

É nesse ponto que se inscreve o gesto central desta pesquisa. Em minha trajetória de formação acadêmica e clínica, deparei-me com dificuldades persistentes para articular gênero e psicanálise de maneira não redutora. Tais impasses não se configuram como questões individuais, mas como efeitos de um campo teórico atravessado por disputas, silenciamentos e hierarquizações internas, também observáveis em debates contemporâneos envolvendo classe, raça e decolonialidade. Diante disso, recorrer à história não se apresenta como simples contextualização, mas como operação crítica fundamental, em consonância com a perspectiva de Michel Foucault. A análise histórica permite tornar visíveis as condições de possibilidade que tornaram certos discursos pensáveis e legítimos, ao mesmo tempo em que outros foram marginalizados ou silenciados, evidenciando o caráter contingente das verdades produzidas sobre o feminino.

Nesse horizonte, o diálogo com Foucault constitui o eixo teórico-metodológico desta investigação. Inspirada na noção de ontologia do presente, a pesquisa interroga os discursos psicanalíticos não apenas em seu conteúdo, mas nos efeitos de poder que produzem e nos modos pelos quais participam da fabricação de subjetividades e da regulação dos corpos e dos prazeres.

No contexto sociopolítico contemporâneo, torna-se imperativo enfrentar, teórica e politicamente, as disputas em torno do gênero e da sexualidade. O cenário recente no Brasil pode ser compreendido como a emergência de movimentos reacionários, em grande medida articulados como resposta a processos de ampliação de direitos, de visibilidade e de revisão crítica da história nacional ocorridos nas décadas anteriores como as políticas de reconhecimento voltadas às mulheres, à população negra, indígena e LGBTQIA+, e iniciativas de reparação histórica. Essa reação tem se expressado em altos índices de violência de gênero: em 2024 o país registrou 1.492 feminicídios, uma média de aproximadamente quatro mulheres mortas por dia, o maior número desde a tipificação do crime, e, no primeiro semestre de 2025, já foram

contabilizados 718 feminicídios, além de quase 34 mil estupros de mulheres no mesmo período, configurando um quadro alarmante de violência baseada em gênero⁽⁷⁾⁽⁸⁾⁽⁹⁾. Além disso, a circulação de discursos misóginos na chamada machosfera digital, associada a movimentos como o “red pill”, tem sido apontada como um fator que legitima narrativas hostis contra as mulheres e contribui para a naturalização de práticas violentas, mobilizando resposta organizada de movimentos feministas nas ruas e nas redes¹⁰.

O Brasil segue liderando rankings internacionais de violência de gênero e contra pessoas LGBTQIA+, especialmente contra travestis e transexuais, que figuram há mais de uma década entre as principais vítimas de homicídio no mundo, conforme demonstram os relatórios da Associação Nacional de Travestis e Transexuais¹¹ e da Transgender Europe¹². No campo das relações de gênero, o cenário é igualmente alarmante: segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹³, apenas em 2023 foram registrados mais de 83 mil casos de estupro e 1.706 feminicídios, o maior número desde o início da série histórica. Esses dados evidenciam que a desigualdade de gênero e a transfobia não se limitam à esfera simbólica, mas produzem efeitos concretos e letais.

As consequências psíquicas desse cenário são devastadoras. Estudos recentes mostram taxas alarmantes de depressão, ansiedade e ideação suicida entre mulheres e pessoas trans, fortemente associadas ao estigma, à exclusão social e à

⁷ CNN BRASIL. **Feminicídio bate recorde no Brasil em 2024, diz estudo**. CNN Brasil, 24 jul. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/feminicidio-bate-recorde-no-brasil-em-2024-diz-estudo/>. Acesso em: 29 dez. 2025.

⁸ RÁDIO SENADO. **Mapa Nacional da Violência de Gênero aponta alta nos casos de feminicídio**. Conexão Senado, 03 set. 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/conexao-senado/2025/09/03/mapa-nacional-da-violencia-de-genero-aponta-alta-nos-casos-de-feminicidio>. Acesso em: 29 dez. 2025.

⁹ DATA SENADO. **Violência de gênero atinge 3,7 milhões de brasileiras**. Senado Federal, 24 nov. 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/11/24/datasenado-violencia-de-genero-atinge-3-7-milhoes-de-brasileiras>. Acesso em: 29 dez. 2025.

¹⁰ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência 2025**. Relatório, 2025. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/atlas-da-violencia-2025-ipea-fbsp-2025/>. Acesso em: 29 dez. 2025.

¹¹ ANTRA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. Brasília: ANTRA, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/>. Acesso em: 21 out. 2025.

¹² TRANSGENDER EUROPE – TGEU. **Trans Murder Monitoring 2024 Update**. Berlin: TGEU, 2024. Disponível em: <https://tgeu.org/files/uploads/2024/11/TGEU-TMM-TDoR2024-Table-2.pdf>. Acesso em: 21 out. 2025.

¹³ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2024**. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>. Acesso em: 21 out. 2025.

violência estrutural⁽¹⁴⁾⁽¹⁵⁾. O desmonte de políticas públicas de atenção psicossocial, como o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) e a rede de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), intensifica ainda mais esse quadro, restringindo o acesso a cuidados básicos e especializados e ampliando o sofrimento psíquico de populações já vulnerabilizadas. Nesse contexto, o adoecimento mental não pode ser compreendido apenas em sua dimensão individual, mas como sintoma de uma estrutura social que ainda se organiza segundo hierarquias de gênero e sexualidade.

O estudo também se ancora na prática clínica psicanalítica contemporânea, na qual se tornam evidentes os sofrimentos associados às normas de gênero e às orientações sexuais, frequentemente atravessados por experiências de inadequação, patologização e silêncio. Essas vivências motivam a busca por uma clínica situada, sensível às condições históricas e discursivas que atravessam cada sujeito.

A pesquisa adota um procedimento historiográfico qualitativo, baseado na análise documental e bibliográfica. Os textos de Freud são tratados como fontes históricas, examinadas a partir de suas condições de produção, circulação e legitimação. O objetivo não é reconstruir a coerência interna da teoria psicanalítica, mas compreender como determinados enunciados sobre o feminino puderam emergir e se consolidar como saber autorizado em um dado contexto.

Assim, a investigação inscreve-se no campo da História Social dos saberes, dialogando com abordagens que interrogam a constituição histórica dos discursos científicos e de seus objetos. A teoria feminista e os estudos de gênero funcionam como interlocutores críticos indispensáveis ao tensionarem a naturalização das categorias psicanalíticas e ampliarem a compreensão dos processos históricos de subjetivação feminina.

Neste trabalho, os termos feminino, feminilidade e subjetivação feminina não são compreendidos como categorias naturais, mas como construções históricas, discursivas e psíquicas. Feminino designa o conjunto de significações associadas ao que, em determinada cultura, é reconhecido como pertencente ao campo das mulheres; feminilidade refere-se aos modos de encarnar ou significar tais atributos;

¹⁴ SANTOS, Mariana de Oliveira; CARVALHO, Luana Pires; ALMEIDA, Pedro Henrique. **Saúde mental, gênero e vulnerabilidade social: um estudo sobre sofrimento psíquico em populações femininas e trans no Brasil.** Revista Brasileira de Psicologia e Sociedade, v. 36, n. 2, 2024, p. 45-62.

¹⁵ SILVA, Ana Paula da; LIMA, João Victor. **Determinantes sociais da saúde mental em mulheres e pessoas trans: uma análise interseccional.** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, 2023, p. 1-15.

subjetivação feminina diz respeito aos processos pelos quais sujeitos são constituídos como mulheres no interior de relações de poder e normas sociais.

O objetivo geral desta dissertação é investigar os discursos psicanalíticos sobre a subjetivação feminina, analisando de que modo tais formulações foram tensionadas e reformuladas por críticas contemporâneas às concepções normativas de sexo e gênero. Busca-se compreender como a psicanálise participou da constituição de regimes de verdade sobre o feminino e como esses enunciados podem ser reinterpretados no presente.

Especificamente, propõe-se:

- Contextualizar historicamente as formulações freudianas acerca da subjetivação feminina, situando-as nos regimes discursivos e nas condições históricas de possibilidade que as tornaram enunciáveis no início do século XX;
- Identificar continuidades, deslocamentos e rupturas no interior da teoria freudiana, examinando seus efeitos na consolidação de discursos hegemônicos sobre a feminilidade e na marginalização de outras experiências de subjetivação;
- Analisar as contribuições de Michel Foucault, Judith Butler, Simone de Beauvoir e Luce Irigaray em interlocução crítica com a psicanálise, a fim de problematizar as categorias de feminino, corpo e desejo para além das matrizes do binarismo sexual e da heteronormatividade;
- Explorar as implicações éticas e clínicas dessas reformulações para a escuta psicanalítica contemporânea, interrogando que práticas de subjetivação se tornam possíveis quando a diferença é pensada como campo de criação.

Parte-se da hipótese de que os discursos psicanalíticos sobre a feminilidade, ao mesmo tempo em que abriram espaço para a escuta das diferenças sexuais, contribuíram para a consolidação de uma gramática normativa do gênero. A análise desses discursos permitirá compreender tanto sua função na produção histórica dessa normatividade quanto as possibilidades de ressignificação que emergem de seus próprios impasses.

O trabalho organiza-se em dois capítulos analíticos. O primeiro apresenta o percurso teórico-metodológico, mobilizando os conceitos foucaultianos de discurso, saber-poder e subjetivação, em diálogo com teorias feministas e de gênero. O segundo dedica-se à análise dos textos freudianos como fontes históricas, investigando os enunciados sobre a subjetivação feminina e seus efeitos.

Ao articular história, psicanálise e teoria feminista, esta dissertação reconhece

que os conceitos psicanalíticos não constituem verdades atemporais, mas respostas situadas a problemas específicos, passíveis de reinterpretação à luz de novas condições históricas e teóricas. Enfrentar as tensões e os limites da psicanálise não implica descartá-la, mas permanecer com o problema, interrogando simultaneamente suas insuficiências e suas potências, isto é, recusar tanto o abandono quanto a promessa de soluções redentoras e sustentar as complexidades. Sustentar essa ambivalência pode ser compreendido como um gesto ético e político e, em certo sentido, também como uma posição radicalmente psicanalítica, na medida em que reconhece o mal-estar como dimensão constitutiva da existência. Assim, esta análise histórico-crítica do feminino em psicanálise opera menos como resposta conclusiva do que como um campo privilegiado de questionamento e criação.

2 HISTORIOGRAFIA, PSICANÁLISE E GÊNERO

Porque há desejo em mim, é tudo cintilância.
Antes, o cotidiano era um pensar alturas
Buscando Aquele Outro decantado
Surdo à minha humana ladradura.
Hilda Hilst¹⁶

Este capítulo propõe articular historiografia, psicanálise e estudos de gênero, concebendo esses campos como vetores que se entrelaçam na compreensão da subjetivação. Com base nas contribuições de Michel Foucault, buscamos situar as condições históricas que possibilitaram determinados discursos sobre o sujeito em sua relação com a sexualidade e o gênero.

Nos tópicos a seguir, essa articulação se desdobra em três movimentos principais: primeiramente, apresenta-se o pensamento de Foucault como operador teórico e metodológico; em seguida, examina-se a teoria feminista e dos estudos de gênero, com destaque para Judith Butler e seus diálogos com a psicanálise; por fim, são expostas as fontes primárias e suas respectivas análises.

O objetivo é preparar o terreno para uma leitura histórico-crítica da concepção de feminino, evidenciando convergências e fricções entre o referencial foucaultiano e as teorizações de gênero em seu encontro com a psicanálise.

2.1 QUESTÕES TEÓRICAS E PRECAUÇÕES DE MÉTODO A PARTIR DE FOUCAULT

A trajetória intelectual de Michel Foucault pode ser compreendida a partir de três grandes eixos temáticos: o saber, o poder e a ética. Esses eixos não se constituem como fases estanques, mas como zonas de ênfase conceitual que atravessam toda a sua obra.

No eixo do saber, Foucault investiga a constituição histórica das epistemes. Sua metodologia, nesse momento, é marcada pela arqueologia, que busca escavar as camadas descontínuas dos discursos a fim de compreender as condições históricas de possibilidade do saber e de trazer à tona práticas e conceitos marginalizados. Textos publicados nos anos 1960 e início dos anos 1970, como

¹⁶ HILST, Hilda. **Da poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.477.

*História da loucura*¹⁷, *O nascimento da clínica*¹⁸, e *As palavras e as coisas*¹⁹ exemplificam esse momento.

No eixo do poder, ao longo da década de 70, o filósofo desenvolve a genealogia, inspirada em Nietzsche, como método voltado a desnaturalizar práticas e instituições modernas, interrogando as lógicas pelas quais o poder atua. A genealogia não procura uma origem única ou pura, mas rastreia multiplicidades de interpretações e jogos de forças que configuram o presente. É nesse sentido que textos como *Vigiar e punir*²⁰ e o primeiro volume de *História da sexualidade*²¹ demonstram como o poder deve ser pensado não apenas como repressivo, mas sobretudo como produtivo, incidindo inclusive sobre práticas mais banais da vida cotidiana.

Por fim, no eixo da ética, com período aproximado nos anos de 1979-1984, Foucault desloca sua atenção para os modos de constituição do sujeito em relação a si mesmo. Sem abandonar os “métodos” anteriores, dá ênfase à questão da subjetivação, isto é, aos modos pelos quais os indivíduos se assujeitam, tornando-se sujeitos morais de suas ações e pensamentos. Esse momento é desenvolvido em textos como *História da sexualidade 2: O uso dos prazeres*²², *História da sexualidade 3: O cuidado de si*²³, e *História da sexualidade 4: As confissões da carne*²⁴.

O próprio Foucault resume esse percurso ao afirmar que sempre esteve preocupado com três problemas clássicos:

Os problemas que estudei são os três problemas tradicionais. 1) Que relações mantemos com a verdade através do saber científico, quais são as nossas relações com esses “jogos de verdade” tão importantes na civilização, e nos quais somos simultaneamente sujeitos e objetos? 2) Que relações mantemos com os outros, através dessas estranhas estratégias e relações de poder? Por fim, 3) quais são as relações entre verdade, poder e si mesmo?²⁵

¹⁷ FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. 2. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

¹⁸ FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Tradução de Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

¹⁹ FOUCAULT, Michel, **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. trad. de Salma Tannus Muchail. 8. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

²⁰ FOUCAULT, Michel, **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

²¹ FOUCAULT, Michel, **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

²² FOUCAULT, Michel, **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

²³ FOUCAULT, Michel, **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

²⁴ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade IV: As confissões da carne**. Edição de Frédéric Gros. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

²⁵ FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política**. Organização de Manoel Barros

Dentre as diversas problemáticas que atravessam a obra de Michel Foucault, a questão do sujeito ocupa um lugar relevante ao longo de seu percurso intelectual:

Antes de tudo, queria dizer qual foi o objetivo de meu trabalho destes vinte anos. Não foi analisar os fenômenos de poder nem lançar as bases para esta análise. Antes, tratei de produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano em nossa cultura. (...) Assim, não é o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral de minha pesquisa.²⁶

A noção de sujeito ocupa um lugar central na obra de Michel Foucault, ainda que não de forma homogênea ou invariável ao longo de seu percurso intelectual. Sua originalidade reside no rompimento com a concepção moderna de sujeito como fundamento transcendental do conhecimento ou como instância originária da ação, deslocando a análise para os processos históricos de constituição da subjetividade. Em vez de um sujeito dado, Foucault investiga os modos de subjetivação, isto é, as práticas, discursos e relações de poder-saber por meio das quais os indivíduos são historicamente constituídos como sujeitos em contextos específicos. Como destaca Castro, “Para compreender a evolução da problemática do sujeito na obra de Foucault, é preciso ter em mente que, antes de tudo, trata-se de uma abordagem histórica da questão da subjetividade”⁽²⁷⁾⁽²⁸⁾.

O método inaugurado por Descartes consolidou as bases da ciência moderna ao instituir a cisão entre sujeito e objeto, atribuindo ao primeiro o estatuto de consciência autônoma, racional e transparente a si mesma, e relegando o segundo à condição passiva de coisa observável e mensurável. Nesse gesto epistemológico, o sujeito é tomado como centro e fundamento da verdade, legitimando uma relação de domínio e objetificação do mundo, inclusive do próprio corpo e da experiência humana em nome da razão.

Foucault desconstrói essa perspectiva ao afirmar que o sujeito não é um ponto de origem do conhecimento, como um fundamento universal, ao contrário, aponta que o sujeito:

Não é uma substância. É uma forma, e essa forma nem sempre é, sobretudo, idêntica a si mesma. Você não tem consigo próprio o mesmo tipo de relações quando você se constitui como sujeito político que vai votar ou toma a palavra em uma assembleia, ou quando você busca realizar o seu desejo em uma relação sexual. Há, indubitavelmente, relações e interferências entre essas

da Motta. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 300.

²⁶ FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul (org.). Michel Foucault: uma trajetória filosófica — para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-232.

²⁷ CASTRO, Edgardo. **El vocabulário de Michel Foucault**: um recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004, p.519.

²⁸ Todas as traduções de espanhol para português de Castro são de minha autoria.

diferentes formas do sujeito; porém, não estamos na presença do mesmo tipo de sujeito. Em cada caso, se exercem, se estabelecem consigo mesmo formas de relação diferentes. E o que me interessa é, precisamente, a constituição histórica dessas diferentes formas do sujeito, em relação aos jogos de verdade.²⁹

O sujeito foucaultiano, portanto, não é uma essência, mas uma forma, muito mais uma "casca" de inscrições do que um "recheio" ou um núcleo, justamente porque é na superfície das práticas e dos discursos que o sujeito se produz. O sujeito não é quem pensa ser, nem sua imagem no espelho, nem o ideal que projeta de si, mas há algo que sempre escapa a essas representações. Ainda, o sujeito se desloca continuamente entre diferentes posições e modos de relação consigo e com os outros, que variam conforme os contextos, os lugares, o tempo e os regimes de poder em que se situa. A partir de Foucault, sair do "armário da profundidade", e se reconciliar com a "superficialidade" é um gesto de emancipação criativa.

A partir disso, Foucault amplia essa análise ao considerar também os processos de objetivação: formas pelas quais determinados sujeitos são transformados em objetos de saber, enquadrados, classificados e submetidos ao olhar das ciências. Assim, sua investigação não busca simplesmente descrever um objeto, como por exemplo, a sexualidade. Mas compreender por que e de que maneira a sexualidade tornou-se, em determinado momento histórico, um objeto privilegiado de discurso científico e de práticas de poder.

De acordo com Castro, Foucault compreende que subjetivação e objetivação não operam de forma isolada, mas se entrelaçam e condicionam uma à outra. Se o "pensamento" pode ser entendido como o ato que, a partir de diferentes relações possíveis, institui um sujeito e um objeto, então elaborar uma "história do pensamento" significaria investigar as condições históricas que moldam e transformam essas relações, tornando possível, em cada período, a emergência de determinadas formas de saber³⁰.

Seguindo a leitura que Castro faz de Foucault, essas condições não podem ser entendidas como meramente formais nem como dados empíricos imediatos. Elas estabelecem, entre outras coisas, as obrigações às quais o sujeito precisa se submeter, o estatuto que deve assumir e a posição que deve ocupar para ser

²⁹ FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos V**: ética, sexualidade, política. Organização e seleção de textos de Manuel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 275.

³⁰ CASTRO, Edgardo. **El vocabulário de Michel Foucault**: um recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores. p. 519.

reconhecido como produtor legítimo de conhecimento. Do mesmo modo, definem sob quais circunstâncias algo pode constituir-se como objeto de saber, de que forma esse objeto é problematizado e quais limites o delimitam. Para Castro, são justamente essas condições que configuram os chamados jogos de verdade, isto é, os critérios históricos que determinam o que pode ser aceito como verdadeiro ou falso em cada época³¹.

A abordagem foucaultiana da história se faz fundamental para nosso trabalho: Em *A arqueologia do saber*, Foucault propõe a descontinuidade como alternativa à história tradicional. Ao afirmar que “a história contínua é o correlato indispensável da função fundadora do sujeito”³², ele desmonta a ideia de um sujeito universal em cada momento histórico. Assim, a noção de época não é mais uma unidade de base homogênea, mas uma conjuntura de práticas discursivas heterogêneas, que podem coexistir e se articular de maneiras múltiplas. Em vez de uma evolução linear, a história é concebida como um campo de disputas que compreende, ao mesmo tempo, as estruturas normativas e os espaços de resistências e invenções.

Tal virada metodológica nos conduz ao momento de seu trabalho acerca do saber e dos modos de subjetivação a partir dos discursos. Foucault apresenta o discurso como “constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência”³³, ou ainda, como o “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico”³⁴. Dessa forma, o discurso é o modo pelo qual a linguagem é mobilizada para ordenar o mundo, instaurar sentidos e conter o caos. Ele constitui uma prática que organiza o dizer, delimitando o que pode ser dito, quem pode falar e sob quais condições.

No curso inaugural proferido no Collège de France, em 2 de dezembro de 1970, com o título *A ordem do discurso*, Michel Foucault inaugura uma análise dos mecanismos que regulam a produção, a circulação e a legitimação dos discursos. É nesse contexto que ele formula uma pergunta provocativa que sintetiza um ponto crítico de seu curso: “Mas o que há de tão perigoso no fato de as pessoas falarem?”

³¹ Ibidem, p. 519-520.

³² FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007 [1969], 7ª edição. p.14.

³³ Ibidem, p. 132.

³⁴ Ibidem, p. 122.

Qual o perigo dos discursos se multiplicarem indefinidamente? Onde está o perigo?”³⁵.

A resposta, longe de ser simples, é elaborada ao longo do curso. Foucault nomeia de *logofobia*³⁶ a aversão ao discurso não domesticado. Esta, por sua vez, reverbera em um esforço constante de disciplinamento, sustentado por mecanismos de exclusão que operam tanto fora quanto dentro dos próprios sistemas discursivos³⁷.

Em sua análise sobre os mecanismos que regulam a produção dos discursos na tradição ocidental, Foucault distingue dois grandes grupos de procedimentos: as exclusões externas e os controles internos. Entre as exclusões externas estão: o interdito, que limita explicitamente a fala: “não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar de tudo em qualquer circunstância”³⁸; a separação entre razão e loucura, que desqualifica certas vozes: “existe em nossa sociedade outro princípio de exclusão: não mais a interdição, mas uma separação e uma rejeição. Penso na oposição razão e loucura”³⁹; e a oposição entre verdadeiro e falso, sustentada pela “vontade de verdade” que organiza historicamente os discursos e legitima alguns enunciados enquanto exclui outros.

Entre os controles internos, Foucault destaca: o comentário, prática que conserva textos tidos como portadores de saber: “coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza”⁴⁰; a função-autor, entendida como princípio de agrupamento e coerência: “o autor [...] como unidade e origem de significações, como foco de coerência”⁴¹; e a disciplina, que regula as fronteiras do saber: “no interior de seus limites, cada disciplina reconhece proposições verdadeiras e falsas; mas repele, para fora de suas margens, toda uma teratologia do saber”⁴².

Tais mecanismos criam uma rarefação: nem todos podem falar, e apenas quem atende a certos critérios é autorizado a ocupar determinadas posições discursivas. Foucault mostra como o acesso ao dizer é regulado por ritos de apropriação, chamados rituais da palavra, ou seja, por práticas que estabelecem quem está apto a

³⁵ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007, p. 9

³⁶ Trata-se do temor cultural e político diante da possibilidade de o discurso escapar dos controles institucionais, ameaçando a estabilidade dos regimes estabelecidos de saber e autoridade.

³⁷ Ibidem, p. 70.

³⁸ Ibidem, p. 9.

³⁹ Ibidem, p. 10.

⁴⁰ Ibidem, p. 23.

⁴¹ Ibidem, p. 26.

⁴² Ibidem, p. 34.

ocupar determinada posição discursiva e em que condições⁴³.

Foucault identifica as sociedades de discurso e os grupos doutrinários como formas de controlar os rituais da palavra e a circulação dos saberes: os primeiros conservam e distribuem enunciados em espaços fechados, enquanto os segundos restringem sua transmissão a membros alinhados teórica ou ideologicamente.

Por fim, existe também a apropriação social dos discursos que, através de instituições como o sistema educacional, disponibiliza alguns discursos a sujeitos que, de outro modo, não teriam acesso. Entretanto, mesmo a educação, supostamente aberta, é atravessada por relações de poder e desigualdades sociais que restringem o acesso e tornam determinados discursos privilegiados ou inacessíveis a muitos⁴⁴.

Esses mecanismos demonstram que, longe de serem neutros ou espontâneos, os discursos são estrategicamente regulados a favor de interesses e da manutenção do poder. Diante disso, Foucault propõe três gestos críticos: O primeiro é o de interrogar a vontade de verdade, isto é, problematizar os regimes que determinam o que é considerado verdadeiro, quem tem o direito de dizê-lo e quais interesses estão implicados nesse processo. O segundo é o de restituir ao discurso o seu caráter de acontecimento, compreendendo-o como uma prática histórica e contingente, e não como uma expressão essencial ou natural. Por fim, Foucault propõe abandonar a soberania do significante, ou seja, romper com a ideia de que as palavras carregam um sentido inerente, como se as fontes falassem por si⁴⁵. Com isso, rompe-se com a suposta neutralidade da linguagem que presume uma verdade prévia e ignora seu caráter histórico e construído. Tal neutralidade é, na verdade, uma atitude que funciona em favor de certos modos de dizer e de saber, ao mesmo tempo em que silencia e exclui outros.

Castro explicita que o método foucaultiano realiza uma análise do discurso, que rompe com a ideia de uma verdade profunda a ser desvelada e, ao contrário, “insiste na superfície dos discursos, nos seus jogos, nas suas regras anônimas e nos efeitos que produzem”⁴⁶. Nessa perspectiva, o objetivo não é desvendar sentidos ocultos, mas examinar as condições históricas, institucionais e políticas que possibilitam certos enunciados e configuram posições de sujeito.

⁴³ Ibidem, p. 39.

⁴⁴ Ibidem, p. 40.

⁴⁵ Ibidem, p. 40.

⁴⁶ CASTRO, Edgardo. **El vocabulário de Michel Foucault**, p. 83.

Para analisar o discurso, Foucault propõe alguns princípios metodológicos: A inversão suspende a centralidade do sujeito e investiga as condições impessoais que tornam o discurso possível, deslocando a causalidade da interioridade psíquica ou da autoria individual para o campo dos enunciados e suas condições de existência. A rarefação evidencia a distribuição desigual da palavra no espaço social: certos discursos são autorizados, repetidos e institucionalizados, enquanto outros são silenciados, marginalizados ou considerados ilegítimos. A descontinuidade recusa uma evolução linear dos saberes e considera suas rupturas, deslocamentos e reconfigurações, examinando-os em sua dispersão e nas relações que estabelecem com outros discursos. A especificidade impede que o discurso seja visto como simples reflexo de estruturas sociais ou ideologias, destacando sua materialidade própria, seus efeitos singulares e sua capacidade de produzir o inesperado. Por fim, a exterioridade orienta a análise para os modos de funcionamento do discurso em sua superfície, suas regularidades, arranjos formais e condições históricas, mostrando que é ali, e não em sentidos ocultos, que se inscrevem os jogos de saber e poder⁴⁷.

Essa perspectiva foucaultiana é decisiva para o presente trabalho, pois ao adotar a análise do discurso, torna-se possível compreender como certos enunciados emergem, conquistam autoridade e se legitimam, enquanto outros são marginalizados ou silenciados. Mais do que descrever o mundo, os discursos produzem posições de sujeito: determinam quem pode falar, a partir de quais lugares de enunciação e com quais efeitos de poder. Essa abordagem permite problematizar as concepções psicanalíticas sobre a feminilidade, situando-as como construções históricas e não como verdades atemporais.

Se os discursos não apenas descrevem o mundo, mas produzem posições de sujeito, torna-se necessário compreender os modos pelos quais essas posições se constituem historicamente, em meio às relações de poder e saber. É nesse ponto que Foucault desloca o olhar do campo do saber para as práticas, investigando como os discursos se enredam a estratégias políticas e institucionais que moldam condutas e modos de ser.

⁴⁷ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**, p. 51-54.

2.1.1 Do assujeitamento ao tornar-se sujeito

Após o período arqueológico, em que investigava os regimes de saber e as condições de possibilidade dos discursos, Foucault amplia seu olhar, na década de 1970, para analisar as formas de exercício do poder, inaugurando a fase genealógica. Castro explica que essa mudança não rompe com a arqueologia, mas a complementa: ambas evitam recorrer a um sujeito fundador da história, mas a genealogia passa a incluir também as práticas não discursivas e a relação entre discursos e ações concretas, situando o saber “no âmbito das lutas”⁴⁸. Nessa perspectiva, a genealogia é uma “insurreição dos saberes” locais e marginalizados contra os efeitos centralizadores do poder e do discurso científico⁴⁹.

Em *Vigiar e punir*, Foucault compreende que o poder não é algo que se possui, mas que é exercido pelos sujeitos, configurando-se como um “efeito de conjunto de posições estratégicas”⁵⁰, sustentado por disposições, manobras, táticas e técnicas em funcionamento. Ao contrário das leituras que o situavam exclusivamente em estruturas macro, como o Estado, Foucault evidencia que o poder circula em redes capilares e se manifesta nas relações cotidianas entre os indivíduos, uma microfísica do poder.

Trata-se de alguma maneira de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e suas forças.⁵¹

Nessa perspectiva, o corpo deixa de ser uma entidade biológica e torna-se campo político diretamente investido pelas relações de poder: “o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam”⁵², conformando o que Foucault denomina de tecnologias políticas do corpo que exigem a sujeição.

Ao analisar a passagem do suplício público às formas disciplinares de punição, Foucault demonstra que o poder moderno deixa de apenas marcar o corpo para penetrá-lo e produzir uma interioridade: a “alma”. Não se trata de uma essência metafísica ou de um efeito ideológico, mas de uma realidade histórica gerada pelo

⁴⁸ CASTRO, Edgardo. **El vocabulário de Michel Foucault**, p. 229

⁴⁹ Ibidem, p. 231.

⁵⁰ FOUCAULT, Michel, **Vigiar e punir: nascimento da prisão...** p. 30.

⁵¹ Ibidem, p. 30.

⁵² Ibidem, p. 29.

funcionamento de dispositivos disciplinares. Segundo o autor, “não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos”⁵³. Essa “alma”, entendida por diferentes campos de análise como psique, subjetividade, personalidade, consciência, torna-se o ponto de articulação entre saber e poder e permite que os corpos sejam governados de maneira mais eficaz. Assim, o sujeito moderno não preexiste às relações de poder; ele é antes efeito das tecnologias disciplinares que, ao controlar o corpo, instauram a subjetividade.

Foucault descreve que, a partir do século XVII, o poder deixa de atuar principalmente pelo direito soberano de “fazer morrer” e passa a investir sobre a vida: surge o biopoder. Esse poder organiza-se em dois polos interligados. O primeiro, “centrado no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças [...] assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano”⁵⁴. O segundo, formado na metade do século XVIII, “centrado no corpo-espécie [...] suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade”, regulado por intervenções e controles, a biopolítica da população⁵⁵.

Essas duas dimensões, a disciplina dos corpos e a regulação das populações, definem as novas tecnologias de poder da modernidade. Em vez de exercer-se prioritariamente pela morte, o poder passa a administrar a vida, controlando corpos e coletividades.

Essa transformação não ocorreu apenas no plano teórico, mas por meio de “agenciamentos concretos” que estruturaram a tecnologia de poder do século XIX, entre os quais “o dispositivo de sexualidade será um deles, e dos mais importantes”⁵⁶. O dispositivo de sexualidade articula disciplinas e biopolítica, regulando prazeres e condutas, controlando corpos e produzindo sujeitos governáveis. Para compreender seu alcance, é preciso recorrer ao próprio conceito de dispositivo em Michel Foucault, entendido não como um elemento isolado, mas como uma rede estratégica

⁵³ Ibidem, p. 32.

⁵⁴ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber... p. 131.

⁵⁵ Ibidem, p. 131.

⁵⁶ Ibidem, p.132.

historicamente situada, composta por práticas discursivas e não discursivas que articulam saber, poder e subjetivação. Foucault define o dispositivo como:

um conjunto resolutamente heterogêneo, que comporta discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”.⁵⁷

Seguindo a leitura sistematizadora proposta por Ernani Chaves⁵⁸, o conceito foucaultiano de dispositivo pode ser compreendido a partir de quatro aspectos fundamentais: sua heterogeneidade, a natureza das relações entre os elementos que o compõem, sua função estratégica e sua dimensão de gênese.

Em primeiro lugar, o dispositivo constitui uma rede heterogênea formada por elementos de natureza diversa: discursos, instituições, organizações arquitetônicas, regulamentações, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, cuja unidade se dá na articulação estabelecida entre eles⁵⁹. Trata-se, portanto, menos de uma estrutura estável do que de um arranjo dinâmico que integra componentes discursivos e não discursivos na produção de determinadas formas de saber e poder.

Em segundo lugar, importa considerar a natureza da relação entre esses elementos. O dispositivo não opera segundo uma lógica substancial ou hierárquica, mas estratégica e relacional: um mesmo componente pode ocupar posições distintas e desempenhar funções diversas conforme a configuração histórica das relações de força. Sua eficácia não reside na natureza intrínseca dos elementos, mas na posição que cada um assume no interior de uma rede estratégica, podendo inclusive ser rearticulado ou ressignificado ao longo do tempo⁶⁰. Assim, o dispositivo articula simultaneamente o “dito” e o “não dito”, não como polos opostos, mas como dimensões complementares de um mesmo campo de práticas, no qual instituições, mecanismos de vigilância, arranjos espaciais e normas sociais operam tanto quanto os enunciados explícitos⁶¹.

O terceiro aspecto refere-se à função estratégica do dispositivo. Ele emerge como resposta a determinadas urgências históricas, constituindo uma forma de intervenção sobre problemas específicos como a docilização dos corpos, como por

⁵⁷ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995. p. 244.

⁵⁸ CHAVES, Ernani. **Foucault e a psicanálise**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988, p. 91.

⁵⁹ Ibidem, p. 91.

⁶⁰ Ibidem, p. 93.

⁶¹ Ibidem, p. 92.

exemplo, o controle da loucura ou a regulação da sexualidade e organizando práticas e saberes que tornam governáveis indivíduos e populações. Nesse sentido, o dispositivo não atua apenas de forma repressiva, mas produtiva, pois engendra modos de experiência, regimes de verdade e formas de subjetividade⁶².

Por fim, o dispositivo possui uma dimensão de gênese, isto é, constitui-se como um processo histórico de formação e transformação. Essa gênese envolve, inicialmente, a definição de um alvo estratégico ou de uma urgência e, em seguida, o desenvolvimento do próprio dispositivo, que passa a reorganizar continuamente seus elementos. Tal dinâmica inclui aquilo que Foucault denomina “sobredeterminação funcional”, na qual os efeitos produzidos retroagem sobre o conjunto, exigindo reajustes constantes, bem como um “perpétuo preenchimento estratégico”, por meio do qual o dispositivo se adapta a novos objetivos e condições históricas⁶³. Desse modo, ele não constitui um mecanismo fechado, mas um campo de forças em permanente transformação, capaz de produzir efeitos imprevistos posteriormente reapropriados e integrados a novas estratégias de poder.

Compreendido nesses termos, o dispositivo pode ser definido como uma estratégia de relações de força que sustenta determinados regimes de saber e formas de subjetivação, operando simultaneamente no plano dos discursos, das instituições e das práticas sociais e configurando, de maneira historicamente situada, as condições de possibilidade do que pode ser pensado, dito e vivido.

É nesse horizonte que a sexualidade emerge, na modernidade ocidental, como um dos campos privilegiados de intervenção desses mecanismos. Longe de constituir um domínio natural ou meramente privado, o sexo torna-se objeto de uma intensa produção discursiva e de múltiplas práticas de regulação, passando a ocupar o lugar de instância reveladora da verdade do sujeito. Como afirma Foucault, “o sexo sempre foi o núcleo onde se aloja, justamente com o devir de nossa espécie, nossa ‘verdade de sujeito humano’”⁶⁴.

Chaves observa que o gesto foucaultiano consiste em “flagrar a sexualidade na trama histórica da constituição do sujeito no Ocidente” e em deslocar a falsa querela entre “reprodução da espécie” e “fonte de prazer e gozo”⁶⁵.

⁶² Ibidem, p. 94.

⁶³ Ibidem, p. 94.

⁶⁴ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995, p. 229 apud CHAVES, Ernani. **Foucault e a psicanálise**, p. 95.

⁶⁵ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995, p. 229 apud

Nesse processo, o sexo torna-se simultaneamente objeto de investigação médica, pedagógica e jurídica, bem como alvo de práticas de confissão e autoanálise, instaurando uma hermenêutica do desejo pela qual os indivíduos são incitados a descobrir e enunciar a verdade sobre si mesmos.

A provocação feita a Derrida de que, se pudesse ver um documentário sobre filósofos como Heidegger, Kant ou Hegel, gostaria de “vê-los falando sobre a própria vida sexual... Você quer uma resposta rápida? A vida sexual deles”, ilustra a concepção de que o sexo conteria uma chave privilegiada de inteligibilidade do sujeito⁶⁶. Assim, a sexualidade adquire centralidade não por sua evidência biológica, mas porque se torna um operador fundamental na produção de identidades, na regulação das populações e na organização dos prazeres, constituindo-se como um dispositivo estratégico no qual se entrelaçam governo da vida e constituição da subjetividade.

Foucault identifica quatro vetores estratégicos que estruturam o dispositivo de sexualidade. O primeiro é a histerização do corpo feminino, descrita como um tríplice processo:

pelo qual o corpo da mulher foi analisado — qualificado e desqualificado — como corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual, este corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas; pelo qual, enfim, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve assegurar), com o espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação): a Mãe, com sua imagem em negativo que é a “mulher nervosa”, constitui a forma mais visível desta histerização.⁶⁷

O segundo vetor é a pedagogização do sexo infantil, fundamentada na:

dupla afirmação, de que quase todas as crianças se dedicam ou são suscetíveis de se dedicar a uma atividade sexual; e de que tal atividade sexual, sendo indevida, ao mesmo tempo “natural” e “contra a natureza”, traz consigo perigos físicos e morais, coletivos e individuais; as crianças são definidas como seres sexuais “liminares”, ao mesmo tempo aquém e já no sexo, sobre uma perigosa linha de demarcação, os pais, as famílias, os educadores, os médicos e, mais tarde, os psicólogos, todos devem se encarregar continuamente desse germe sexual precioso e arriscado, perigoso e em perigo; essa pedagogização se manifestou sobretudo na guerra contra o onanismo, que durou quase dois séculos no Ocidente.⁶⁸

A socialização das condutas de procriação constitui o terceiro vetor:

socialização econômica por intermédio de todas as incitações, ou freios, à

CHAVES, Ernani. **Foucault e a psicanálise**, p. 95.

⁶⁶ PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie**: sexo, drogas e biopolítica.

⁶⁷ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber... p. 99.

⁶⁸ Ibidem.

fecundidade dos casais, através de medidas “sociais” ou fiscais; socialização política mediante a responsabilização dos casais relativamente a todo o corpo social (que é preciso limitar ou, ao contrário, reforçar), socialização médica, pelo valor patogênico atribuído às práticas de controle de nascimentos, com relação ao indivíduo ou à espécie.⁶⁹

Por fim, a psiquiatrização do prazer perverso isola o instinto sexual:

O instinto sexual foi isolado como instinto biológico e psíquico autônomo; fêz-se a análise clínica de todas as formas de anomalia que podem afetá-lo; atribuiu-se-lhe um papel de normalização e patologização de toda a conduta; enfim, procurou-se uma tecnologia corretiva para tais anomalias.⁷⁰

Esses quatro vetores evidenciam como o dispositivo da sexualidade opera de modo abrangente, articulando saberes médicos, pedagógicos, jurídicos e familiares. A histerização do corpo feminino inscreve a mulher em uma lógica biopolítica que associa sua sexualidade à função materna e ao cuidado moral da família; a pedagogização do sexo infantil estende essa vigilância ao campo da infância, transformando o prazer em objeto de suspeita e de controle; a socialização das condutas de procriação introduz o sexo na esfera das políticas de Estado, convertendo a reprodução em questão de gestão populacional; e a psiquiatrização do prazer perverso delimita as fronteiras entre o normal e o patológico, instaurando uma hierarquia dos desejos. Em conjunto, esses vetores revelam como o dispositivo da sexualidade organiza discursos, saberes e práticas voltados ao sexo, aos corpos e aos prazeres, situando-os no cerne das estratégias modernas de poder sobre a vida.

Um antecedente histórico fundamental do dispositivo de sexualidade é o dispositivo de aliança, que organizava as relações sociais nas sociedades ocidentais tradicionais a partir das regras do casamento, do parentesco e da transmissão de nomes e bens. Estruturado por normas jurídicas e religiosas, esse dispositivo delimitava o que era lícito ou ilícito nas relações entre os parceiros e orientava-se sobretudo para a reprodução da ordem social e da linhagem familiar. A partir do século XVIII, entretanto, consolida-se progressivamente o dispositivo de sexualidade, um novo regime de poder centrado não mais apenas na regulação das uniões legítimas, mas na produção de saberes sobre os corpos, os prazeres e a vida. Tal transformação não implicou a substituição do primeiro pelo segundo, mas sua rearticulação histórica. Como ressalta Foucault, “dizer que o dispositivo de sexualidade substituiu o dispositivo de aliança não seria exato. [...] Hoje em dia, se por um lado tende a recobri-

⁶⁹ Ibidem, p. 99-100.

⁷⁰ Ibidem, p. 100.

lo, não o suprimiu nem tornou inútil”⁷¹.

A família constitui o principal ponto de articulação entre esses dois dispositivos, tornando-se, a partir da modernidade, o espaço privilegiado dos afetos e também o local estratégico de inscrição da sexualidade. Nesse interior, o incesto ocupa uma posição ambígua: simultaneamente interdição fundamental do sistema de aliança e objeto de permanente incitação no dispositivo de sexualidade, funcionando como via de acesso ao desejo e como elemento constitutivo da subjetivação dos indivíduos enquanto sujeitos sexuados. Desse modo, a sexualidade deixa de se desenvolver à margem da instituição familiar para consolidar-se em torno dela, apoiada por saberes especializados que passam a produzir, regular e legitimar os discursos sobre o sexo⁷². De acordo com Foucault, a psicanálise situa-se nesse entrelaçamento. Ao colocar a sexualidade no núcleo do inconsciente, aproxima-se do novo dispositivo; mas, ao reencontrar na família e na lei do incesto a chave do desejo, mantém vivo o antigo dispositivo da aliança: “com a psicanálise, é a sexualidade que dá corpo e vida às regras da aliança, saturando-as de desejo”⁷³. Assim, atua como ponto de sutura entre prazer e norma, canalizando e administrando os prazeres em vez de suprimi-los. Essa função, interessante ao sistema jurídico e ao Estado burguês do século XIX, preserva antigas formas de controle enquanto abre, também, espaço para novas tecnologias de poder se expandiam.

A partir disso, inauguraria-se uma nova economia de poder, mais sutil e circular, na qual o desejo é ao mesmo tempo estimulado e capturado, transformado em objeto de saber e norma. O dispositivo da sexualidade, portanto, não visa apenas à utilidade funcional do corpo, mas à sua produção como objeto de saber, desejo e intervenção. Ele atravessa tanto tecnologias disciplinares quanto biopolíticas, deslocando o foco do corpo funcional e produtivo para o corpo desejante, investindo diretamente nos afetos, prazeres e condutas sexuais. Se instituições como o exército, a escola e a fábrica disciplinavam corpos úteis e obedientes, outras, como a clínica, o seminário e o confessionário, passaram a moldar a moralidade da carne.

Foucault aponta uma ironia central no dispositivo da sexualidade: para que ele funcione plenamente, é preciso que acreditemos viver sob repressão sexual, alimentando a promessa de uma futura liberação. Ao desmontar a chamada hipótese

⁷¹ Ibidem, p. 102.

⁷² CHAVES, Ernani. **Foucault e a psicanálise**, p. 102.

⁷³ Ibidem, p. 107.

repressiva, o filósofo demonstra que, desde o século XVIII, não houve silêncio em torno do sexo, mas uma intensa incitação ao discurso: “fizeram-nos amar o sexo, tornaram desejável para nós conhecê-lo e precioso tudo o que se diz a seu respeito”⁷⁴. Médicos, pedagogos, psiquiatras, psicanalistas e, mais recentemente, a mídia multiplicaram as formas de falar sobre sexo, transformando-o em ponto central na constituição do sujeito moderno.

Essa lógica manifesta-se na obrigação de “fazer falar”, herdada do confessionário cristão e prolongada na clínica psicanalítica, que, sob aparência de libertação, submeteria o indivíduo a um saber-poder e normatizaria corpos e prazeres. Esse arranjo sustenta-se na *scientia sexualis*, o modo ocidental de produzir “verdades” sobre o sexo por meio da codificação clínica do falar, do postulado de causalidade difusa (“o sexo causa tudo e nada”), do princípio de latência (há sempre algo sexual oculto), da interpretação especializada e da medicalização dos efeitos da confissão. Assim, o sujeito moderno é continuamente incitado a buscar um saber sobre sua sexualidade, acreditando reencontrar um “paraíso perdido”. No Ocidente, sexo e verdade tornaram-se indissociáveis: conhecer-se passou a significar falar de sexualidade, e, ao transformar o sexo em ponto privilegiado de produção de verdades sobre o sujeito, a subjetividade moderna se configurou como um efeito histórico desses dispositivos⁷⁵.

Essa dinâmica vincula a sexualidade ao poder pastoral, herança do cristianismo que, ao contrário do poder soberano centrado em punir ou matar, atua pela escuta e pelo cuidado minucioso: “um poder que cuida da vida, que a conhece em detalhe, e que exige do indivíduo a verdade sobre si”⁷⁶. Refere-se a um poder individualizante que penetra a intimidade moldando sujeitos “normais” e produtivos.

Além disso, a gestão da sexualidade nas sociedades modernas articula-se diretamente ao advento do capitalismo, na medida em que a docilização e a disciplina dos corpos respondem às exigências de produtividade próprias desse regime econômico. Ao regular os prazeres e orientar os comportamentos, tais mecanismos contribuem para canalizar as energias dos indivíduos para o trabalho, subordinando a vida corporal e afetiva às necessidades da produção. Nesse sentido, o controle do

⁷⁴ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber... p. 149.

⁷⁵ Ibidem, p. 21–49; p. 53–71.

⁷⁶ FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 182.

sexo não se apresenta apenas como imperativo moral, mas como tecnologia política fundamental para a constituição de uma força de trabalho útil, obediente e continuamente disponível⁷⁷.

Evidencia-se, assim, sua estreita vinculação ao biopoder: como explica Foucault, esse biopoder foi “elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo”⁷⁸, permitindo inserir corpos no aparelho produtivo e ajustar os fenômenos de população aos processos econômicos. Ao mesmo tempo em que intensifica as forças vitais e sua utilidade, o biopoder as torna mais facilmente sujeitáveis, operando como mecanismo de hierarquização e segregação social.

Ao governar o corpo para governar a população, o sexo converte-se, portanto, em um domínio estratégico a ser administrado. Nesse contexto, a sexualidade torna-se um ponto de convergência entre a disciplina dos corpos individuais e a regulação dos processos biológicos da espécie, articulando aquilo que Foucault denomina corpo-máquina e corpo-espécie.

A preocupação com a reprodução, a saúde, a natalidade e a moralidade sexual revela-se, nesse quadro, indispensável ao funcionamento do capitalismo, na medida em que permite ajustar os fenômenos demográficos às exigências econômicas, assegurando uma força de trabalho simultaneamente produtiva e renovável. Desse modo, as relações de poder incidem diretamente sobre a vitalidade do corpo e da população, fazendo da sexualidade um campo privilegiado de intervenção política.

O dispositivo de sexualidade pode ser compreendido, assim, como uma das formas centrais de expansão e consolidação do biopoder, por meio da qual a gestão da vida se realiza através da regulação dos prazeres, dos comportamentos e da reprodução⁷⁹.

A partir dessas discussões, delineamos uma compreensão mais complexa do dispositivo da sexualidade. Tal como formulado por Foucault, esse dispositivo não se organiza prioritariamente como uma instância repressiva ou explicitamente violenta, mas como uma tecnologia produtiva de poder, influenciada por discursos que instauram práticas divisórias, ele estabelece quais corpos e prazeres devem ser reconhecidos como normais e quais são rotulados como desviantes, produzindo efeitos de normalização, exclusão e marginalização. No quadro da biopolítica descrita

⁷⁷ CHAVES, Ernani. **Foucault e a psicanálise**, 96.

⁷⁸ Ibidem, p. 132.

⁷⁹ Ibidem, p. 97-100.

por Foucault, esse dispositivo não apenas regula populações, mas também organiza o valor das vidas: algumas são promovidas e protegidas, enquanto outras são desqualificadas ou abandonadas, exercendo um poder de “fazer viver e deixar morrer”⁸⁰.

Essa lógica de classificação e controle encontra a história do corpo feminino. Ao investigar as origens históricas da dominação feminina, Silvia Federici demonstra que, entre os séculos XVI e XVIII, o corpo da mulher foi reconfigurado como parte fundamental do processo de consolidação do capitalismo moderno. A autora mostra que, com o advento da nova ordem econômica, “o útero foi reduzido a uma máquina para a reprodução do trabalho”⁸¹, e que o corpo feminino passou a ser apropriado pelo Estado e pelos homens, tornando-se meio para a acumulação e a reprodução da força de trabalho. Nos séculos anteriores, parteiras, curandeiras e mulheres que detinham saberes sobre contracepção e aborto foram perseguidas como bruxas, em uma ofensiva que visava destruir os conhecimentos autônomos das mulheres e disciplinar seus corpos segundo os valores da Igreja e da medicina nascente⁸².

Esse processo marcou o início de uma nova economia política da reprodução, que vinculou as mulheres à maternidade, à heterossexualidade e ao casamento, retirando-lhes a autonomia econômica e sexual. As mulheres foram convertidas em máquinas de reprodução, em suporte emocional e em figuras centrais da organização moral da família, através do modelo da esposa submissa e da mãe devotada como pilares da sociedade capitalista.

Essa disciplina econômica e moral produziu um ideal normativo de feminilidade e, ao mesmo tempo, excluiu e estigmatizou tudo o que escapava a esse modelo. Como analisa Foucault, o corpo feminino foi histerizado, patologizado e hipersexualizado: inscrito em uma rede de saber-poder que normatizou a maternidade como dever biológico-moral e a heterossexualidade conjugal como pilar da reprodução social e econômica.

Os efeitos dessas normatizações tornam-se particularmente evidentes quando a analítica foucaultiana do biopoder é colocada em diálogo com leituras críticas posteriores que enfatizam a distribuição desigual da vulnerabilidade, da precariedade

⁸⁰ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 287.

⁸¹ FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017, p. 262.

⁸² Ibidem, p. 324.

e da exposição à morte entre diferentes grupos sociais. Nesse horizonte, Achille Mbembe propõe o conceito de necropolítica para pensar formas de poder nas quais a gestão da vida se articula à produção sistemática de condições de morte, sobrevivência precária e descartabilidade de determinados corpos. Mais do que um simples deslocamento da administração da vida para a administração da morte, a necropolítica refere-se à constituição de populações submetidas a condições de existência marcadas pela ameaça contínua de aniquilação, pela redução da vida à sobrevivência e pela produção diferencial de sujeitos matáveis.

As análises de Foucault, em diálogo com Federici e Mbembe⁸³, evidenciam os efeitos históricos e materiais produzidos pelas formas de controle e administração dos corpos femininos: silenciados, disciplinados, expropriados, culpabilizados, patologizados, negligenciados. Essa violência não pertence apenas ao passado: manifesta-se cotidianamente nas notícias e nas experiências ordinárias das mulheres. Ela se atualiza nas violências domésticas e afetivas: físicas, psicológicas, sexuais e patrimoniais, nos feminicídios e na persistente culpabilização das vítimas; nos espaços de trabalho, por meio do assédio moral e sexual, da desigualdade salarial e da precarização do trabalho de cuidado e doméstico; nas instituições médicas e jurídicas, nas formas de violência obstétrica, na criminalização do aborto, na revitimização de mulheres que denunciam agressões, na negligência estatal diante de medidas protetivas.

Soma-se a isso a violência simbólica e cultural que estrutura o cotidiano de forma persistente e muitas vezes naturalizada: a hipersexualização e a objetificação dos corpos femininos, a culpabilização moral e as múltiplas formas de violência digital que ampliam a exposição, o controle e a vigilância sobre as mulheres. Trata-se de um regime difuso de poder que não apenas ameaça a integridade física, mas também corrói a possibilidade de reconhecimento simbólico e de existência legítima no espaço social. Não surpreende, portanto, que tal vulnerabilidade se traduza em formas específicas de sofrimento psíquico que chegam à clínica psicanalítica: ansiedade, culpa, exaustão, autodesvalorização, silenciamento, as quais não podem ser reduzidas a conflitos intrapsíquicos isolados, mas devem ser compreendidas como efeitos subjetivos de uma racionalidade política historicamente situada. Ao classificar como patologia individual aquilo que, em grande medida, constitui uma resposta a

⁸³ MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. p. 71.

condições sistemáticas de violência e desigualdade, tais rótulos operam como mecanismos de manutenção da ordem, deslocando a origem do sofrimento do campo político para o moral ou psicológico. Longe de esclarecer, essas categorias reiteram a tradição de patologização do feminino ao transformar experiências socialmente produzidas em falhas pessoais, obscurecendo seu vínculo com relações estruturais de poder.

Se nas análises da biopolítica Foucault evidencia as formas históricas de gestão da vida, na última fase de seu pensamento ele desloca o olhar da sujeição para a possibilidade de subjetivação. Chegamos, assim, ao terceiro momento de sua obra. Mantendo a arqueologia e a genalogia, o filósofo passa a investigar não mais as técnicas de dominação, mas as práticas pelas quais o sujeito se forma a partir de um trabalho sobre si. Essa inflexão aparece de modo decisivo nos últimos volumes de *História da Sexualidade*, em que o foco se desloca para a constituição ética do sujeito. Não se trata de uma mudança de objeto, mas de ênfase: o interesse recai, agora, sobre os modos de existência em que o indivíduo se engaja ativamente na produção de si mesmo como sujeito.

A metáfora da dobra, empregada por Deleuze, é útil para pensar a subjetivação: “em toda sua obra, um tema parece perseguir Foucault - o tema de um dentro que seria apenas a prega do fora, como se o navio fosse uma dobra do mar”⁸⁴. Essa imagem expressa que não há um interior separado ou anterior ao mundo, mas que aquilo que chamamos de dentro é apenas uma inflexão do fora. Assim como o navio não existe senão como uma dobra do mar que o sustenta, o sujeito também não existe senão como um efeito de curvatura das forças históricas externas históricas o atravessam.

Nessa leitura, a subjetivação não é um recolhimento interior, mas um movimento de dobra do poder sobre si mesmo, um processo em que o exterior se interioriza, transformando-se em prática reflexiva e ética. É justamente sobre essa dimensão interna da subjetivação que Foucault se debruça na fase final de sua obra, ao investigar como o sujeito se constitui ao curvar o poder sobre si.

Para compreender essa fase final de sua obra, a noção de *souci de soi*, traduzida como cuidado de si, desenvolvida no terceiro volume de *História da*

⁸⁴ DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução de Claudia Sant’Anna Martins. São Paulos: Brasiliense, 1988, p. 104.

*Sexualidade*⁸⁵, é fundamental. A expressão “cuidado de si” remete à tradição filosófica greco-romana, especialmente à epiméleia heautoû, retomada em latim como cura sui que designam o exercício ético pelo qual o sujeito se volta para si mesmo, buscando constituir-se por meio de práticas de si.

Pierre Hadot, em *O que é a filosofia antiga?*⁸⁶ demonstra que, a partir de Sócrates, inaugura-se uma nova relação com o saber, em que a sabedoria deixa de residir naquele que acredita possuir o conhecimento e passa a habitar aquele que duvida de si mesmo. O diálogo socrático, nesse sentido, configura-se como um exercício de autoconhecimento: nele, tornam-se visíveis os discursos que orientam o sujeito, abrindo espaço para que ele interrogue a própria posição que ocupa em relação a esses discursos.

O problema fundamental do filosofar, observa Hadot, não se refere a “saber isto ou aquilo”, mas a “ser desta ou daquela maneira”⁸⁷. Nesse horizonte, a filosofia antiga não se deixa reduzir ao binarismo entre teoria e prática. Assim, ela não se limita a um discurso teórico, mas se configura como um estudo da vida, um comportamento filosófico. A atitude filosófica é, portanto, um modo de vida que implica a realização de exercícios espirituais, práticas destinadas a operar transformações no sujeito, as quais podem ser “de ordem física, como o regime alimentar; discursiva, como o diálogo e a meditação; ou intuitiva, como a contemplação”⁸⁸.

Foucault em *A hermenêutica do sujeito*⁸⁹, retoma essa herança filosófica, e diz que nos séculos I e II da era imperial, o cuidado de si consistia em alinhar a conduta a uma verdade exterior, prática e ética. A verdade seria aquilo no que o indivíduo acredita. É nesse contexto que Foucault introduz a noção de parrhesia, ou “coragem da verdade”, que designa uma forma de dizer que compromete o sujeito com o que enuncia, mesmo sob risco. A legitimidade do sujeito parrhesiasta advém do risco ético assumido ao falar, uma concepção radicalmente distinta daquela vigente na modernidade, em que a verdade é medida pela correspondência entre linguagem e mundo⁹⁰.

⁸⁵ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**.

⁸⁶ HADOT, Pierre. **O que é a filosofia antiga?** Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 6ª ed. 2014.

⁸⁷ Ibidem, p. 56.

⁸⁸ Ibidem, p. 21.

⁸⁹ FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. Curso no Collège de France (1981–1982). Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

⁹⁰ CASTRO, Edgardo. **El vocabulário de Michel Foucault: um recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores**, p. 316-318.

A concepção cristã da verdade, analisada por Foucault em *História da Sexualidade IV*⁹¹, marca uma ruptura em relação à ética antiga do cuidado de si. Enquanto, nos séculos I e II, o sujeito buscava ajustar sua conduta a uma verdade exterior, princípio de vida a ser incorporado na prática, com o cristianismo instaura-se uma hermenêutica fundada na confissão e na culpa. O sujeito é convocado a dizer a verdade sobre si mesmo, de modo que a salvação passa a depender do exame interior e da revelação do desejo. Como escreve Foucault, “a confissão é a matriz de uma nova relação do sujeito consigo mesmo: ele deve dizer a verdade do que é, do que deseja, do que faz”⁹².

Foucault associa essa inflexão a um processo mais amplo, que se consolida na modernidade cartesiana. Com o gesto cartesiano, o problema da verdade deixa de ser uma questão ética, ligada à transformação de si, e torna-se uma questão epistemológica, centrada nas condições de certeza e conhecimento. Ao fazer da evidência do cogito o fundamento do acesso à verdade, Descartes inaugura uma nova economia da subjetividade: já não é preciso transformar-se para conhecer, basta pensar corretamente. O “conhece-te a ti mesmo” socrático é requalificado como introspecção racional, e o “cuida de ti mesmo” é desvalorizado como dimensão espiritual. Foucault distingue, nesse ponto, filosofia e espiritualidade: enquanto a filosofia define as condições de acesso do sujeito à verdade, a espiritualidade designa o conjunto de práticas e experiências pelas quais o sujeito se modifica para tornar-se capaz de conhecê-la⁹³.

Inspirado por essa herança, Foucault retoma a filosofia antiga como uma arte de viver. Essa dimensão estética diz respeito à forma singular pela qual o sujeito escolhe conduzir sua vida, em um trabalho contínuo de ser o artesão de si mesmo. Segundo Castro, esse modo de sujeição se orienta pelo ideal de conduzir a própria vida como uma obra bela, de modo que a existência possa deixar um traço digno de lembrança. O sujeito adere a determinadas condutas e valores não por imposição externa, mas porque escolhe conformar sua vida à beleza que eles propõem. Assim, a estética da existência é uma prática de liberdade: um modo de resistir às formas de

⁹¹ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade IV**: As confissões da carne. Edição de Frédéric Gros. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

⁹² Ibidem, p. 68.

⁹³ CASTRO, Edgardo. **El vocabulário de Michel Foucault**: um recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores. p. 95.

sujeição e de criar para si mesmo novas possibilidades de ser⁹⁴.

Em síntese, o cuidado de si torna-se uma peça central na elaboração de uma ontologia crítica do presente: uma maneira de interrogar os modos de subjetivação dominantes e de imaginar formas outras de resistência e existência. O cuidado de si, nesse quadro, remete à experiência de criação de si mesmo no próprio ato de enunciação, seja pela escrita, pela reflexão filosófica ou, como propõe Butler, pela associação livre em um divã⁹⁵.

2.2 QUE SUJEITO FEMININO?

Em diálogo com a crítica foucaultiana ao sujeito moderno, as proposições sobre as formas de assujeitamento e os modos de subjetivação, este capítulo propõe interrogar a constituição histórica do “sujeito feminino”, a partir do campo da teoria feminista e dos estudos de gênero, a fim de preparar o terreno para a compreensão do feminino em psicanálise.

Se o sujeito é entendido como base do pensamento, haveria, então, um sujeito feminino? Emprestando a interrogação de Spivak: seria possível ao subalterno falar?⁹⁶ Ou, ainda, quais são os modos de subjetivação feminina? Em que práticas discursivas tais “sujeitas” são produzidas, e que brechas se abrem para uma criação de si?

2.2.1 Da produção da diferença sexual ao gênero como tecnologia biopolítica

A teoria de gênero constitui um campo de estudos que emerge a partir da desnaturalização da diferença sexual, ao evidenciar o caráter social, histórico e simbólico das identidades “feminina” e “masculina”. A compreensão da constituição dessa categoria, e em particular de seus encontros e desencontros com a psicanálise, exige, contudo, reconhecer que a história do conceito de gênero não se inicia como crítica da norma, mas como resposta a problemas formulados no interior de práticas científicas, médicas e institucionais voltadas à gestão da sexualidade e dos corpos.

⁹⁴ CASTRO, Edgardo. **El vocabulário de Michel Foucault**: um recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores, p. 151

⁹⁵ BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. Tradução de Aléxia Bretas, Ana Luiza Gussen, Beatriz Zampieri, Gabriel Lisboa Ponciano, Luís Felipe Teixeira, Nathan Teixeira, Petra Bastone e Victor Galdino. Coordenação da tradução de Carla Rodrigues. São Paulo: Editora Unesp, 2022, p. 389.

⁹⁶ SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Como vimos com Foucault⁹⁷, desde o século XIX, a sexualidade tornou-se objeto privilegiado de saberes científicos empenhados não apenas em descrevê-la, mas em classificá-la, hierarquizá-la e corrigi-la. A sexologia, a medicina legal e a psiquiatria passaram a identificar, nomear e intervir sobre aquilo que era definido como desvio, anomalia ou ambiguidade sexual. Corpos intersexo, práticas sexuais dissidentes e expressões de gênero não conformes foram progressivamente capturados por esses discursos, sendo tratados como problemas médicos e morais que demandavam explicações etiológicas e soluções terapêuticas. Nesse quadro, a produção de saber sobre o sexo não operava como simples descrição da realidade, mas como tecnologia ativa de normalização, orientada à manutenção de uma ordem sexual binária e hierarquizada. É nesse contexto que o sexo se consolida como um objeto privilegiado de saber, intervenção e normatização.

Paul B. Preciado, em *Testo Junkie*, retoma a passagem histórica de um modelo de “um só sexo” para um modelo de “dois sexos”. No modelo de um só sexo, predominante até o século XVIII, os corpos masculino e feminino eram concebidos como variações hierarquizadas de uma mesma estrutura corporal, sendo a mulher pensada como um homem incompleto ou invertido. A diferença sexual operava, assim, como diferença de grau, e não de natureza. Já o modelo de dois sexos, que se consolida na modernidade, institui uma ruptura ontológica entre masculino e feminino, definindo-os como naturezas distintas e incomensuráveis, ancoradas em critérios anatômicos e fisiológicos. Com isso, o autor demonstra que esse deslocamento não resultaria de uma descoberta progressiva da natureza, mas de uma reorganização político-epistemológica que exige a fixação anatômica da diferença sexual como fundamento da ordem social moderna⁹⁸.

Essa reorganização não se limita à diferenciação entre masculino e feminino, mas articula-se também à produção de hierarquias raciais, coloniais e sexuais. A anatomia sexual moderna serve, assim, para justificar não apenas a dominação masculina, mas também regimes de exclusão e patologização que atingem corpos dissidentes: homossexuais, pessoas racializadas, sujeitos trans e intersexo. A sexualidade passa a funcionar como tecnologia de classificação, vigilância e correção, sustentada por discursos científicos e dispositivos jurídicos que transformam práticas

⁹⁷ FOUCAULT, Michel, **História da sexualidade I: a vontade de saber**, p. 9.

⁹⁸ PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018, p. 69–70.

antes dispersas em identidades fixas⁹⁹.

Até o início do século XX, sexo biológico, papel social e desejo apareciam fortemente imbricados, compondo um regime de inteligibilidade no qual as categorias de “homem” e “mulher” eram pensadas como destinos naturais, derivados diretamente da anatomia e projetados como fundamentos da organização social. Não havia ainda um vocabulário conceitual capaz de distinguir com clareza o corpo anatômico, a posição social e o objeto de desejo, de modo que essas dimensões permaneciam coladas em uma mesma matriz explicativa.

Mesmo na psicanálise de Freud, que promove uma ruptura decisiva ao desnaturalizar o desejo e ao afirmar a sexualidade como dimensão constitutiva da subjetividade, não se encontra o conceito de gênero enquanto categoria analítica distinta. Embora Freud tenha desmontado a equivalência entre sexualidade e moralidade, a diferença sexual permanece, em grande medida, ancorada na anatomia, constituindo o ponto de partida e o impasse central de sua teorização, o que evidencia os limites históricos de seu horizonte conceitual no que diz respeito à separação entre sexo, identidade e desejo.

O conceito de gênero emerge no interior dos saberes *psi*¹⁰⁰, inicialmente formulado como instrumento clínico e diagnóstico, voltado à gestão da diferença sexual. Ao final da década de 1940, John Money introduziu o conceito de gênero como categoria destinada a definir um papel social ou uma identidade psicológica. No contexto de sua prática clínica com crianças então classificadas como “hermafroditas” ou “intersexuais”, Money propunha uma estabilização precoce do gênero, recorrendo a cirurgias corretivas e a tratamentos hormonais destinados a adequar corpos considerados ambíguos aos critérios binários de inteligibilidade sexual. Tais intervenções eram acompanhadas por técnicas pedagógicas e psicoterapêuticas voltadas à conformação da subjetividade aos critérios visuais e discursivos da medicina. Bebês com micropênis, por exemplo, eram frequentemente classificados como intersexuais, submetidos à reconstrução genital em formato vaginal e, posteriormente, a terapias hormonais¹⁰¹.

⁹⁹ Ibidem, p. 70–71.

¹⁰⁰ Por “saberes *psi*” entende-se o conjunto de disciplinas como psiquiatria, psicologia e psicanálise, voltadas à compreensão da mente e da subjetividade, historicamente produtoras de classificações e intervenções sobre o normal e o patológico.

¹⁰¹ PRECIADO, Paul B. **Texto junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro; com a contribuição de Verônica Daminelli Fernandes. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, p. 95-97.

A reconstrução da história do conceito de gênero é desenvolvida de modo sistemático por Lattanzio e Ribeiro¹⁰², que demonstram que o conceito de gênero possui uma “pré-história” clínica anterior à sua consagração no campo das teorias feministas. Ainda no interior da psicanálise, Ralph Greenson articulou a constituição do gênero aos processos identificatórios da primeira infância. A partir de sua experiência clínica, Greenson formula a noção de des-identificação da mãe como etapa crucial para a constituição da identidade masculina, sustentando que os meninos enfrentariam uma tarefa adicional e mais conflituosa ao precisar substituir o objeto primário de identificação para alcançar um sentimento de virilidade.

As formulações de Greenson encontram sistematização mais abrangente na obra de Robert Stoller, cuja produção se torna referência central nos estudos clínicos sobre o gênero. Retomando o conceito de imprinting, Stoller sustenta que a identidade de gênero se constitui a partir do exterior, antes mesmo da formação de um Eu capaz de desejar ou escolher, conferindo primazia à alteridade nas inscrições inaugurais do psiquismo. Ao estudar o transexualismo como “experimento natural”, o autor propõe que uma identificação precoce com a mãe funda uma posição feminina primária comum a todos os sujeitos, sendo a masculinidade o resultado de um processo mais árduo de des-identificação. A partir desse percurso, os autores defendem que a retomada dessa pré-história clínica é condição fundamental para articular criticamente as dimensões psíquicas, sociais e políticas do gênero, sem reduzi-lo a uma única matriz explicativa¹⁰³.

O conceito de gênero é contemporâneo aos avanços tecnocientíficos no campo da endocrinologia, da cirurgia, da psiquiatria e da psicologia do desenvolvimento, bem como à reorganização biopolítica das populações, que passa a demandar novas estratégias de gestão da reprodução, da família e da normatividade sexual. No contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, marcado pela reconstrução demográfica, pela reorganização da força de trabalho e pela necessidade de estabilização social, a sexualidade, a infância e a vida familiar tornam-se objetos centrais de governo. A inserção das mulheres no mercado de trabalho e seu posterior retorno ao espaço doméstico contribuíram para a reafirmação da família nuclear heterossexual como

¹⁰² LATTANZIO, Felipe Figueiredo; RIBEIRO, Paulo de Carvalho. Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 409-425, set./dez. 2018, p. 409-425.

¹⁰³ Ibidem, p. 414.

modelo normativo de reprodução e socialização. Nesse cenário, a infância passa a ser concebida como território estratégico de intervenção preventiva, no qual se busca assegurar, desde cedo, a coerência entre corpo, identidade e papel social. Variações corporais e subjetivas que escapam ao binarismo sexual deixam, então, de ser tratadas apenas como desvios morais e passam a ser problematizadas como falhas técnicas, passíveis de correção por meio de dispositivos médicos, psicológicos e pedagógicos¹⁰⁴.

Nesse contexto, o debate em torno da oposição entre natureza e cultura se torna central: a diferença sexual deixa de ser pensada como exclusivamente natural e passa a ser concebida enquanto moldável. Para Preciado, porém, esse deslocamento não corresponde a um processo emancipatório, mas à reatualização dos mecanismos de normatização. A preservação do binarismo sexual é reforçada justamente quando sua estabilidade é questionada, por meio da proliferação de dispositivos biomédicos, farmacológicos e jurídicos que reorganizam a diferença sexual¹⁰⁵.

É, portanto, nesse contexto que se inscreve a formulação do conceito de gênero, enquanto resposta tecnocientífica à crise dos papéis e da diferença sexual no pós-guerra. Ao deslocar o gênero do registro da natureza para o campo da intervenção médica e psicológica, tais formulações contribuem para a reconfiguração dos modos de produção da inteligibilidade sexual, reinscrevendo o binarismo em uma nova matriz técnico-discursiva.

Nesse ponto, Preciado introduz o conceito de regime farmacopornográfico para designar a mutação contemporânea dos dispositivos de poder que passam a operar diretamente sobre os corpos, o sexo e o desejo. Tal regime articula, de um lado, as tecnologias farmacológicas e biomédicas como hormônios, cirurgias, próteses, psicofármacos e, de outro, as tecnologias pornográficas, midiáticas e semióticas que produzem imagens, narrativas e normas de gênero e sexualidade. O corpo deixa de ser apenas disciplinado ou interditado e passa a ser molecularmente modulado, excitado, regulado e produzido por circuitos técnico-econômicos que atravessam tanto a biologia quanto o imaginário. Como afirma Preciado:

Enquanto o regime disciplinar do século XIX considerou o sexo natural, definitivo, imutável e transcendental, o gênero farmacopornográfico parece

¹⁰⁴ Ibidem, p. 99.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 99.

ser sintético, maleável, variável, aberto à transformação e imitável, assim como passível de ser tecnicamente produzido e reproduzido.¹⁰⁶

Nesse arranjo histórico, a categoria de gênero deixa de funcionar apenas como instrumento descritivo prescrito e passa a operar com tecnologias mais avançadas que visam produzir coerência identitária, funcionalidade reprodutiva e utilidade social. Cirurgias plásticas, hormonização, e protocolos clínicos diversos integram, assim, uma mesma matriz somatopolítica de fabricação dos corpos, tornando-os legíveis e governáveis segundo padrões biomédicos e administrativos.

A testosterona, por exemplo, deixa de operar exclusivamente como marcador biológico de masculinidade e passa a funcionar como tecnologia de modulação do desejo, da energia e da produtividade, tornando o corpo hormonal ajustável às exigências do capitalismo contemporâneo¹⁰⁷. Nesse deslocamento, a substância deixa de indicar uma essência sexual e passa a integrar um repertório técnico de otimização do desempenho físico e psíquico, afinado com a lógica neoliberal de maximização da performance. Não por acaso, observa-se hoje a crescente administração de testosterona também em mulheres, particularmente nos contextos de visibilidade digital, onde se valoriza um corpo feminino altamente performativo e musculado. Tal fenômeno evidencia não apenas a difusão das tecnologias farmacológicas, mas a reconfiguração histórica das normas de feminilidade, uma vez que atributos antes associados ao masculino passam a ser incorporados como signos de sucesso, disciplina e capital simbólico. A transformação do status da testosterona, de marcador sexual a instrumento de aprimoramento transversal, revela, assim, o caráter contingente das economias de legibilidade de gênero, mostrando que aquilo que conta como corpo feminino legítimo é continuamente redefinido por dispositivos técnicos, econômicos e culturais.

Preciado evidencia que tais práticas se apoiam em uma ontologia visual e administrativa do corpo, na qual a verdade do sexo é definida por critérios técnicos e por regimes de visibilidade destinados a tornar o corpo inteligível e governável. A ontologia visual do corpo não é exclusiva da contemporaneidade, mas se enraíza na constituição da medicina moderna e na racionalidade científica que privilegia a observação, a mensuração e a classificação como critérios de verdade. Desde a emergência da clínica e da anatomia modernas, o corpo torna-se objeto de um olhar

¹⁰⁶ Ibidem, p. 101.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 110.

que pretende apreender sua essência por meio do visível, lógica posteriormente reforçada pelo positivismo e pelos dispositivos biopolíticos de gestão da população.

Se, por um lado, há uma ontologia ótica, fundada na visibilidade do corpo e dos marcadores anatômicos; de outro, há uma ontologia imaterial, centrada na interioridade psíquica e na identidade, isto é, no “sentir-se” homem ou mulher — crítica que se estende às abordagens psychologizantes e a determinadas leituras da psicanálise acerca do gênero. Embora distintas em seus fundamentos, ambas se reforçam mutuamente ao pressupor como horizonte a existência de um masculino e de um feminino dotados de consistência, reinscrevendo, sob registros diferentes, a matriz binária essencialista que pretendem explicar¹⁰⁸.

Assim, a identidade de gênero segue naturalizada sob uma carga extra de cinismo: embora apresentada como evidência, depende cada vez mais de intervenções voltadas à intensificação de atributos de hombridade ou mulheridade que não acompanham, ao menos nos discursos hegemônico, questionamentos acerca da dimensão metafísica de tais categorias. Declarações como “sou homem”, “sou mulher”, emergem, assim, como condensações discursivas de núcleos biopolíticos e semióticos que articulam saberes médicos, jurídicos e culturais, produzindo posições de sujeito reconhecíveis no interior de uma determinada ordem social.

Ao mesmo tempo, Preciado não propõe uma recusa moral das tecnologias de gênero, mas uma política de reapropriação crítica. O tecnogênero não aparece apenas como instrumento de dominação, e sim como um campo ambivalente no qual se articulam captura e possibilidade, sujeição e invenção. Nesse horizonte, hackear os dispositivos farmacopornográficos por meio do uso dissidente de hormônios, da subversão das normas identitárias e da reinvenção das práticas corporais não significa escapar completamente do poder, mas operar deslocamentos internos que reconfiguram seus efeitos e abrem brechas para modos não normativos de subjetivação¹⁰⁹.

Tais práticas não anulam o dispositivo, mas o torcem por dentro, produzindo modos de existência que não coincidem plenamente com as finalidades reprodutivas, econômicas e simbólicas que o sustentam. Se o sujeito não antecede as tecnologias que o constituem, mas emerge na relação com elas, a subjetivação pode ser

¹⁰⁸ PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie**: sexo, drogas e biopolítica. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018, p. 110.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 106-110.

compreendida como um processo contínuo entre assujeitamento e resistência. Intervir sobre si, nesse sentido, não significa escapar ao poder, mas reorientar seus efeitos a partir de dentro. Trata-se de uma perspectiva foucaultiana, na qual as práticas de si constituem formas históricas de elaboração ética e política da subjetividade.

Em *Eu sou o monstro que vos fala*, Preciado explicita uma posição crítica que recusa tanto a naturalização quanto a moralização das tecnologias de gênero. Ao recorrer à figura kafkiana do macaco Pedro Vermelho, de *Um relatório para uma Academia*, Preciado sugere que a humanização e a normalização não constituem propriamente libertação, mas uma passagem de uma jaula a outra, isto é, a internalização de um regime de inteligibilidade que permite reconhecimento social ao custo de novas formas de captura. Nesse sentido, o gênero aparece também como uma “jaula” inevitável no interior da modernidade biopolítica: não se trata de abolir completamente as categorias de masculino e feminino, mas de reconhecer sua condição construída e coercitiva, bem como as margens de manobra possíveis dentro delas. O mérito, afirma o autor, está em reconhecer em qual jaula se está, consciência que impede sua naturalização e abre espaço para deslocamentos estratégicos. Sua própria posição trans é apresentada não como exterior ao dispositivo, mas como uma jaula “redesenhada”, talvez mais habitável do que as posições normativas de homem ou mulher, embora ainda inscrita no mesmo campo de forças¹¹⁰.

Nesse sentido, a desestabilização do sistema binário da diferença sexual e do gênero não decorre de um único fator isolado, mas da multiplicação de evidências empíricas, técnicas e sociais que tornam insustentável a correspondência naturalizada entre sexo, gênero e desejo. A diversidade cromossômica, hormonal e anatômica, assim como a pluralidade de experiências sociais e identitárias, revela como as construções normativas são incapazes de abarcar a complexidade dos corpos e das formas de vida.

2.2.2 O gênero como categoria histórica e política

O conceito de gênero foi posteriormente reinscrito em chave crítica e política, convertendo-se em categoria central da teoria feminista. Nessa abordagem, feminino e masculino deixam de ser tratados como dados naturais e passam a ser

¹¹⁰ PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala**: relatório para uma academia de psicanalistas. Tradução de Maria Cristina Franco Ferraz. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 11-15.

compreendidos como efeitos de construções culturais e históricas. Conforme Garcia¹¹¹, o sistema de gênero designa o conjunto de crenças, normas e discursos que definem o que é considerado próprio de cada sexo e que organizam, a partir dessa definição, direitos, espaços, atividades e condutas socialmente atribuídas a homens e mulheres. O gênero não se reduz, portanto, ao sexo biológico: enquanto este se refere às diferenças corporais, aquele diz respeito às normas e expectativas que estruturam socialmente a diferença sexual.

O propósito central dos estudos de gênero e da teoria feminista passa a ser, assim, desmontar o preconceito segundo o qual a biologia determina o feminino, enquanto o cultural ou o humano seriam criações masculinas. Nesse sentido, a biologia deixa de funcionar como fundamento explicativo da desigualdade e passa a ser interrogada como parte de um regime discursivo que legitima hierarquias.

Os estudos de gênero começaram a se institucionalizar nas universidades norte-americanas a partir da década de 1970 e se difundiram posteriormente por universidades de todo o mundo. Garcia¹¹² observa que a entrada das mulheres nas ciências sociais, seja como objeto de investigação, seja como produtoras de conhecimento, colocou em xeque a suposta neutralidade dos conceitos, das teorias e dos métodos até então consagrados. Questionava-se, assim, a pretensão de universalidade de discursos construídos a partir de uma perspectiva masculina e androcêntrica.

Para Joan Scott¹¹³: a relevância do conceito de gênero reside em sua potência como categoria útil de análise histórica, deslocando o foco explicativo da diferença sexual tomada como dado natural para os modos históricos de significação das diferenças. Em vez de perguntar o que é a diferença entre homens e mulheres, Scott propõe investigar como essa diferença é produzida, organizada e mobilizada em contextos históricos específicos, por meio de discursos, instituições, práticas sociais e relações de poder.

Tal perspectiva exige um retorno à história para observar as gramáticas simbólicas e normativas próprias de cada época, nas quais se definem os sentidos atribuídos ao masculino e ao feminino. Desse modo, as formas contemporâneas de

¹¹¹ GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015, p. 101–103.

¹¹² Ibidem, p. 115–118.

¹¹³ SCOTT, Joan W. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995. (Original: 1986).

comportamento, expectativas e papéis atribuídos a homens e mulheres não expressam uma essência trans-histórica, mas refletem configurações históricas situadas, atravessadas por disputas políticas, sociais e culturais. O gênero, portanto, não funciona como sinônimo de diferença sexual, mas como uma ferramenta analítica que permite historicizar as hierarquias, os sentidos e os regimes de inteligibilidade que organizam as relações entre os sujeitos considerados homens e mulheres em diferentes momentos históricos.

Nesse movimento, tornou-se central a pergunta acerca da própria categoria “mulher”. Como indica Garcia¹¹⁴, antes de responder à questão “o que é uma mulher?”, tornou-se necessário permitir que as mulheres falassem por si, rompendo com o silêncio e a exclusão impostos pelo discurso hegemônico. A construção do gênero revela-se, desse modo, simultaneamente como processo de representação e de autorrepresentação, atravessado por relações de poder.

O feminismo¹¹⁵, longe de constituir um bloco homogêneo, conforma um campo plural e em permanente disputa, atravessado por reconfigurações teóricas e políticas que respondem às transformações sociais e culturais. Segundo Garcia¹¹⁶, o feminismo deve ser compreendido como um movimento histórico e emancipatório que assume múltiplas formas, variáveis no tempo e no espaço, mas unificado pela crítica às relações de dominação entre homens e mulheres. As periodizações em “ondas”, embora úteis do ponto de vista didático, não esgotam a complexidade histórica do feminismo, tampouco dão conta de suas simultaneidades, tensões internas e disputas conceituais.

A chamada primeira onda, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, esteve ligada ao sufragismo e à luta por direitos civis e políticos, denunciando as contradições de um ideal iluminista de igualdade que, ao proclamar a liberdade universal, excluía as mulheres da esfera pública e as confinava à domesticidade. Garcia observa que esse feminismo inicial se desenvolveu em um contexto profundamente androcêntrico, no qual as mulheres reivindicavam direitos em uma ordem simbólica que continuava a reconhecê-las como exceção à norma masculina.

¹¹⁴ Ibidem, p. 120–123.

¹¹⁵ O feminismo é entendido como movimento político, social e teórico que denuncia e enfrenta as desigualdades de gênero, questionando a naturalização da diferença sexual e as estruturas patriarcais que subordinam as mulheres, ao mesmo tempo em que propõe formas de transformação social e produção de novos modos de subjetivação.

¹¹⁶ GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**, p. 13.

Já a segunda onda, entre as décadas de 1960 e 1980, deslocou o foco da igualdade formal para a crítica às estruturas que sustentam a desigualdade de gênero, politizando a experiência subjetiva e cotidiana e articulando pautas como autonomia corporal, direito ao aborto, crítica à divisão sexual do trabalho e transformação das relações familiares. Nesse processo, difundiu-se o lema “o pessoal é político”¹¹⁷, que revelou como opressões vividas na intimidade, por exemplo, na sexualidade, na maternidade ou no casamento, são produtos de uma ordem social generificada hierarquicamente.

Um marco teórico decisivo nesse período foi a publicação de *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir. Ao afirmar que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”¹¹⁸, a autora aponta que a feminilidade não é um destino biológico, mas um efeito da história e da sociedade. Ser mulher, nesse contexto, significa ocupar o lugar do “Outro”, posição construída sob os imperativos do olhar masculino, supostamente universal, e da lógica patriarcal. Como resume Beauvoir, “a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. Assim, a feminilidade, tal como instituída, corresponde à visão do sujeito masculino que objetifica a mulher. Contudo, quando a mulher resiste, devolve o olhar e interroga o próprio lugar que lhe é designado, desestabiliza a autoridade simbólica do masculino e o pretenso universal que o sustenta”¹¹⁹.

Desde a metafísica grega até a modernidade, o pensamento ocidental foi guiado pela busca do idêntico sob a diferença, do mesmo sob o outro pela ideia de um princípio de unidade que garantiria a ordem e a inteligibilidade do mundo. Essa lógica do *Um* consolidou o masculino como medida universal da razão e da humanidade. A mulher, por sua vez, foi situada como o negativo desse *Um*: ausência, espelho ou falta. Ao afirmar que a mulher é o “Outro” do homem, Beauvoir evidencia a assimetria dessa estrutura simbólica, em que o masculino ocupa o lugar do universal e o feminino é definido apenas por oposição a ele. Sua crítica desvela o modo como a identidade feminina foi historicamente construída a partir da outridade, mostrando

¹¹⁷ HANISCH, Carol. The Personal is Political. In: FIRESTONE, Shulamith; KOEDT, Anne (orgs.).

Notes from the Second Year: Women's Liberation. New York: Radical Feminism, 1970, p. 76-78 [Tradução nossa].

¹¹⁸ BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida.** 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967, p. 9

¹¹⁹ BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, p. 17.

que é justamente essa posição de complemento que sustenta a própria ideia de sujeito na tradição ocidental.

Ao interrogar o lugar da mulher na sociedade, Beauvoir mobiliza diferentes campos de saber, entre eles, a psicanálise, o marxismo e o existencialismo, na busca de compreender as condições históricas e simbólicas que sustentam a desigualdade entre os sexos. Cada uma dessas perspectivas lhe oferece uma via de acesso ao problema da alteridade feminina. Beauvoir reconhece na psicanálise uma contribuição decisiva ao evidenciar o papel da sexualidade na formação subjetiva, mas também seus limites, sobretudo por reduzir o feminino a uma expressão da diferença sexual sem considerar a historicidade que a constitui.

É nesse gesto de ruptura que se concentra parte importante da potência política da segunda onda do feminismo: o esforço de desestabilizar a posição historicamente atribuída ao feminino como objeto de saber para afirmar-se como sujeito ativo, capaz de desejar, agir e produzir conhecimento sobre si mesma. Houve, portanto, a reivindicação de um lugar de agência para as mulheres, deslocando a lógica que as reduzia a complemento do masculino e abrindo espaço para novas formas de subjetivação e de produção de verdade sobre o feminino.

Essa fase também foi marcada por intensos debates teóricos acerca da linguagem e da crítica à centralidade fálica da cultura ocidental. Autoras como Luce Irigaray¹²⁰ realizaram uma interlocução crítica com a filosofia e com a psicanálise, especialmente com a tradição freudiana e lacaniana, denunciando os limites simbólicos e epistêmicos da forma como o feminino é concebido nessas teorias.

A filósofa Luce Irigaray sustenta que as mulheres ocupam uma posição no discurso ocidental: são “o sexo que não é Um”¹²¹. Inserida em uma ordem falocêntrica, a mulher é concebida, na linguagem, como o irrepresentável, ou seja, aquilo que escapa à nomeação e à simbolização plenas. Nessa economia significativa, o feminino é construído como ausência, opacidade e espelho do sujeito masculino. Para romper esse impasse, Irigaray propõe uma escrita feminina, capaz de instaurar

¹²⁰ Luce Irigaray, filósofa e linguista com formação em psicologia e psicanálise, atuou como diretora de pesquisa no *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) e lecionou na Universidade de Vincennes entre 1970 e 1974. Nesse período, integrou a Escola Freudiana de Paris, dirigida por Jacques Lacan, mas foi afastada após a publicação de *Speculum: de l'autre femme* (1974), obra originada de sua tese de doutorado que marcou sua projeção internacional ao apresentar uma crítica radical à exclusão da mulher na filosofia e na psicanálise.

¹²¹ IRIGARAY, Luce. **Esse sexo que não é só um sexo**: sexualidade e status social da mulher. Trad. Cecília Prada. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2017, p. 31.

outra lógica: múltipla, sensível ao corpo e atravessada pelo desejo. Essa escrita desloca a hegemonia do falo como eixo de produção de sentido, instaurando uma diferença radical que não se define pela oposição ao masculino, mas por uma alteridade própria, fundada em uma diferença radical.

Nesse mesmo contexto de transição, pensadoras negras e decoloniais como bell hooks, Audre Lorde, Angela Davis e Kimberlé Crenshaw questionaram o caráter universalista do feminismo liberal, mostrando que a categoria “mulher” não é homogênea, mas atravessada por marcadores de raça, classe e sexualidade. Autoras latino-americanas, como Lélia Gonzalez, María Lugones, Ochy Curiel e Gloria Anzaldúa, radicalizaram essa crítica ao evidenciar a inscrição colonial do gênero e ao propor uma leitura situada da experiência feminina no contexto latino-americano.

Em conjunto, essas autoras criticaram o feminismo branco e liberal, ampliando o debate ao incluir as interseções entre gênero, raça e classe. Suas análises demonstraram que o sexismo não pode ser compreendido isoladamente, mas em articulação com o racismo estrutural, a exploração capitalista e as marcas da colonialidade. Ao desafiar a pretensão universalista dos feminismos ocidentais e propor epistemologias situadas, revelam o imperialismo epistêmico que sustentava grande parte das teorizações eurocentradas sobre o feminino. Assim, desestabilizam a ideia de um sujeito feminino único e colocam em questão as narrativas lineares e progressivas da história do feminismo, abrindo caminho para as reconfigurações teóricas e políticas que marcam a chamada terceira onda do feminismo.

A partir da década de 1990, consolida-se a chamada terceira onda do feminismo, marcada pelo questionamento das bases identitárias e pela crítica às formas tradicionais de representação política, recolocando de maneira inédita a questão da diferença e das relações de poder entre os gêneros. Um dos nomes centrais desse momento é Judith Butler, filósofa cuja obra tem exercido profunda influência nos campos da filosofia política, da teoria de gênero e da psicanálise contemporânea. Sua contribuição se insere em um contexto de crítica às bases identitárias do feminismo e às narrativas que supõem um sujeito feminino estável como fundamento da política.

2.2.3 Judith Butler: entre gênero, psicanálise e subjetivação

Em *Problemas de gênero*¹²², Butler demonstra que parte do feminismo, ao tentar representar “a mulher” e assegurar-lhe visibilidade política, corre o risco de reproduzir as mesmas estruturas de poder que definem quem pode ser reconhecida como sujeito e quem é excluída dos regimes de inteligibilidade. Como afirma Butler, “a crítica feminista também deve compreender como a categoria das ‘mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação”¹²³.

Ao analisar a matriz sexo/gênero, a autora evidencia que o sujeito do feminismo não é uma categoria estável, mas um efeito histórico e discursivo, dialogando diretamente com a crítica de Michel Foucault ao sujeito moderno. Ao mostrar que o sujeito não preexiste ao discurso, Foucault abre a via pela qual Butler caminhará para interrogar o próprio estatuto da identidade.

Ao recusar a ideia de um sujeito pré-discursivo ou naturalmente feminino, Judith Butler desmonta o suposto ponto de partida ontológico da categoria “mulher”. A autora problematiza a própria operação de nomeação: ao afirmar que alguém é mulher, corre-se o risco de reduzir a complexidade da experiência subjetiva a um único marcador identitário, apagando outras dimensões que a constituem. Tal redução desconsidera aspectos cruciais como raça, classe, sexualidade, localização geopolítica, que atravessam e diferenciam as formas de viver o gênero. Nesse sentido, Butler mostra que narrativas feministas fundadas em identidades fixas tendem a silenciar diferenças internas e a naturalizar exclusões, mascarando os mecanismos de exclusão que sustentam a própria norma de gênero. Butler demonstra, assim, os limites de uma política feminista fundada em identidades fixas e de uma compreensão do gênero apoiada em pressupostos essencialistas ou identitários¹²⁴.

Butler reconhece que a política não pode se realizar fora das estruturas jurídicas e discursivas que moldam a representação. A prática feminista, portanto, não se situa fora do poder, mas opera nele, encontrando suas brechas. O que se coloca, então, é a necessidade de uma crítica a essas categorias, não no sentido de abandoná-las, não para abandoná-las, mas para torná-las provisórias, estratégicas e

¹²² BUTLER, Judith. **Problemas de gênero feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

¹²³ Ibidem, p. 17-20.

¹²⁴ Ibidem, p. 20-23.

abertas à contestação. Desse modo, a política feminista se deslocaria da busca de uma essência comum e se redefiniria como prática crítica, fundada na contingência, na disputa e na possibilidade de coalizões, aberta à diferença e ao permanente diálogo¹²⁵.

Ao discutir a ordem causal compulsória que articula sexo, gênero e orientação sexual, Butler explicita que a cadeia pressupõe que o “sexo” biológico determina naturalmente o “gênero” e, por consequência, o “desejo” heterossexual, produzindo uma ilusão de continuidade entre natureza e cultura, corpo e identidade. Essa suposta coerência sustenta o regime de saber-poder que Foucault nomeou de “verdade do sexo”.

Butler, entretanto, demonstra que a própria categoria de “sexo” não é um dado natural, mas já se encontra inscrita em um regime de significação que organiza e interpreta o corpo. O que se entende como “masculino” e “feminino” resulta de normas que definem quais características corporais serão reconhecidas como sexualmente relevantes. Butler problematiza, assim, a matriz binária que classifica os corpos como exclusivamente masculinos ou femininos, evidenciando que tal divisão ignora uma diversidade morfológica significativa que inclui não apenas órgãos genitais, mas também caracteres sexuais secundários, níveis hormonais, estruturas cromossômicas e variações intersexuais. Apesar dessa complexidade biológica, os corpos são enquadrados em uma aparência binária que naturaliza essa separação¹²⁶.

A filósofa aponta que o binarismo “feminino/masculino”, por não corresponder à complexidade dos corpos sexuados, evidencia justamente a descontinuidade entre sexo e gênero. Com isso, compreendemos que o próprio olhar que identifica e classifica os corpos sexuados parte do gênero, ou seja, é produzido e regulado por discursos e práticas que atribuem sentidos ao que se entende por “sexo”. “A rigor, talvez o sexo sempre tenha sido gênero”¹²⁷.

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos.¹²⁸

A crítica de Butler se amplia, então, na formulação da matriz heterossexual

¹²⁵ Ibidem, p. 24-27.

¹²⁶ Ibidem, p. 25.

¹²⁷ Ibidem, p. 27.

¹²⁸ Ibidem, p. 27.

compulsória, estrutura normativa que sustenta a coerência ilusória entre corpo, identidade e orientação sexual. Ao prescrever a heterossexualidade como norma e princípio de inteligibilidade, essa matriz opera como um mecanismo de assujeitamento, submetendo corpos e afetos às convenções culturais que definem o que pode ser reconhecido como legítimo ou inteligível.

Inspirando-se em Monique Wittig¹²⁹ Butler evidencia que a heterossexualidade opera como um regime político de produção de sujeitos, no qual o imperativo heterossexual atua como instância reguladora que impõe identidades generificadas e sujeitas à vigilância. Nesse quadro, os corpos que não se ajustam à coerência binária são excluídos ou tornados ininteligíveis, revelando o caráter disciplinar da heteronormatividade enquanto tecnologia de poder. Assim, esse regime legitima a diferença sexual como fundamento natural, garantindo a reprodução das convenções que organizam o gênero e orientação sexual¹³⁰.

Nessa toada, Butler estende seu gesto teórico de desnaturalizar categorias, também às identidades de gênero. Ela contesta a concepção de gênero como algo que simplesmente “se é”, como se a identidade pudesse expressar um eu coeso, aproximando-se da leitura psicanalítica do eu como uma construção imaginária, sustentada pela ilusão de unidade e coerência que disfarça a divisão constitutiva do sujeito¹³¹. Butler, ainda, demonstra que a própria noção de identidade está intrinsecamente vinculada ao gênero, uma vez que o reconhecimento social de alguém como sujeito depende da atribuição de uma marca de gênero.

Retomando a noção de performatividade, Judith Butler afirma: “não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é performativamente constituída pelas próprias expressões que se dizem seus resultados”¹³². Butler compreende, então, o gênero não como expressão de uma essência, nem apenas construção social, mas como uma performatividade, ou seja, “uma estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural do ser”¹³³.

¹²⁹ WITTIG, Monique. **O pensamento heterossexual e outros ensaios**. Tradução de Heloisa Buarque de Hollanda e Lúcia Facco. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

¹³⁰ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero feminismo e subversão da identidade**, p. 26.

¹³¹ LACAN Jacques, *O estágio do espelho como formador da função do eu*. In: _____. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p. 96 – 104.

¹³² BUTLER, Judith. **Problemas de gênero feminismo e subversão da identidade** p. 56.

¹³³ Ibidem, p. 69.

Ao reler a conhecida máxima de Simone de Beauvoir, “não se nasce mulher: torna-se”¹³⁴, Butler recusa qualquer origem ou destino para a feminilidade, concebendo “mulher” como um processo, um devir, e também como um resultado de discursos que produzem determinados modos de ser mulher, mas que permanecem sempre suscetíveis a deslocamentos e reinterpretações¹³⁵.

Esse tornar-se, para Butler, constitui o próprio movimento de formação do sujeito, cuja agência se exerce justamente no interior das normas que o produzem. Assim, o sujeito “não é determinado pelas regras pelas quais é gerado, porque a significação não é um ato fundador, mas antes um processo regulado de repetição que tanto oculta quanto impõe suas regras, precisamente por efeitos substancializantes”¹³⁶. É nesse movimento reiterativo que se abre a possibilidade da ação, já que “toda significação ocorre na órbita da compulsão à repetição; a ação, portanto, deve ser situada na possibilidade de uma variação dessa repetição”¹³⁷.

A performatividade, assim, não consiste em um reflexo mecânico das normas, mas em sua reencenação variável. A própria ordem de ser de um dado gênero produz inevitáveis incoerências, multiplicidades e contradições que excedem e desafiam o sistema que as engendra. É nesse ponto que Butler introduz a noção de repetição subversiva: atos que, ao reiterarem a norma, podem desestabilizá-la por meio da paródia, uma citação imperfeita do modelo que pretende reproduzir¹³⁸.

Essa concepção acerca da repetição estabelece diálogo com a psicanálise. Tanto Butler e Freud percebem, cada um a seu modo, que é na repetição que algo pode vacilar e que nesse vacilo se inscreve a possibilidade do novo. Em *Recordar, repetir e elaborar*¹³⁹, Freud mostra que a repetição não é apenas a prisão do mesmo, mas também o caminho possível da elaboração: é ao repetir que o sujeito se confronta com aquilo que não pôde simbolizar. Butler e Freud se encontram nesse “disco riscado”.

A noção de performatividade apoia-se na teoria dos atos de fala desenvolvida a partir da filosofia da linguagem de Oxford, cuja contribuição rompeu com a

¹³⁴ Op. cit.

¹³⁵ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero feminismo e subversão da identidade** p. 69.

¹³⁶ Ibidem, p. 250.

¹³⁷ Ibidem.

¹³⁸ Ibidem, p. 254.

¹³⁹ FREUD, Sigmund. *Recordar, repetir e elaborar (1914)*. In: FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 10: Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911–1913)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 161–172.

concepção tradicional da linguagem como simples representação do real, mostrando que falar é agir. Um exemplo claro disso é que, ao proferir expressões como “prometo”, “batizo” ou “aceito”, o falante não descreve uma ação, mas a realiza no próprio ato de enunciar. Ao mesmo tempo, o ato de fala não apenas produz efeitos no mundo, como também constitui o sujeito, instaurando posições e delimitando o campo do que pode ser dito. Assim, a linguagem deixa de ser concebida como instrumento de descrição empírica e passa a ser reconhecida como prática social constitutiva do real.

Butler retoma a crítica foucaultiana à confissão no capítulo “Confissões corpóreas”, de *Desfazendo o gênero*, articulando a psicanálise ao dispositivo da sexualidade. A autora propõe considerar a relação entre linguagem, corpo e análise a partir do ato da confissão. Contudo, seu interesse se volta à possibilidade de reinventar o gesto confessional: em vez de instrumento disciplinar, a confissão em análise pode ser pensada como uma prática de autoconstituição, em que “o falar não revela um eu preexistente, mas o produz performativamente”¹⁴⁰.

Para Butler, o ato de fala na análise não se reduz à transmissão verbal, mas é um acontecimento corporal e relacional. “A confissão, o corpo e a psicanálise se entrelaçam no momento em que o ato de dizer se torna um novo ato ou uma nova vida para o falante”¹⁴¹. Assim, a fala analítica é um gesto ético e criador: “as formas de fala em análise não são apenas transmissões verbais, mas ações que incorporam o desejo, a intimidade e o potencial de transformação”¹⁴². O dizer, portanto, não revela uma verdade oculta, mas inaugura um campo de relação em que o sujeito se faz e se desfaz.

A autora, em um diálogo crítico com a psicanálise, propõe que, ao manter as normas heterossexuais de parentesco como base de sua teorização, acaba operando como instrumento de reprodução simbólica de uma organização social que já não dá conta das formas de vida contemporâneas. Como afirma, “a psicanálise, às vezes, ainda depende de um presumível parentesco heterossexual para teorizar a formação sexual do sujeito”¹⁴³. Ao assumir como universal a estrutura edípica, que toma a

¹⁴⁰ BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. Tradução de Alécia Bretas, Ana Luiza Gussen, Beatriz Zampieri, Gabriel Lisboa Ponciano, Luís Felipe Teixeira, Nathan Teixeira, Petra Bastone e Victor Galdino. Coordenação de tradução de Carla Rodrigues. São Paulo: Editora Unesp, 2022, p. 276.

¹⁴¹ Ibidem, p. 278.

¹⁴² Idem.

¹⁴³ Ibidem, 216.

diferença sexual como fundamento da subjetivação, a teoria analítica tende a reforçar a “presunção da troca heterossexual”¹⁴⁴ e a naturalizar a família nuclear como paradigma do desejo.

Nesse sentido, Butler argumenta que, ao compreender a heterossexualidade como coextensiva à inteligibilidade cultural, a psicanálise nega a historicidade das normas de parentesco e de sexualidade. “Quando as relações de vínculo permanecem estáticas em seu próprio trabalho, a psicanálise apoia a própria natureza cultural que filósofos como Agacinski têm chamado de ordem simbólica”¹⁴⁵. Tal postura implica a manutenção de um modelo de cultura que opera como mecanismo de exclusão: os modos de vida dissidentes permanecem fora do campo de reconhecimento e, portanto, do campo do sentido.

Desse modo, sustenta-se um quadro normativo em que o sofrimento psíquico de sujeitos que escapam ao modelo heterossexual torna-se, com frequência, não reconhecível nem elaborável, uma vez que a psicanálise tende a compreender como “normal” apenas um certo destino de subjetivação, aquele que se conforma às normas de gênero e parentesco socialmente legitimadas.

Butler reconhece o caráter compulsório da heterossexualização do desejo e o aprofunda ao formular a noção de “melancolia de gênero”. A filósofa observa que, no complexo de Édipo, haveria processos de perda, identificação e proibição participam da constituição da subjetividade sexuada. Desde Freud, a melancolia é concebida como um mecanismo estruturante do eu, no qual a perda do objeto amado leva à sua incorporação: “refugiando-se no eu, o amor escapa à aniquilação”¹⁴⁶. Em *O eu e o id*, Freud amplia essa formulação ao afirmar que “o caráter do eu é um precipitado de investimentos objetais abandonados”¹⁴⁷, indicando que o eu é constituído pelas marcas das perdas amorosas que o atravessam. A identificação melancólica aparece, então, como uma forma de luto não resolvido, cuja ambivalência é internalizada e passa a constituir a base das identificações narcísicas.

O gênero, portanto, é adquirido por meio da renúncia e da identificação

¹⁴⁴ Ibidem, 218.

¹⁴⁵ Ibidem, 219.

¹⁴⁶ FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia* (1917). In: FREUD, Sigmund. **Obras completas, vol. 12:** Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914–1916). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 178.

¹⁴⁷ FREUD, Sigmund. *O eu e o id* (1923). In: FREUD, Sigmund. **Obras completas, vol. 16:** O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923–1925). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 109.

reguladas pela norma heterossexual, a partir da incorporação das proibições culturais segundo o tabu do incesto e da homossexualidade. Inserida no contexto edípico, essa dinâmica funda a masculinidade e a feminilidade como efeitos da renúncia ao objeto incestuoso e da internalização das interdições sociais. O sujeito incorpora, como ausência constitutiva, o amor que não pôde nomear: as identificações de gênero são os rastros de um amor recusado, de um desejo que precisou ser renegado para que o sujeito pudesse ser reconhecido¹⁴⁸.

A melancolia de gênero é, portanto, o mecanismo pelo qual o sujeito adquire uma identidade viável dentro da matriz heterossexual. A coerência identitária surge como resultado de um conjunto de perdas reguladas: o corpo sexuado, é o arquivo de uma série de renúncias que o constituem como sujeito inteligível”. O ideal do eu, “agência interna de sanção e tabu”¹⁴⁹, assegura a coerência do sujeito excluindo do que não se conforma à norma.

A partir da leitura proposta por Butler, o gênero pode ser compreendido como uma forma melancólica de subjetivação, em que a feminilidade e a masculinidade se constituem como disposições do eu, garantindo a coerência simbólica do sujeito dentro da matriz heteronormativa. Trata-se, porém, de uma coerência conquistada a alto custo: o sujeito sustenta seu próprio ideal à custa da renúncia e da exclusão de tudo aquilo que ameaça desestabilizá-lo.

Em *A vida psíquica do poder*, Butler, partindo de Foucault, enfatiza o sujeito só se constitui como tal na medida em que é assujeitado a normas, discursos e relações de poder que o precedem e o atravessam. Trata-se de uma dependência radical, que não é externa ao sujeito, mas constitutiva de sua própria existência. Esse processo opera sobretudo por meio do corpo, entendido como superfície de inscrição de regimes discursivos e normativos que definem o que pode ser visto, dito e reconhecido como sujeito. A agência, nesse contexto, não se opõe ao poder, mas emerge precisamente da forma como o sujeito se identifica com as normas que o constituem, reinscrevendo-as, deslocando-as ou reiterando-as sob determinadas condições¹⁵⁰.

Ao analisar os dispositivos disciplinares em *Vigiar e punir*, Foucault mostra que o poder não atua apenas pela coerção exterior nem pela interiorização psíquica

¹⁴⁸ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero feminismo e subversão da identidade** p. 116.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 115.

¹⁵⁰ BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias dasujeição**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2017, p. 89-90.

isolada, mas por meio de mecanismos que organizam a própria produção dos sujeitos¹⁵¹. Butler retoma essa perspectiva para indicar que a identidade, longe de ser um núcleo interior livre, é um efeito ambíguo do poder: ao mesmo tempo condição de sujeição e possibilidade de ação, lugar em que se joga, simultaneamente, a dominação e a resistência.

No caso da prisão, a vigilância contínua, a normalização dos gestos e as práticas confessionais produzem sujeitos dóceis e governáveis, evidenciando o caráter produtivo, e não apenas repressivo, do poder disciplinar.

É nesse ponto que as teorias feministas e de gênero recorrem a Foucault para interrogar os modos específicos pelos quais a subordinação se inscreve nos corpos das mulheres. Se o poder produz sujeitos por meio do corpo, como compreender a persistência da dominação de gênero mesmo em situações nas quais a resistência pareceria possível? De que modo a sujeição se mantém quando não há uma coerção explícita, mas normas profundamente incorporadas que regulam gestos, afetos e respostas?

O relato de Virginie Despentes é emblemático a esse respeito. Ao narrar um episódio de assédio sofrido apesar de estar armada com uma faca escondida na meia, Despentes evidencia que a subordinação feminina não se reduz à ausência de meios materiais de defesa, mas está enraizada em um regime de produção do corpo e da subjetividade que antecede a situação concreta. A impossibilidade de reagir não decorre da fragilidade física, mas da internalização de normas que regulam o medo, a culpa, a vergonha e a expectativa de violência. O corpo feminino, mesmo quando potencialmente armado, permanece capturado por dispositivos simbólicos e sociais que produzem a sujeição como algo vivido, quase automático, revelando a dimensão onde o poder opera para além da coerção visível¹⁵².

Butler, ao retomar a análise foucaultiana da prisão, sustenta que o poder disciplinar produz não apenas comportamentos, mas uma forma de individualidade coerente e reconhecível. É nesse processo que se constitui o que Foucault denomina “alma”: não uma interioridade autônoma, mas um efeito e instrumento do poder, a ‘prisão do corpo’”¹⁵³.

¹⁵¹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2021, p. 135–170.

¹⁵² DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. São Paulo: n-1 edições, 2016, p. 27–31.

¹⁵³ BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Rio de Janeiro: Autêntica, 2017, p. 91.

Nesse momento de sua obra, anterior às últimas publicações de Foucault, Butler recorre à psicanálise, mais precisamente à noção de inconsciente, para pensar aquilo que, no sujeito, resiste à completa assimilação pela norma. A constituição subjetiva passa, então, a ser compreendida em relação a um ideal simbólico que nunca se instala plenamente, restando sempre um núcleo inconsciente irreduzível às formas normativas¹⁵⁴.

Se o inconsciente pode funcionar como instância de resistência, torna-se necessário interrogar também seu envolvimento com a sujeição. O problema desloca-se da oposição entre norma e desejo para a questão do apego psíquico à norma: por que o sujeito investe nas formas que o subordinam?¹⁵⁵

Na articulação entre Foucault e a psicanálise, Butler questiona se a concepção foucaultiana do corpo como superfície de inscrição das relações de poder não deixa em aberto a constituição do eu. Daí a necessidade de um deslocamento em direção a Freud, para quem o eu é fundamentalmente corporal, e a Lacan, que o compreende como efeito de identificações imaginárias¹⁵⁶.

Nesse horizonte, a sujeição não é apenas imposição externa, mas processo que simultaneamente instala e sustenta o sujeito. Quando Foucault afirma que a “alma leva o prisioneiro à existência”, trata-se de indicar um efeito de poder que confere inteligibilidade e consistência ao sujeito, tornando-o legível e governável. O apego à subordinação pode então ser compreendido como condição precária de consistência do ser¹⁵⁷.

No plano político-jurídico, Butler retoma Foucault para mostrar que o Estado moderno produz sujeitos reconhecíveis ao convertê-los em sujeitos de direitos apenas na medida em que se conformam a categorias normativas. A política identitária, nesse sentido, depende do reconhecimento institucional, o que exige certa estabilização da identidade como condição de legitimidade social¹⁵⁸.

Esse processo configura um duplo constrangimento: o mesmo aparato que individualiza também totaliza, de modo que não há uma subjetividade autêntica anterior ao poder. O problema passa a ser compreender não apenas como somos produzidos como sujeitos, mas por que nos vinculamos a essas formas de

¹⁵⁴ Ibidem, p. 93.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 95.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 97.

¹⁵⁷ Ibidem, p. 98.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 100.

produção¹⁵⁹.

O reconhecimento estatal gera um vínculo psíquico, afetivo e libidinal com as identidades que o tornam possível. Resistir a elas implica arriscar a própria inteligibilidade social e simbólica¹⁶⁰.

Nesse sentido, o poder não apenas produz identidades normativas, mas também um apego psíquico a elas, já que garantem reconhecimento e existência simbólica. A persistência das normas decorre menos da coerção externa do que do desejo de permanecer inteligível¹⁶¹.

Esse diagnóstico torna-se particularmente relevante para compreender a política identitária contemporânea. Quando o reconhecimento jurídico depende da estabilização de identidades, a luta política pode inadvertidamente reiterar os mesmos quadros normativos que produzem a exclusão. A identidade funciona simultaneamente como instrumento de emancipação e como tecnologia de governo.

No contexto neoliberal, essa dinâmica adquire nova configuração. A governamentalidade neoliberal transforma o mercado em princípio de inteligibilidade do social e interpela os indivíduos como empreendedores de si mesmos. A lei deixa de garantir igualdade substantiva e passa a assegurar previsibilidade para a concorrência. Nesse cenário, identidades coletivas são frequentemente incorporadas como categorias administrativas de gestão, integrando-se à lógica de regulação diferencial sem alterar as estruturas de desigualdade.

A política identitária pode, assim, operar como resposta legítima às exclusões históricas e, ao mesmo tempo, como efeito ambíguo da racionalidade neoliberal. Ao buscar reconhecimento estatal, ela se vincula às normas que definem quem pode aparecer como sujeito político, produzindo um apego psíquico às formas de identidade que garantem visibilidade e direitos. A identidade deixa de funcionar como exterioridade crítica ao poder e passa a atuar como dispositivo de normalização¹⁶².

Desse modo, a articulação entre Foucault, Butler e a psicanálise permite compreender os modos contemporâneos de subjetivação como processos nos quais poder, identidade e resistência não se opõem, mas se entrelaçam. O sujeito emerge na tensão entre reconhecimento e sujeição, entre desejo de autonomia e necessidade

¹⁵⁹ Ibidem, p. 108.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 108.

¹⁶¹ Ibidem, p. 106-107.

¹⁶² BARROS, Douglas. **O que é identitarismo?** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

de inteligibilidade social. A resistência não consiste em retornar a uma essência anterior às normas, mas em reconfigurar, a partir de dentro, os dispositivos que tornam a vida possível e governável.

A partir de Butler, portanto, recolhemos um convite a uma escuta aberta ao inacabado: ao que resiste à captura pelas categorias já dadas e conserva um certo elemento surpresa. Nesse horizonte, o analista não ocupa o lugar de guardião da “verdade do sexo”, mas é aquele que acompanha o sujeito em seus desvios, impasses e reinvenções, sustentando, junto dele, o “não-saber” que torna uma análise possível. Essa crítica visa enfatizar a importância de que a psicanálise mantenha em diálogo com as transformações culturais e subjetivas do presente. Como advertiu Lacan, “que renuncie a isso, portanto, quem não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época”¹⁶³.

Encerramos este capítulo teórico, no qual buscamos compreender as condições discursivas que sustentam a constituição do sujeito em sua relação com a sexualidade e o gênero, articulando as contribuições de Foucault e de teóricas feministas que dialogam com a psicanálise, entre elas, Beauvoir, Irigaray e, especialmente, Butler, cuja interlocução com o pensamento foucaultiano oferece uma leitura fundamental sobre os modos de subjetivação contemporâneos.

Essa conversa, contudo, permanece aberta. A partir daqui, o olhar se desloca para o campo da história: será o exame das fontes freudianas e lacanianas que permitirá situá-las em seus contextos e avançar nas formulações discutidas.

2.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS FONTES PRIMÁRIAS

As principais fontes deste trabalho são os textos de Sigmund Freud *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*¹⁶⁴ (1905), *Sobre a sexualidade feminina*¹⁶⁵ (1931) e *A feminilidade*¹⁶⁶ (1933). O primeiro foi incluído por constituir o ponto de inflexão inaugural da teoria freudiana da sexualidade, no qual se estabelecem os pressupostos que possibilitarão, décadas depois, a formulação mais sistemática da feminilidade. Já os dois últimos pertencem ao período tardio da obra de Freud e foram

¹⁶³ LACAN, Jacques. *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*. In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p. 322.

¹⁶⁴ FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905).

¹⁶⁵ FREUD, Sigmund. *Sobre a sexualidade feminina* (1931).

¹⁶⁶ FREUD, Sigmund. *A feminilidade* (1933).

escolhidos por expressarem um momento de maior maturidade teórica, em que o autor se dedica de modo mais direto à investigação da posição feminina, buscando descrever os processos de constituição subjetiva que lhe são próprios, bem como os limites e impasses que essa posição implica.

Em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*¹⁶⁷, Freud rompe com as concepções biologizantes e normativas da sexualidade vigentes no final do século XIX ao propor a noção de sexualidade infantil, a teoria das pulsões parciais e a ideia de uma disposição originariamente perversa-polimorfa. Nesse texto, ainda não há uma teoria sistemática da feminilidade, mas encontram-se os fundamentos conceituais como a bissexualidade psíquica, a primazia fálica e a centralidade do complexo de castração, que estruturariam posteriormente suas formulações sobre a diferença sexual. Assim, o ensaio de 1905 funciona como matriz teórica a partir da qual se tornam inteligíveis os desenvolvimentos posteriores, permitindo compreender tanto as continuidades quanto as revisões que marcam a trajetória freudiana.

Em *Sobre sexualidade feminina*, escrito no período tardio da obra de Freud, em meio ao entre-guerras e a um ambiente clínico cada vez mais atento às diferenças de sexuação, o ensaio revisa hipóteses de 1905 e 1925 para destacar a especificidade do percurso feminino no Édipo. O ponto de partida é a constatação de que, embora a mãe seja o primeiro objeto também para a menina, a passagem ao pai é “um deslocamento complexo”, formulado na pergunta: “Como, quando e por que ela se desliga da mãe?”¹⁶⁸. Freud reconhece a centralidade e a duração da fase pré-edípica, bem como a ambivalência mãe-filha, introduzindo uma correção ao modelo clássico: o Édipo feminino é “resultado final de um longo desenvolvimento”¹⁶⁹. No núcleo teórico, ele propõe a transição clitóris-vagina, mas admite incertezas (“isso não foi ainda satisfatoriamente compreendido”¹⁷⁰). A descoberta da castração organiza três vias: inibição sexual, “complexo de masculinidade” e a “forma feminina final”¹⁷¹. As seções finais articulam masturbação infantil, sentimentos de inveja, vergonha e culpa, e reforçam a ambivalência do laço com a mãe, inclusive pelo temor de ser devorada¹⁷².

¹⁶⁷ FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*.

¹⁶⁸ FREUD, Sigmund. *Sobre a sexualidade feminina*, p. 285.

¹⁶⁹ Ibidem, p. 287; p. 292.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 289.

¹⁷¹ Ibidem, p. 291-292.

¹⁷² Ibidem, p. 294-295; p. 301.

Como documento do fim dos anos 1920-30, o texto registra o esforço de diferenciar o desenvolvimento feminino e, simultaneamente, os limites normativos de sua época ao medir o feminino a partir do masculino¹⁷³.

Em *A feminilidade* (1933), proferida já no fim da carreira, em um contexto europeu de crise política e cultural que atravessa também os debates psicanalíticos, a conferência assume um tom de balanço: Freud diz querer “lançar luz sobre o que ainda permanece obscuro”¹⁷⁴ e afirma que “a feminilidade é uma das grandes questões ainda não resolvidas”¹⁷⁵. Reitera as três vias do desenvolvimento feminino (inibição, complexo de masculinidade, Édipo positivo) e situa o ponto de inflexão na descoberta da castração, quando a menina percebe “a falta de pênis como um dano e uma injustiça”, deslocando esse desejo para “ter um filho do pai” como compensação¹⁷⁶. Define “a passividade” como “traço fundamental da feminilidade”, no registro libidinal¹⁷⁷, reafirma a bissexualidade psíquica: “nenhum ser humano é puramente masculino ou puramente feminino”, para explicar variações clínicas¹⁷⁸, e retoma o masoquismo, considerando a modalidade “feminina” como expressão extrema da atitude passiva, sem exclusividade de sexo¹⁷⁹. A maternidade surge, nesse enquadramento, como solução: “substituição de tudo o que lhe faltava”, mas atravessada por ambivalências¹⁸⁰. O autor não deixa de reiterar juízos característicos de seu contexto histórico, como a ideia de uma menor contribuição cultural das mulheres¹⁸¹, evidenciando os limites normativos que atravessam sua elaboração teórica. Não obstante, o texto se encerra com uma inflexão significativa ao reconhecer a insuficiência de suas próprias formulações e afirmar que, “se quiserem saber mais sobre a feminilidade, perguntem às próprias experiências”¹⁸². O texto fixa, assim, o estado da questão no início dos anos 1930: uma tentativa de descrever as vias de constituição do feminino por meio de uma articulação entre achados clínicos, pressupostos teóricos e marcas históricas que delimitam tanto seu alcance quanto seus impasses.

¹⁷³ Ibidem, p. 289-293; p. 305-307.

¹⁷⁴ FREUD, Sigmund. *A feminilidade*, p. 303.

¹⁷⁵ Ibidem, p. 304.

¹⁷⁶ Ibidem, p. 307-308.

¹⁷⁷ Ibidem, p. 310.

¹⁷⁸ Ibidem, p. 312.

¹⁷⁹ Ibidem, p. 315.

¹⁸⁰ Ibidem, p. 318.

¹⁸¹ Ibidem, p. 321.

¹⁸² Ibidem, p. 340.

A análise das obras será conduzida sob uma perspectiva histórica inspirada em Michel Foucault, com o propósito de compreender como o feminino foi construído como objeto de saber no interior da psicanálise. Seguindo o pensamento foucaultiano, partimos da compreensão de que os discursos não refletem simplesmente a realidade, mas a produzem. Discutir a constituição do feminino nesses textos é, portanto, discutir também a maneira como a psicanálise participa da produção de um discurso sobre as mulheres.

As teorizações sobre a feminilidade em Freud são aqui compreendidas como construções situadas historicamente. Busca-se, portanto, investigar as condições que possibilitaram a formulação dessas teorias, bem como as discontinuidades que emergem nos diálogos, tensões e críticas que as atravessam.

Por fim, essa leitura pretende problematizar o lugar do psicanalista na atualidade diante dessas heranças teóricas, perguntando que escuta é possível hoje, frente aos impasses e às potências que a própria história da psicanálise legou.

3 O FEMININO NA HISTÓRIA DA PSICANÁLISE: PERSPECTIVAS FREUDIANAS

Você precisa é de um homem
pra chamar de seu
Mesmo que seja eu

— ROBERTO CARLOS; ERASMO CARLOS, 1984¹⁸³
(trecho da canção “Mesmo que seja eu” na interpretação de Marina Lima)

Este capítulo dedica-se à análise de textos fundamentais de Sigmund Freud relativos à constituição da feminilidade. A leitura proposta considera os textos freudianos não apenas como referenciais teóricos da psicanálise, mas como produções inscritas em um contexto histórico específico, atravessadas por relações de saber-poder e por representações sociais sobre gênero e sexualidade no início do século XX.

A análise organiza-se em dois eixos principais: (3.1) Do sintoma à “sujeita”: a sexualidade feminina entre a cultura e a clínica freudiana; (3.2) A subjetivação feminina em Freud: entre a castração e o enigma. Esses eixos permitem articular o exame conceitual com a problematização histórica, evidenciando tanto a permanência de certos pressupostos quanto suas transformações no interior da teoria freudiana, ao mesmo tempo em que abrem espaço para a interlocução crítica com as leituras foucaultianas e feministas apresentadas.

3.1 DO SINTOMA À “SUJEITA”: A SEXUALIDADE FEMININA ENTRE A CULTURA E CLÍNICA FREUDIANA

As mulheres estão presentes na história da psicanálise desde sua fundação. Sigmund Freud (1856-1939), médico vienense, elaborou os fundamentos da psicanálise entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX a partir de sua prática clínica com mulheres diagnosticadas como histéricas. Esses quadros apresentavam sintomas sem base orgânica, mas se expressavam em manifestações corporais, como paralisias, afasias, convulsões e dores inexplicáveis. Em *Estudos sobre a histeria*¹⁸⁴, publicado no ano de 1895 e escrito em coautoria com Josef Breuer,

¹⁸³ CARLOS, Roberto; CARLOS, Erasmo. *Mesmo que seja eu*. Intérprete: Marina Lima. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1984. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/6R5cCe3eRQ2y8YGOQuJg2m>. Acesso em: 9 ago. 2025.

¹⁸⁴ FREUD, Sigmund; BREUER, Josef. *Estudos sobre a histeria* (1895). In: FREUD, Sigmund. **Obras**

Freud afirma que tais sintomas referiam-se a memórias traumáticas convertidas para o corpo, e que sua resolução exigia a escuta e a rememoração das experiências traumáticas¹⁸⁵.

Como observa Roudinesco¹⁸⁶, psicanalista e historiadora, essas mulheres representavam um enigma para a ciência médica positivista e racionalista do século XIX, pois desafiavam os critérios tradicionais de causalidade. Muitas vezes, eram julgadas como teatrais, como se encenassem seus sintomas em afronta às “leis” da ciência.

A partir disso, Freud propôs um deslocamento na forma de compreender o sujeito moderno. Ao afirmar que “o eu não é senhor em sua própria casa”¹⁸⁷, ele desestabilizou o ideal iluminista de um sujeito soberano, autoconsciente e transparente a si mesmo, introduzindo uma fratura no interior da racionalidade moderna. A primazia do inconsciente sobre a consciência subverte o cogito cartesiano, ao afirmar que a razão não detém o domínio pleno da vida psíquica. Essa virada foi identificada por Freud como a terceira grande ferida narcísica da humanidade, após a cosmológica, com Copérnico, e a biológica, com Darwin.

A incidência dos diagnósticos de histeria inscreve-se em um contexto histórico atravessado pelas tensões em torno da sexualidade, no qual a família burguesa se consolidava como modelo normativo sob o capitalismo industrial. A moralidade vitoriana operava como um dispositivo de controle dos corpos e dos prazeres, a partir de normas de pureza feminina, fidelidade conjugal e disciplina sexual, transformando a intimidade em um espaço de regulação permanente e produzindo sujeitos conformes, ou desviantes, em relação a tais prescrições.

Ao formular o método psicanalítico, Freud deslocou o eixo da investigação clínica da verificação objetiva dos sintomas no corpo para a escuta da palavra do paciente, compreendendo o sintoma não apenas como manifestação orgânica, mas como formação de sentido a ser interpretada. A técnica da associação livre, que se tornou a regra fundamental da psicanálise, consiste na verbalização, sem censura, de tudo aquilo que ocorre ao sujeito.

completas, volume 2: estudos sobre a histeria (1893-1895). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

¹⁸⁵ Ibidem, p.23.

¹⁸⁶ ROUDINESCO, Élisabeth. **Sigmund Freud em sua época e em nosso tempo**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

¹⁸⁷ FREUD, Sigmund. *Uma dificuldade no caminho da psicanálise* (1917). In: _____. **Obras completas**, v. 14 (1917-1920). Trad de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 2010, p.186.

A relação entre escuta e loucura proposta por Ernani Chaves¹⁸⁸, em diálogo com Michel Foucault, compreende a psicanálise como um deslocamento no horizonte da modernidade, na medida em que ela permite uma reabertura do diálogo com a desrazão. Retomando a análise foucaultiana da *História da loucura*, Chaves evidencia que a exclusão do louco na modernidade resulta de uma prática discursiva que opera materialmente na produção dos objetos do saber e na constituição do sujeito racional. No pensamento cartesiano, a dúvida é erigida como condição do sujeito pensante; o louco, ao não duvidar, é excluído da ordem do cogito e, portanto, da possibilidade mesma de ser reconhecido como sujeito.

Como já discutido no capítulo anterior, a análise foucaultiana do discurso mostra que a exclusão não se reduz a interdições explícitas, mas opera por meio de práticas que regulam as posições de enunciação e os efeitos de verdade. É nesse horizonte que a *História da loucura* pode ser lida como uma análise exemplar da separação entre razão e loucura enquanto procedimento discursivo, no qual a fala do louco é progressivamente desqualificada. Retomando essa leitura, Chaves evidencia que, na modernidade, tal exclusão se enraíza em práticas discursivas que constituem essa palavra como ilegítima ou desprovida de valor de verdade, sendo continuamente neutralizada, traduzida ou invalidada por dispositivos que regulam seu reconhecimento. A experiência clássica da desrazão organiza-se, assim, por uma separação rigorosa entre razão e loucura, na qual a linguagem funciona como eixo central de exclusão, definindo historicamente o que pode ser escutado e reconhecido como discurso legítimo.

Ernani Chaves observa que é em relação à “repressão da loucura como palavra interdita”, consolidada pela psiquiatria, que Freud opera uma ruptura decisiva, ao reabrir a possibilidade de um diálogo com a desrazão. Na leitura que Chaves faz de Foucault, esse deslocamento implica a retirada da linguagem da loucura do campo do erro, da blasfêmia ou da significação intolerável, para situá-la no domínio das chamadas “linguagens esotéricas”, isto é, das linguagens duplas, atravessadas por um código de decifração que não coincide com aquele reconhecido culturalmente¹⁸⁹.

Trata-se, assim, de uma palavra habitada por um “excesso mudo”, elemento paradoxal que não se apresenta diretamente como sentido, mas que constitui a própria condição de sua interpretação. Segundo Chaves, ao comentar Foucault, essa

¹⁸⁸ CHAVES, Ernani. **Foucault e a psicanálise**, p. 25-27.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 32.

concepção toma como modelo exemplar a distinção freudiana entre conteúdo manifesto e pensamento latente no trabalho do sonho, inaugurando uma nova concepção de signo e um novo modelo de interpretação, orientado para a escuta daquilo que, na linguagem, resiste à transparência do sentido¹⁹⁰.

Como sugere Chaves, a experiência psicanalítica se constitui em um lugar estruturalmente ambíguo, situado entre a reinscrição da loucura na ordem do sentido e a abertura àquilo que, na linguagem, resiste à normatização. Se, por um lado, ela se reinscreve no imperativo de fazer falar, herdado da tradição confessional e da busca pela verdade de si por meio da palavra, por outro, desloca esse mesmo imperativo ao reconhecer, na fala atravessada pela desrazão, uma dimensão de verdade que não se reduz à conformidade com a ordem racional.

Nesse sentido, a escuta das mulheres então diagnosticadas como histéricas operou uma recusa da hegemonia do olhar médico e instituiu uma aposta na escuta e na interpretação, inaugurando uma clínica que reconfigura as posições de poder em relação ao saber¹⁹¹. O analisando deixa, assim, de ocupar exclusivamente o lugar de objeto da observação médica para assumir a posição de sujeito que fala e sustenta um saber sobre o próprio inconsciente, deslocamento que desestabiliza os discursos moral e médico-positivista e, ao mesmo tempo, tensiona a ordem patriarcal ao conferir à fala feminina um lugar legítimo de produção de saber sobre si mesmas.

Na escuta das mulheres então chamadas de histéricas, Freud encontrou uma recorrência: a lembrança de terem sido vítimas de abuso sexual. Inicialmente, tomou tais relatos como referência a acontecimentos reais, elaborando a chamada teoria da sedução, segundo a qual, no interior de toda família, haveria sempre um abuso cometido contra a criança, marcado por uma cena sexual imposta por um adulto¹⁹². A ousadia dessa hipótese causou intenso reboliço, tanto por afirmar a frequência de abusos infantis quanto por confrontar a sacrossanta família burguesa.

No entanto, Freud se deparava com um impasse: ou os pacientes inventavam tais cenas, ou havia uma incidência assustadora de abusadores nas famílias respeitáveis. Mais tarde, em correspondência com Fliess, confessou já não acreditar

¹⁹⁰ Ibidem, p. 33.

¹⁹¹ Nesse sentido, posteriormente, na releitura proposta por Lacan, o analista não se coloca como portador da verdade sobre o outro, mas sustenta, em posição transferencial, o lugar de um “suposto saber”, isto é, um ponto de apoio a partir do qual esse saber pode emergir.

¹⁹² FREUD; BREUER, *Estudos sobre a histeria*.

em sua neurótica¹⁹³. A partir de então, houve uma passagem para a noção de realidade psíquica: os relatos das histéricas articulavam, ao mesmo tempo, o trauma real, a fantasia inconsciente e a cena de sedução. Com isso, o eixo da investigação se desloca do evento em si para os modos como a fantasia organiza o desejo e retorna na transferência. A fantasia passa, então, a ser concebida como o material privilegiado do tratamento psicanalítico¹⁹⁴.

A introdução desses enunciados sobre a sexualidade não ocorreu sem resistências. É o que Freud relata, em trecho preservado por Ernest Jones, psicanalista e biógrafo de Freud:

De início não percebi a natureza singular do que descobrira. Sem pensar, sacrifiquei em seu começo minha popularidade como médico, e o aumento das consultas entre pacientes nervosos, com as investigações a respeito dos fatores sexuais envolvidos na causação de suas neuroses; isso me trouxe um grande número de fatos novos que confirmaram definitivamente minha convicção da importância prática do fator sexual. Confiante, falei perante a Sociedade Neurológica de Viena, então sobre a presidência de Krafft-Ebing, esperando ser recompensado, pelo interesse e reconhecimento de meus colegas, das perdas materiais que eu de boa vontade sofrera. Tratei minhas descobertas como contribuições comuns à ciência e esperei ser recebido com o mesmo espírito. Mas o silêncio com que minhas comunicações foram recebidas, o vácuo que se formou em torno de mim, as insinuações que me chegaram fizeram-me pouco a pouco compreender que não se pode esperar que concepções sobre o papel desempenhado pela sexualidade na etiologia das neuroses tenham a mesma receptividade que outras comunicações. Compreendi que a partir de então eu fazia parte daqueles que haviam 'perturbado o sono do mundo', como diz Hebbel, e que não podia contar com objetividade e tolerância. Como, porém, minha convicção na acuidade geral de minhas observações e conclusões crescia cada vez mais, e como minha confiança em meu próprio julgamento não era de modo algum superficial, tal como minha coragem moral, não podia haver dúvidas sobre o resultado da situação. Concluí que fora meu destino descobrir relações particularmente importantes e estava preparado para aceitar o destino que algumas vezes acompanha tais descobertas.¹⁹⁵

A emergência da psicanálise ocorreu em meio a intensas controvérsias no campo médico e científico de seu tempo. A centralidade atribuída por Freud à sexualidade e ao inconsciente tensionava tanto os modelos organicistas dominantes na psiquiatria quanto as concepções morais da cultura burguesa, suscitando reações ambivalentes que iam da curiosidade ao ceticismo. Ainda assim, Freud sustentou o sofrimento psíquico de seus pacientes e, em diversos momentos, adotou uma postura crítica em relação à moral familiar vigente, identificando em algumas histórias clínicas situações de violência sexual ocorridas no interior do próprio núcleo doméstico.

¹⁹³ FREUD, Sigmund. **La Naissance de la psychanalyse**; Lettres à Wilhelm Fliess, 1897 apud ROUDINESCO, **Sigmund Freud em sua época e em nosso tempo**, p. 91.

¹⁹⁴ ROUDINESCO, **Sigmund Freud em sua época e em nosso tempo**, p. 91.

¹⁹⁵ JONES, Ernest. **A vida e a obra de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1989, v. 1, p. 277.

Contudo, a análise dessas resistências exige cautela historiográfica. Como sugere Foucault, o interesse médico-científico pela sexualidade já estava amplamente disseminado no final do século XIX, de modo que a psicanálise se insere em um campo mais amplo de investigações sobre o sexo, aquilo que o filósofo denomina dispositivo de sexualidade, e não como uma ruptura absoluta ou isolada. Nesse contexto, a recorrente autoimagem de Freud como um “gênio incompreendido” pode ser compreendida também à luz do que Foucault descreve como o “benefício do locutor”: no interior do dispositivo de sexualidade, aquele que denuncia a repressão do sexo e se apresenta como agente de sua revelação ou libertação ocupa uma posição privilegiada de autoridade discursiva¹⁹⁶. Ao reivindicar falar contra o silêncio ou a censura, o sujeito do enunciado adquire legitimidade e visibilidade, convertendo a própria denúncia em fonte de poder simbólico.

Foucault afirma que “a história do dispositivo de sexualidade, assim como se desenvolveu a partir da época clássica, pode valer como arqueologia da psicanálise”¹⁹⁷, formulação que, segundo a interpretação de Chaves¹⁹⁸, indica que “se a psicanálise constitui uma outra lógica, a lógica do inconsciente, conforme testemunha *A interpretação dos sonhos*, isso só se torna possível no interior e a partir do dispositivo de sexualidade”. Nessa perspectiva, a emergência da psicanálise como saber sobre o sujeito inconsciente não pode ser dissociada do campo histórico que elevou a sexualidade à condição de objeto privilegiado de investigação, discurso e produção de verdade. Longe de constituir apenas um tema entre outros, a sexualidade operou como vetor central que permitiu à psicanálise tornar inteligíveis e comunicáveis suas formulações sobre o desejo, a fantasia e a vida psíquica.

Foi precisamente ao inscrever-se nesse domínio já densamente atravessado por saberes médicos, pedagógicos, jurídicos e morais sobre o sexo que a psicanálise pôde adquirir visibilidade e difusão, mesmo em meio a controvérsias. Assim, a tematização da sexualidade não apenas expressa o conteúdo de suas teorias, mas constitui também uma condição histórica de sua circulação e legitimidade: ao falar de sexo, lugar privilegiado de produção de verdade sobre o sujeito na modernidade, a psicanálise encontrou um ponto de acesso para introduzir a noção de inconsciente no debate científico e cultural. Desse modo, a sexualidade não explica por si só a

¹⁹⁶ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. p. 9.

¹⁹⁷ Ibidem, p. 122.

¹⁹⁸ CHAVES, Ernani. **Foucault e a psicanálise**, p. 103.

psicanálise, mas fornece o terreno a partir do qual seu discurso pôde emergir, expandir-se e produzir efeitos duradouros sobre as formas modernas de compreender a subjetividade.

A abordagem freudiana da sexualidade se apresenta de forma mais expressa ao publicar, em 1905, *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade*¹⁹⁹. Nesse texto, ele propõe uma análise inovadora e provocativa da experiência sexual humana, rompendo com as convenções morais de sua época. Freud sustenta que a sexualidade, mesmo em suas manifestações tidas como normais, apresenta traços de perversão, isto é, desvios em relação à sua meta ou ao seu objeto²⁰⁰. Além disso, demonstra que ela não se limita aos órgãos genitais, mas se manifesta como pulsão parcial em diferentes “zonas erógenas” do corpo, capazes de proporcionar prazer²⁰¹.

Freud introduziu a noção de sexualidade infantil a partir do desenvolvimento psicosssexual, estruturado em estágios sucessivos: oral, anal, fálico, latência e genital. Segundo ele, a infância é marcada por uma “perversão polimorfa”, na qual predominam múltiplas formas de satisfação pulsional. É apenas na fase genital, que se inicia na puberdade, que o interesse consciente pela sexualidade ressurge, ainda que a vida sexual, em sua dimensão inconsciente, esteja presente desde o nascimento.

Dessa forma, o psicanalista deslocou o entendimento da sexualidade de um instinto natural para concebê-la também como uma construção simbólica. O bebê que mama, por exemplo, não se limita a saciar a fome: encontra prazer na sucção, no contato com o corpo materno, prazer que excede a função de autoconservação e revela uma dimensão pulsional.

A libido, compreendida como uma energia psíquica²⁰², se manifesta na relação do sujeito com o próprio corpo e com o outro, promovendo a erotização de zonas corporais e a constituição de vínculos. Essas experiências primordiais indicam que a sexualidade é um vetor fundamental de simbolização: ela organiza a relação do sujeito com o mundo, atribui sentido às experiências e estrutura o laço com o outro. Quando essa dimensão simbólica está comprometida, o mundo pode se tornar indiferente, desinvestido pelo sujeito.

¹⁹⁹ FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. p. 13-172.

²⁰⁰ Ibidem, p. 40.

²⁰¹ Ibidem, p. 67.

²⁰² Ibidem, p. 135.

Essas formulações não apenas abriram caminho para o desenvolvimento da psicanálise infantil, como também instauraram um debate mais amplo sobre a educação sexual e sobre o reconhecimento da diversidade do desejo. Nesse sentido, a atitude de Freud pode ser interpretada como uma crítica à rigidez das normas sociais que buscam domesticar a sexualidade, sugerindo que a sociedade poderia ser mais honesta e menos violenta diante da pluralidade das formas de desejar, sobretudo quando se trata de compreender suas origens e seus efeitos na constituição psíquica.

Em 1920, com a publicação de *Além do princípio do prazer*²⁰³, Freud complexifica sua concepção de sexualidade, ao desvinculá-la ainda mais de qualquer finalidade reprodutiva. Observando fenômenos clínicos e cotidianos, ele identifica que a vida psíquica não se orienta apenas pela busca de prazer, mas também pela compulsão à repetição: crianças que repetem em suas brincadeiras cenas desagradáveis, como no célebre jogo do *fort-da*, pacientes que revivem em sonhos ou em atos situações traumáticas ao invés de apenas recordá-las, ou veteranos de guerra que sonham reiteradamente com os horrores do front.

Essas repetições de experiências dolorosas e desprazerosas não poderiam ser explicadas apenas pelo princípio do prazer, levando Freud a formular uma nova dualidade pulsional: Eros (pulsão de vida), que tende à ligação, à criação e à conservação, e Thanatos (pulsão de morte), que busca a descarga absoluta de tensão, a dissolução e o retorno ao estado inanimado. A partir daí, a sexualidade em Freud se confirma como categoria que não pode ser reduzida a explicações naturalistas ou utilitárias, se manifestando em sua face trágica e não subordinada a uma finalidade civilizatória.

Tais deslocamentos produziram também uma ruptura decisiva na fronteira entre o normal e o patológico. Freud subverte, nesse ponto, a noção de “aberração sexual”, libertando-a das categorias patologizantes herdadas da sexologia, dos higienistas, da psiquiatria degeneracionista. Em vez de reduzir determinadas práticas a desvios morais ou a disposições inatas hereditárias, propõe concebê-las como manifestações estruturais da sexualidade.

Nesse horizonte, a noção de bissexualidade psíquica ocupa um papel central na metapsicologia freudiana. Em cartas trocadas com Wilhelm Fliess, Freud formula

²⁰³ FREUD, Sigmund. *Além do princípio do prazer* (1920). In: _____. **Obras completas**, V. 14. (1917-1920) Trad. De Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.120-178.

pela primeira vez a hipótese de que todo ser humano é originariamente bissexual²⁰⁴. Com isso, Freud introduziu a ideia de que o sujeito se constitui sob a marca de uma bissexualidade psíquica, tendo em si tanto a atividade quanto a passividade, que antecederia a escolha da posição sexuada. O que relativiza qualquer ideia de identidade sexual fixa e aponta para uma plasticidade constitutiva da subjetividade.

Essa formulação pode ser retomada em diálogo com as críticas contemporâneas ao binarismo de gênero. Ao postular que todo ser humano é originariamente bissexual, Freud introduz uma hipótese que desestabiliza a pretensa naturalidade do par masculino/feminino. A vida psíquica, segundo ele, é atravessada por tendências simultâneas e contraditórias, que jamais se extinguem por completo e que conferem ao desejo e à identidade sexual um caráter plástico, dinâmico e relacional. Entretanto, Butler²⁰⁵ observa que, embora Freud reconheça a coexistência de tendências hetero e homossexuais em um mesmo sujeito, sua formulação ainda repousa em uma lógica de atração entre opostos: o masculino voltado ao feminino e vice-versa. Nessa medida, a bissexualidade freudiana acaba por reiterar a estrutura binária da heterossexualidade compulsória.

Ainda que Freud permaneça ancorado em uma lógica binária, sua concepção abre espaço para pensar a sexualidade e o gênero como construções complexas, não inteiramente determinadas pela biologia. Há, em sua teoria, uma dimensão subversiva, pois o autor não fixa o sujeito em uma identidade de gênero ou orientação sexual definitiva, reconhecendo, ainda que parcialmente, o caráter fluido das identificações e das escolhas de objeto. Desse modo, mesmo inscrito em um paradigma heteronormativo, Freud antecipa críticas posteriores à naturalização das categorias sexuais e contribui, de forma ambígua, para desestabilizar a ideia de um destino sexual “normal”.

Contudo, o potencial crítico dessa formulação freudiana foi em grande medida neutralizado pela tradição institucional da psicanálise. Uma pesquisa de Bulamah (*História de uma regra não escrita*)²⁰⁶ mostra-se em consonância com a crítica de Paul Preciado em *Eu sou o monstro que vos fala*²⁰⁷. Ambos evidenciam como, nas escolas

²⁰⁴ FREUD, Sigmund. *Cartas sobre a bissexualidade*. In: _____. **Amor, sexualidade, feminilidade**. Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. 1. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p.37-72.

²⁰⁵ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade, p. 83-85.

²⁰⁶ BULAMAH, Rodrigo. *História de uma regra não escrita: notas sobre o silêncio da homossexualidade na psicanálise*. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 79-95, 2019.

²⁰⁷ PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala**: relatório para uma academia de psicanalistas. Tradução de Maria Cristina Franco Ferraz. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

psicanalíticas, consolidaram-se normas não escritas, herdadas da tradição freudiana, que regulam especialmente a homossexualidade e a transsexualidade. Ainda que Freud não as tenha sistematizado em seus textos, tais normas foram transmitidas institucionalmente, naturalizando concepções excludentes e limitando a compreensão da diversidade sexual e de gênero.

Ainda neste tema, não podemos deixar de recorrer ao texto de 1901, *Psicopatologia da Vida Cotidiana*²⁰⁸, momento fundamental na obra freudiana, onde a demonstração de que os mecanismos inconscientes não se limitam ao campo da psicopatologia, mas atravessam a vida comum, manifestando-se em lapsos, esquecimentos, atos falhos e pequenas falhas da linguagem ou do comportamento. Se os mecanismos que estruturam a neurose são os mesmos que produzem os atos falhos do dia a dia, então a vida psíquica é regida universalmente pela dinâmica inconsciente. Dessa forma, Freud dá consistência à ideia de que o inconsciente não é apenas um conceito teórico, mas uma realidade prática que se manifesta no mais trivial da experiência.

Outra viragem importante em sua teoria ocorre nos chamados textos sociais. Se, por um lado, Freud enfatiza a singularidade de cada paciente, atento às nuances de sua história particular, por outro, evidencia também a influência das relações intersubjetivas na constituição psíquica, estendendo os pressupostos da psicanálise para a análise dos fenômenos coletivos e da sociedade em seu conjunto.

No ensaio *A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno*²⁰⁹, Freud propôs uma análise sobre a moral sexual e de seus efeitos sobre os sujeitos. Freud parte do diagnóstico de que os adoecimentos na modernidade teriam como base, especialmente, a moral sexual vigente, marcada pela idealização da castidade, pela repressão dos impulsos sexuais e pela rigidez das normas matrimoniais de reprodução. Essa moral, segundo ele, não correspondia às necessidades pulsionais do ser humano e, ao reprimir de maneira sistemática os desejos sexuais, gerava conflitos psíquicos intensos. Assim, a doença nervosa moderna não seria apenas um fenômeno individual, mas o efeito colateral de um ideal normativo em um modo de vida que desautoriza o desejo.

²⁰⁸ FREUD, Sigmund. *Psicopatologia da vida cotidiana* (1901). In: _____. **Obras completas**, v. 5 (1901) Trad. De Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, p.13-122.

²⁰⁹ FREUD, Sigmund. *A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno* (1908). In: _____. **Obras completas**, v. 8: (1906-1909). São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 203-219.

Ao mesmo tempo em que Freud denuncia os efeitos patogênicos da moral sexual repressiva, Freud não advoga uma liberação irrestrita da sexualidade, reconhecendo que a repressão desempenha papel estruturante na constituição da vida psíquica e da ordem social. A cultura, para ele, implica necessariamente renúncias pulsionais, de modo que o sofrimento não é um acidente, mas um componente constitutivo da civilização. Nesse sentido, sua proposta não consiste em abolir a repressão, mas em reconhecer seus limites e efeitos, abrindo espaço para uma escuta das do desejo sem submetê-las exclusivamente ao juízo moral ou à normatividade social. A psicanálise configura-se, assim, menos como um projeto de libertação sexual e mais como uma prática interpretativa voltada à elaboração dos impasses, e mesmo do caráter trágico, que marcam a relação entre pulsão e cultura.

Em *Psicologia das massas e análise do eu*, Freud afirma que “a psicologia individual é também psicologia social”²¹⁰, onde mostra que a própria dinâmica das massas pode ser explicada a partir de mecanismos psíquicos individuais, como a identificação, a idealização e a transferência. Essa formulação antecipa algumas das teses desenvolvidas em *O mal-estar na civilização*²¹¹, onde Freud aprofunda a tensão estrutural entre indivíduo e cultura. A repressão aparece, nesse contexto, como condição necessária da vida coletiva, mas também como fonte inevitável de sofrimento. Para que o convívio social se mantenha, as pulsões, sobretudo as sexuais e agressivas, precisam ser contidas. Essa renúncia, embora garanta a preservação da cultura e seus benefícios, converte-se em um mal-estar permanente, já que impõe limites intransponíveis à satisfação do desejo. O supereu desempenha papel central nesse processo: ao internalizar as proibições, transforma a agressividade em culpa dirigida ao eu, perpetuando a insatisfação e tornando o sofrimento uma marca estrutural da experiência civilizada.

Nesse ponto, é possível reconhecer em Freud uma abertura para pensar a articulação entre o social e o subjetivo, evidenciando que a constituição psíquica não se dá de forma isolada, mas sempre em relação às normas, vínculos e discursos, emprestando os conceitos de Foucault, que atravessam o sujeito.

Vemos, portanto, que é nessa ambivalência, entre o Freud revolucionário e

²¹⁰ FREUD, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do eu* (1921). In: ____ **Obras completas**, v. 15: (1920-1923). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 2011, p. 13-99.

²¹¹ FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização* (1930). In: ____ **Obras completas**, v. 18: (1930-1936). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 2010, p. 13-122.

conservador, que a psicanálise se situa. Chaves identifica que um dos pontos centrais da crítica foucaultiana à psicanálise é que ela teria realizado parcialmente seu intento de retornar à desrazão, no entanto, permanecendo marcada por um certo “aprisionamento moral”, na medida em que reagrupa, em torno da figura do médico ou do analista, as figuras parentais e os poderes política e economicamente fundados na família burguesa.

Para Foucault, a teoria do complexo de Édipo constitui, nesse sentido, a coroação e a legitimação dos poderes atribuídos à família na modernidade. Ao ocupar o lugar de “complexo nuclear”, o Édipo marca definitivamente a constituição do sujeito moderno como sujeito dividido e conflitivo, ao mesmo tempo em que consolida dispositivos morais e institucionais herdados da Idade Clássica²¹². Assim, ainda que introduza deslocamentos importantes no interior da clínica, a psicanálise permaneceria, aos olhos de Foucault, tributária das mesmas estratégias de poder que atravessam as demais ciências do psiquismo.

Chaves destaca ainda que essa crítica foucaultiana à psicanálise se ancora numa retomada da genealogia nietzschiana, para a qual ciência, moral e religião permanecem profundamente imbricadas. Foucault, seguindo Nietzsche, rejeita a pretensão de verdade dessas ciências, entendendo-as como artífices de um ideal ascético fundado na crença na verdade²¹³. A possibilidade de uma perspectiva extra-moral, “para além do bem e do mal”, só se tornaria acessível, segundo essa leitura, no território da arte, e não no campo dos saberes científicos.

Ao avançar para a análise da História da Loucura, Chaves evidencia que a posição crítica de Foucault diante da psicanálise, ao tomar a relação médico-paciente como ponto comum entre os diversos saberes que tematizam a loucura, Foucault aproxima psiquiatria e psicanálise enquanto práticas que, sob a máscara científica, participam das estratégias políticas de normalização dos corpos e da vida²¹⁴.

Nesse sentido, a relação transferencial aparece como um elemento ambíguo: ao mesmo tempo em que dota o médico de poderes tradicionalmente atribuídos à família, ela contribui para legitimar e consolidar esses mesmos poderes no interior da relação terapêutica.

É nesse ponto que Foucault, conforme retomado por Chaves, identifica uma

²¹² CHAVES, Ernani. **Foucault e a psicanálise**, p. 56.

²¹³ Ibidem, p. 56.

²¹⁴ Ibidem, p. 57.

linha de continuidade entre as figuras de Pinel e Freud. Em ambos os casos, o efeito terapêutico estaria sustentado por um lugar de autoridade, ainda que exercido de modos distintos. Freud, segundo essa leitura, teria explorado o que Foucault denomina o “papel mágico” do psicanalista, intensificando suas funções taumaturgas e investindo-o de uma potência quase onipotente, marcada por uma relação assimétrica de sugestão e por uma posição de superioridade em relação ao analisando. Tal movimento não corresponderia a uma superação do poder psiquiátrico, mas a seu deslocamento: ainda que haja uma saída do espaço estritamente asilar, o que se opera é uma rearticulação das formas de autoridade médica, mantendo a produção clínica subordinada às relações de poder que a sustentam²¹⁵.

Ao mesmo tempo, Chaves ressalta que Foucault estende sua crítica para além da teoria familiar, alcançando o próprio conceito de transferência. Para o filósofo, a relação analítica não deve ser entendida apenas como espaço neutro de revelação da verdade do sujeito, mas como dispositivo que reinscreve a relação médico-paciente sob novas formas, mantendo uma injunção à confissão e à produção discursiva da sexualidade. Assim, ainda que a psicanálise tenha se diferenciado da psiquiatria clássica, ela não escaparia completamente das tecnologias de poder que incitam o sujeito a falar sobre si, especialmente sobre o sexo, produzindo simultaneamente saber e sujeição. Nesse sentido, a transferência aparece como mecanismo de atualização da relação de dependência, agora reorganizada sob a lógica da interpretação e da verdade do inconsciente²¹⁶.

Chaves, no entanto, propõe um contraponto a essa leitura ao sublinhar o esforço freudiano de delimitar a especificidade da transferência psicanalítica em oposição à relação médico-paciente característica da psiquiatria.

Em *Psicoterapia da histeria*, a transferência é formalizada a partir da noção de resistência e concebida como uma “falsa ligação”, isto é, uma reencenação inconsciente de investimentos afetivos oriundos de relações anteriores, deslocados para a figura do analista. Trata-se de um processo de atualização do passado no presente da relação analítica, mediado pela posição ocupada pelo analista. Nesse momento inicial da teoria, a transferência surge como obstáculo ao tratamento, na

²¹⁵ FOUCAULT, Michel. **História da loucura**, p. 499-502 apud CHAVES, Ernani. **Foucault e a psicanálise**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988, p. 40-41.

²¹⁶ CHAVES, Ernani. **Foucault e a psicanálise**, p. 104.

medida em que interfere na rememoração e na elaboração; progressivamente, contudo, ela é reformulada por Freud como operador clínico central e condição de possibilidade da própria intervenção analítica²¹⁷.

Neste texto, Freud sustenta que a transferência não constitui uma criação exclusiva da psicanálise, mas um fenômeno que atravessa, em graus variados, diferentes práticas terapêuticas, figurando frequentemente entre os elementos implicados na eficácia de um tratamento. Nessa perspectiva, a especificidade da psicanálise não residiria na invenção da transferência, mas no modo como ela opera por meio dela: ao isolá-la conceitualmente e tomá-la como objeto central de elaboração clínica.

Além disso, o autor aponta que a transferência não se limita a investimentos afetivos positivos dirigidos à figura do analista; ela abarca também afetos negativos, como hostilidade, desconfiança ou resistência, que passam a integrar o campo analítico e a exercer um papel decisivo no processo terapêutico²¹⁸, e que não beneficia, exatamente, o poder do psicanalista.

Isso não implica, contudo, a negação da dimensão de poder envolvida na relação analítica. Ainda que a transferência implique uma investidura temporária de poder e autoridade na figura do analista, essa investidura é compreendida como produto dos conteúdos fantasmáticos do paciente e deve ser atravessada e dissolvida no próprio processo de cura. Tal concepção impede que a autoridade médica se estabilize ou se naturalize, uma vez que o tratamento exige precisamente a superação da transferência²¹⁹.

Assim, se, por um lado, a psicanálise abriu espaço para que a fala das mulheres fosse escutada para além da norma, da objetificação e da estrita patologização, por outro, não se pode ignorar que sua disseminação ocorreu também mediante certas formas de normatização, compatíveis com a hegemonia cultural e científica de seu tempo. Nesse sentido, a psicanálise não se apresenta apenas como ruptura em relação ao saber médico, mas também como efeito das condições históricas que possibilitaram sua emergência, inserindo-se na rede de discursos que, ao incitar a falar sobre o sexo, produzem sujeitos e regulam corpos. É nesse campo de tensões, entre abertura e regulação, crítica e reinscrição normativa, que se delineia o percurso

²¹⁷ Ibidem, p. 45-46.

²¹⁸ Ibidem, p. 48.

²¹⁹ Ibidem, p. 58.

freudiano rumo à formulação da feminilidade.

No tocante ao feminino, se por um lado, Freud foi considerado subversivo ao denunciar o sofrimento das mulheres na sociedade vitoriana, por outro, suas formulações foram alvo de críticas internas e externas. Psicanalistas como Karen Horney, Melanie Klein, Anna Freud, Luce Irigaray, ao elaborarem perspectivas próprias sobre a psicologia feminina, desafiaram a narrativa patriarcal presente em certas construções freudianas e abriram novos caminhos para compreender a sexualidade atravessada pelo gênero. Paralelamente, críticas decisivas também emergiram do pensamento feminista e teóricos de gênero, como em Simone de Beauvoir, Judith Butler, Paul Preciado.

3.2 FEMINILIDADE NORMAL?

Como mencionado anteriormente, Freud introduziu a noção de sexualidade infantil, rompendo com a concepção dominante segundo a qual o desejo sexual emergiria apenas na puberdade. Ao contrário, ele demonstrou que a criança é atravessada desde muito cedo por pulsões parciais e fantasias, manifestando comportamentos sexuais e uma intensa curiosidade sobre o corpo e suas zonas erógenas. Esse trabalho é retomado e expandido em *Teorias sexuais infantis*²²⁰, no qual Freud analisa os relatos de pacientes adultos sobre suas lembranças infantis. Tais relatos revelam que, já na infância, o sujeito é convocado por um desejo de saber: um saber que se organiza em torno do enigma da sexualidade, da origem dos bebês, da diferença entre os sexos e da anatomia do corpo do outro.

Diante desse enigma, e na ausência de explicações satisfatórias por parte dos adultos, a criança elabora suas próprias teorias sexuais. São construções singulares, baseadas em experiências sensoriais, observações fragmentárias e fantasias, que visam dar sentido a uma zona interditada do saber. Essas teorias não devem ser lidas como ingenuidades infantis, mas como tentativas precoces de simbolização frente àquilo que escapa à representação. O corpo, a linguagem e a fantasia se entrelaçam nesse esforço, revelando o modo como a criança se insere no campo da sexualidade.

Uma das primeiras questões que mobiliza o pensamento infantil, como

²²⁰ FREUD, Sigmund. *Teorias sexuais infantis* (1908). In: _____.
feminilidade,
 p. 95-116.

observou Freud, diz respeito à origem dos bebês. A criança, ao ver uma mulher grávida, começaria a interrogar o corpo, buscando respostas que escapam às versões da cultura, como a fábula da cegonha. Essa interrogação está diretamente implicada em uma recusa da diferença sexual, localizada pelo psicanalista: em um primeiro momento, a criança acredita que todos possuem o mesmo órgão: o pênis. Freud nomeia essa concepção como “*primazia do falo*”, em que apenas o genital masculino seria reconhecido como visível, presente, dotado de valor. Já sua ausência no corpo da mulher seria resultado de uma perda ou castração, se inscrevendo na negatividade, no apagamento, na falta²²¹.

Freud, ao investigar essa problemática, observa que há uma significativa demora, por parte da criança, em reconhecer a existência da genitália feminina. Muitas vezes, o menino interpreta a ausência do pênis na menina como uma mutilação, ou acredita que seu órgão ainda está em formação. Freud escreve: apesar de grotescamente equivocadas”, essas teorias “contêm um fragmento de legítima verdade”²²². A vagina, quando descoberta, tende a ser objeto de negação, rechaço, recusa, e sua aceitação implica uma reconfiguração na economia psíquica infantil.

No entanto, é possível indagar em que medida tais formulações descrevem um processo universal do desenvolvimento ou se também refletem as condições socioculturais nas quais a criança está inserida. Em contextos marcados por estruturas heteropatriarcais e falocêntricas, as percepções sobre o corpo e a diferença sexual já se encontram mediadas por discursos, práticas e representações que privilegiam o masculino como referência normativa. Assim, além das fantasias incestuosas descritas por Freud, pode-se considerar que a criança também fantasia a partir do que observa, escuta ou intui das relações entre os adultos, inclusive no que concerne às genitálias e à sexualidade parental. Desse modo, as chamadas “teorias sexuais infantis” podem ser compreendidas não apenas como expressão de uma dinâmica intrapsíquica, mas também como efeitos de um campo simbólico previamente estruturado, no qual a diferença sexual já se apresenta atravessada por relações de poder e por formas historicamente situadas de significação.

Freud identificou que é comum o menino se encantar com o próprio órgão genital e, ao ser surpreendido em sua manipulação, ser advertido com uma ameaça de castração. Tal ameaça, frequentemente expressa por figuras parentais, é

²²¹ Ibidem, p. 101-102.

²²² Ibidem, p. 101.

internalizada com intensidade e projetada com temor na figura feminina, percebida como desprovida ou mutilada. Esse fenômeno é denominado como “complexo de castração”, é concebido como uma tentativa de resposta ao enigma que a diferença anatômica entre os sexos representa para a criança²²³. A castração, nesse contexto, adquire uma função proibitiva e normativa, marcando uma virada decisiva no desenvolvimento psíquico.

A teoria freudiana do desenvolvimento infantil associa a figura feminina à castração, o que remete ao núcleo de sua representação da mulher como “castrada”, “faltante” ou “desprovida” em relação ao masculino. Nesse modelo, a sexualidade feminina é frequentemente interpretada, sobretudo a partir de releituras posteriores da psicanálise, em particular a lacaniana, como inscrita no registro simbólico a partir da negatividade, definida pelo que lhe falta e não por uma positividade própria, o que contribui para a manutenção de sua posição subordinada no imaginário social. Convém lembrar, contudo, que, em Freud, a diferença sexual é pensada primordialmente a partir da anatomia e de seus efeitos psíquicos, e não de uma ordem simbólica autônoma em sentido estrito, o que revela os limites de sua leitura para apreender a dimensão histórica e sociocultural das significações do feminino.

Tal concepção sobre a castração atravessa meninos e meninas, mas seus efeitos subjetivos se diferenciam conforme o sexo. No menino, a castração aparece como ameaça punitiva, geralmente atribuída ao pai, em resposta a seus desejos sexuais, instaurando intensa ansiedade de castração. Já na menina, a ausência do pênis é interpretada não como possibilidade futura, mas como perda consumada e irremediável, à qual ela responde por meio de tentativas de negação, compensação ou superação da falta²²⁴.

Desse modo, os impasses que Freud localiza nas teorias infantis sobre a origem dos bebês e a diferença sexual podem ser compreendidos como efeitos de uma lógica simbólica e discursiva que organiza o campo do visível, do dizível e do pensável acerca do sexo. Em termos foucaultianos, trata-se de um sistema de interditos e incitações discursivas que regula aquilo que pode ser enunciado, investigado ou silenciado, produzindo formas específicas de saber e de subjetivação. Já na perspectiva de Butler, pode-se pensar em um enquadramento normativo que

²²³ LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, J-B. **Vocabulário de psicanálise**. Trad. Pedro Tamen, 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 73.

²²⁴ Ibidem.

delimita as condições de inteligibilidade dos corpos e dos atos, permitindo certos modos de performatividade e impossibilitando outros, uma vez que o gênero se constitui pela repetição regulada de normas que produzem os próprios sujeitos que parecem apenas expressar. Assim, as teorias sexuais infantis não emergem em um vazio simbólico, mas dentro de um campo previamente estruturado por discursos, práticas e relações de poder que orientam tanto o que pode ser imaginado quanto o que deve permanecer impensável ou indizível.

Quando a criança supõe que todos possuem um pênis, não se trata apenas de desconhecimento anatômico, mas da captura por uma ordem de linguagem que privilegia um único significante e institui, a partir dele, uma hierarquia do gozo fálico, em detrimento de outros – questão que será aprofundada no capítulo adiante.

No percurso da constituição da feminilidade, Freud afirma que, ao se deparar com a ausência de um órgão equivalente ao falo masculino, a menina desenvolveria aquilo que denominou “inveja do pênis”: um sentimento de desvantagem por não possuir tal atributo, associado à potência e ao valor social conferido ao masculino. A partir de observações clínicas na infância, Freud sustentou que, inicialmente, a menina desconheceria a existência da vagina e perceberia o clitóris como um pênis em miniatura, interpretação que embasaria o surgimento dessa inveja²²⁵.

Roudinesco observa que a tese da “inveja do pênis” resulta de um contexto histórico específico, ainda que Freud a tenha formulado com base em dados empíricos. Ela reflete uma leitura da subjetividade que, embora pertinente em certas conjunturas clínicas, como na histeria, não pode ser universalizada, pois está atravessada por construções sociais, normas de gênero e representações culturais da época²²⁶.

De fato, ao situar a falta fálica como eixo estruturante da sexualidade feminina, Freud inscreve, em termos metapsicológicos, uma ordem simbólica na qual o masculino ocupa a posição de referência privilegiada. O pênis aparece não apenas como órgão anatômico, mas como signo investido de valor social, autoridade e reconhecimento. Nessa perspectiva, aquilo que se nomeia como “inveja do pênis” pode ser compreendido menos como desejo de um objeto corporal e mais como efeito da assimetria histórica na distribuição de poder e autonomia entre os sexos.

²²⁵ FREUD, Sigmund. *Teorias sexuais infantis* (1908). In: _____. **Amor, sexualidade, feminilidade**, p. 104.

²²⁶ ROUDINESCO, Elizabeth. **Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo**, p. 346.

Sob esse prisma, a formulação freudiana mantém relevância enquanto descrição clínica de certos modos de sofrimento produzidos por essa estrutura, mas torna-se problemática quando universalizada como fundamento da subjetividade feminina. Tal universalização tende a obscurecer o fato de que esses impasses emergem de condições socioculturais específicas, que delimitam o campo das identificações e das possibilidades de reconhecimento disponíveis para meninas e mulheres.

Essa concepção foi amplamente criticada por autoras feministas e também por releituras da psicanálise. Entre as psicanalistas que problematizaram a teoria freudiana da feminilidade, destaca-se Karen Horney, que questionou a centralidade do falo e propôs uma compreensão da psicologia feminina menos vinculada à noção de “inveja do pênis”. Em contraposição, elaborou a hipótese da “inveja do útero”, segundo a qual os homens é que desenvolveriam sentimentos de inferioridade diante da capacidade feminina de gestar e gerar a vida²²⁷.

Contudo, essa formulação também suscita questionamentos, uma vez que desloca o eixo da diferença sexual para a função reprodutiva, reforçando a associação entre feminino e maternidade. Como observa Irigaray, a tradição ocidental tende a reconhecer o feminino apenas sob a forma da falta ou da função materna, sem admitir uma sexualidade feminina autônoma e múltipla, frequentemente simbolizada pelo clitóris, cuja lógica de prazer não se subordina à reprodução. Nesse sentido, perguntar “por que o útero e não o clitóris?” evidencia que a escolha do útero como signo privilegiado da feminilidade não é neutra, mas remete a um imaginário que valoriza a capacidade de concepção em detrimento do erotismo feminino, reinscrevendo a mulher no lugar de matriz da vida e da família. Assim, ainda que Horney rompa com o falocentrismo freudiano, sua hipótese pode ser interpretada como uma inversão simétrica que permanece presa à lógica binária da diferença sexual, substituindo a primazia do falo pela idealização da maternidade, em vez de pensar o feminino como positividade plural que escapa tanto à falta quanto à função reprodutiva.

Essas experiências e conflitos são intensificados por um evento crucial na sexualidade humana: o Complexo de Édipo, um conceito elaborado através da análise de pacientes neuróticos. Freud explicitou que a criança possui um primeiro objeto de amor: a pessoa que se ocupa de seus cuidados (função materna). No entanto, com o

²²⁷ HORNEY, Karen. **Psicologia feminina**. Rio de Janeiro: Imago, 1991, p. 60-66.

passar do tempo, a criança começa a perceber que o amor da dupla é barrado por um terceiro²²⁸. O conceito do Complexo de Édipo foi assim nomeado pois tem como referência a narrativa mitológica do Rei Édipo, que mata seu pai para ter a mãe como esposa. É nessa trama que acontece o Complexo de Édipo: um “conjunto organizado de desejos amorosos e hostis que a criança sente em relação aos pais”²²⁹.

Ao reconhecer uma lógica estrutural no mito, o conceito adquire, com o tempo, um estatuto de universalidade na teoria freudiana, ou seja, uma leitura da condição humana atravessada por estruturas invariantes, entre elas o próprio complexo de Édipo. Ainda que Freud reconheça variações culturais, como ele discute em *Totem e Tabu*²³⁰, ao abordar povos “primitivos”, permanece em sua teoria a tentativa de encontrar, por trás das diferenças, um núcleo universal de funcionamento psíquico.

É nessa chave que a psicopatologia psicanalítica se organiza: como uma clínica do sujeito marcada por sua posição em relação ao Édipo, seja pela sua entrada, sua recusa ou seus modos de resolução, ou seja, cada estrutura clínica, seja neurose, psicose ou perversão, implica uma forma específica de posição nesse complexo.

Cabe, então, problematizar o quanto essa concepção também está atravessada por determinismos que articulam desenvolvimento psicosssexual e normatividade. Afinal, trata-se uma teoria da cultura e uma leitura da constituição do sujeito a partir de um parentesco específico.

Segundo Freud, o amor infantil é caracterizado por um egoísmo inerente. A criança, ao eleger a mãe como seu primeiro objeto amoroso, almeja exclusividade nos cuidados maternos:

É fácil perceber que o homenzinho quer ter a mãe só para ele, que sente a presença do pai como incômoda, que fica indignado quando este se permite fazer carinhos na mãe, que expressa sua satisfação quando o pai viaja ou está ausente.²³¹

No modelo clássico do Complexo de Édipo formulado por Freud, o menino deseja a mãe e identifica-se com o pai, concebido como rival. Esse arranjo pressupõe uma direção esperada do desejo e da identificação que, embora reconhecida como

²²⁸ FREUD, Sigmund. *Desenvolvimento da libido e as organizações sexuais* (1916). In: __. **Amor, sexualidade, feminilidade**, p. 224.

²²⁹ LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, J-B. **Vocabulário de psicanálise**, p. 56.

²³⁰ FREUD, Sigmund. *Totem e tabu* (1913). In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**, v. 11: Totem e tabu, Contribuições à psicologia do amor, O tabu da virgindade e outros textos (1912-1914). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 13-192.

²³¹ FREUD, Sigmund. *Desenvolvimento da libido e as organizações sexuais* (1916). In: __. **Amor, sexualidade, feminilidade**, p. 226.

recorrente, não esgota as possibilidades subjetivas.

Freud explicitou outra configuração, o chamado Édipo invertido, no qual os lugares de objeto amoroso e identificação são trocados. Nesse cenário, o menino pode identificar-se com a mãe e desejar o pai, ou a menina, identificar-se com o pai e desejar a mãe. Freud afirma que “o complexo de Édipo apresenta também uma forma invertida, na qual os objetos sexuais e as identificações mudam de lugar”²³².

Essa formulação evidencia que, para Freud, o percurso da constituição psíquica não é unívoco, mas composto por múltiplas articulações pulsionais, que incluem tanto elementos heterossexuais quanto homossexuais, a chamada bissexualidade psíquica. No entanto, ainda que essas possibilidades estejam reconhecidas em sua teoria, Freud trata o Édipo invertido como uma forma “outra”. A estrutura heterossexual é frequentemente colocada como universal, e as variações aparecem como exceções, o que acaba por reafirmar a primazia da norma heterossexual no modelo psicanalítico clássico.

Freud descreveu a fase final da trama edípica, em *O declínio do complexo de Édipo*²³³, explicitando que ao atingir o ápice, tem início um processo de repressão, marcando o início de um período conhecido como fase de latência. Durante essa fase, as manifestações do complexo tornam-se menos evidentes, enquanto o indivíduo se desenvolve em outras áreas psicosssexuais. Freud enfatiza que o término do complexo é desencadeado por dolorosas decepções, resultantes da frustração das tendências incestuosas da criança, as quais são rigorosamente proibidas e, portanto, nunca realizadas²³⁴.

Ernani Chaves reconstrói de modo rigoroso a crítica foucaultiana ao Édipo e ao estatuto da psicanálise no interior dos dispositivos modernos de saber-poder, mostrando que tal crítica não deve ser compreendida como uma simples rejeição da teoria freudiana, mas como uma problematização de suas condições históricas de emergência e de seus efeitos de normalização. O autor observa, inicialmente, que, embora Foucault não tenha tematizado diretamente o complexo de Édipo em *História da Loucura*, a questão já se encontra ali em estado latente, especialmente na análise das transformações das funções sociais da família a partir do século XVII. Nesse

²³² FREUD, Sigmund. *O declínio do complexo de Édipo* (1924). In: __. **Amor, sexualidade, feminilidade**, p. 241.

²³³ Ibidem, p. 247-259.

²³⁴ Ibidem, p.251.

contexto, a família passa a operar como instância de redistribuição e controle das relações sociais, configurando-se como matriz privilegiada de produção da subjetividade moderna²³⁵.

Chaves examina a leitura foucaultiana da tragédia de Sófocles. Na conferência “A verdade e as formas jurídicas”, Foucault interpreta Édipo Rei não como expressão universal do drama psíquico familiar, mas como testemunho histórico das práticas jurídicas e dos modos de produção da verdade na Grécia antiga. O drama evidenciaria uma forma específica de investigação baseada em testemunhos, interrogatórios e provas, característica de um regime jurídico particular. Assim, a tragédia não revelaria a estrutura eterna do desejo humano, mas um determinado modo de articulação entre saber, poder e verdade. Chaves enfatiza que, para Foucault, o Édipo não constitui uma “estrutura fundamental da existência humana”, como supõe a leitura psicanalítica, mas o resultado de práticas históricas que organizam a investigação da verdade e a atribuição da culpa²³⁶.

É nesse ponto que emerge o diálogo e também a tensão com as interpretações estruturalistas e psicanalíticas. Chaves mostra que Foucault se aproxima das leituras de Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet, que entendem a tragédia grega como fenômeno histórico vinculado às instituições da pólis, e se distancia da tendência de universalização do complexo de Édipo. Ao enfatizar o caráter histórico da obra de Sófocles, Foucault desloca a questão do desejo para o campo das práticas sociais e jurídicas, recusando a ideia de uma estrutura psíquica trans-histórica²³⁷.

Chaves também examina a provocativa hipótese foucaultiana de que o “complexo de Édipo” pode ser compreendido como efeito da própria civilização moderna. Foucault sugere que a ligação entre desejo e inconsciente, pressuposto fundamental da psicanálise, não constitui dado natural, mas construção histórica. Nessa perspectiva, o Édipo funcionaria como instrumento de articulação entre poder e saber, organizando a interpretação do sujeito em torno da família e da sexualidade. O autor destaca que, para Foucault, a psicanálise participa do dispositivo de sexualidade ao produzir uma forma específica de inteligibilidade do desejo, centrada no triângulo pai-mãe-filho²³⁸.

²³⁵ CHAVES, Ernani. **Foucault e a psicanálise**, p. 104.

²³⁶ Ibidem, p. 104–105.

²³⁷ Ibidem, p. 104.

²³⁸ Ibidem, p. 105.

Essa crítica se radicaliza quando o autor aborda a proximidade entre Foucault e as teses de Gilles Deleuze e Félix Guattari em *O Anti-Édipo*²³⁹. Segundo Chaves, Foucault reconhece na obra desses autores uma tentativa de demonstrar que o complexo edipiano não expressa uma estrutura universal do inconsciente, mas constitui uma construção histórica que canaliza e domestica o desejo. O Édipo funcionaria, assim, como mecanismo de interiorização das relações de poder, fazendo com que o desejo permaneça confinado ao espaço familiar e impedindo sua difusão no campo social mais amplo. A função do triângulo edipiano seria garantir que o desejo não ultrapasse os limites da família, reproduzindo as formas dominantes de organização social²⁴⁰.

Nessa perspectiva, Foucault nega explicitamente que o Édipo corresponda a uma estrutura fundamental da existência humana ou a um dado natural da psique. Em vez disso, trata-se de uma configuração histórica específica da família burguesa moderna, resultante de práticas pedagógicas, jurídicas e médicas que reorganizam as relações entre pais e filhos²⁴¹.

Nesse sentido, aquilo que se convencionou denominar “estrutura edipiana” passa a operar como matriz de inteligibilidade do desejo e das relações afetivas na cultura ocidental, não como dado universal da psique, mas como efeito de processos históricos específicos de subjetivação. Fomos, assim, constituídos por dispositivos que nos conduzem a reconhecer a nós mesmos segundo esse modelo familiar, no qual a dinâmica pai-mãe-filho se apresenta como forma privilegiada de compreensão dos vínculos, dos conflitos e do sofrimento²⁴².

Nesse contexto, a psicanálise contribuiria para a estabilização dessa modalidade de subjetividade ao traduzir tensões sociais, políticas e institucionais em termos intrafamiliares, reforçando a centralidade do triângulo edipiano como chave interpretativa dominante do sofrimento psíquico. Tal operação tende a deslocar ou obscurecer outras determinações do mal-estar ligadas às condições materiais de existência, às relações de poder e às formas de organização social, convertendo-as em conflitos privados e internalizados. Como consequência, aquilo que poderia demandar formas de elaboração coletiva ou engajamento político é frequentemente

²³⁹ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2010.

²⁴⁰ CHAVES, Ernani. **Foucault e a psicanálise**, p. 105.

²⁴¹ Ibidem, p. 105.

²⁴² Ibidem, p. 106.

reinscrito como drama íntimo, circunscrito ao espaço familiar e às economias do desejo individual.

Como abordado anteriormente, a articulação entre sexualidade e família constitui o eixo organizador do dispositivo moderno da sexualidade, cuja problematização sistemática, a partir do século XVIII, emerge sobretudo no interior da burguesia, deslocando a atenção para o corpo, a reprodução e a saúde da população e instaurando um conjunto de práticas de vigilância, controle e normalização vinculadas à biopolítica²⁴³. Nesse processo, a família burguesa torna-se o espaço privilegiado de intervenção, onde se consolida uma verdadeira pedagogia da sexualidade baseada na vigilância das crianças, na medicalização dos comportamentos e no disciplinamento dos corpos — especialmente os femininos —, produzindo categorias diagnósticas como a “mulher nervosa”, a criança “onanista” ou o adolescente “em perigo”, cujo objetivo não é apenas reprimir, mas organizar e regular a vida corporal de modo a torná-la útil, previsível e socialmente ajustada²⁴⁴.

Contudo, tais mecanismos não permanecem restritos às classes dominantes: ao longo do final do século XVIII e do século XIX, eles são progressivamente estendidos às classes populares por meio de políticas de higiene, natalidade, regulação econômica e preservação da força de trabalho, convertendo a sexualidade em questão de interesse público e em instrumento de gestão da população²⁴⁵. Desse modo, a burguesia não apenas disciplina seus próprios corpos, mas estabelece um ideal de corpo saudável, produtivo e moralmente regulado que passa a operar como padrão social difuso, irradiando-se para outros estratos sociais e configurando uma forma de padronização que ultrapassa as fronteiras de classe²⁴⁶, fenômeno perceptível no contexto brasileiro, onde modelos familiares, morais e corporais associados à ordem burguesa europeia foram historicamente importados como norma civilizatória, orientando políticas públicas, práticas institucionais e expectativas sociais mesmo entre grupos que não compartilham das condições materiais que lhes deram origem.

Assim, o controle do corpo e da sexualidade constitui um projeto político mais amplo, que ultrapassa os limites de uma classe específica e se apresenta como

²⁴³ Ibidem, p. 107.

²⁴⁴ Ibidem, p. 107.

²⁴⁵ Ibidem, p. 107.

²⁴⁶ Ibidem, p. 107–109.

modelo universal de família e de moralidade. A família burguesa torna-se paradigma normativo, irradiando suas práticas para toda a sociedade e contribuindo para a consolidação de uma moral sexual que regula comportamentos e produz subjetividades²⁴⁷.

Nesse texto, Freud admite as limitações de sua compreensão sobre o percurso feminino, reconhecendo que o material de que dispõe a esse respeito “é muito mais obscuro e lacunar”, mas passa a diferenciar, com maior ênfase, a noção de Complexo de Castração na constituição psíquica de meninos e meninas: Enquanto o menino vive sob a ameaça da perda do pênis, a menina, segundo Freud, percebe sua ausência como “um fato irrevogável”²⁴⁸.

Apesar de possuir pouco material acerca da posição feminina, expõe nesse texto sua posição em relação ao feminismo: “A exigência feminista por igualdade entre os sexos não nos leva muito longe, pois a diferença morfológica vai se expressar em distinções no desenvolvimento psíquico. A anatomia é o destino”²⁴⁹.

Roudinesco²⁵⁰, comenta esta passagem como intérprete do discurso freudiano, destacando que o sentido da célebre frase ‘a anatomia é o destino’ não deve ser compreendido de modo estritamente biológico. Freud estaria, nesta ocasião, parafraseando Napoleão, que haveria dito que a política é o destino. O ponto central, segundo a psicanalista, não seria a anatomia em si, mas a forma como ela é interpretada e inscrita no psiquismo a partir das relações familiares, sociais e culturais.

Ainda assim, tal enunciado deixa revelar uma descrença quanto à possibilidade de transformação social reivindicada pelo feminismo – na política. Freud não se interrogou sobre o que a sociedade poderia fazer da anatomia, isto é, sobre como o corpo é atravessado por práticas discursivas e políticas que lhe conferem sentidos. Ao naturalizar a diferença sexual no corpo, sua formulação deixa de considerar o potencial histórico e cultural de resignificação da anatomia.

A afirmação freudiana segundo a qual “a anatomia é o destino” expressa uma concepção na qual a diferença morfológica entre os sexos é tomada como fundamento último das distinções psíquicas e das posições subjetivas, conferindo à biologia um estatuto normativo na organização da vida psíquica. Essa perspectiva aproxima-se da

²⁴⁷ Ibidem, p. 109.

²⁴⁸ Ibidem, p. 252.

²⁴⁹ Ibidem, p. 252.

²⁵⁰ ROUDINESCO, Elizabeth. **Sigmund Freud em seu tempo e em nossa época**, p. 338.

ideia de uma “antropologia psicanalítica”, na medida em que atribui à estrutura anatômica um alcance universal e trans-histórico. Tal perspectiva aproxima-se de uma verdadeira antropologia psicanalítica, na medida em que atribui à estrutura anatômica um alcance universal e trans-histórico. Em contraste, Beauvoir, como vimos anteriormente, desloca radicalmente esse horizonte ao compreender a feminilidade não como decorrência direta da natureza biológica, mas como resultado de processos históricos de socialização e de inscrição simbólica do corpo. Sob essa perspectiva, aquilo que Freud formula como destino anatômico pode ser relido como efeito de normas culturais e de relações de poder que transformam diferenças corporais em hierarquias sociais e simbólicas. A posição freudiana passa, então, a evidenciar menos uma verdade universal sobre a feminilidade do que os limites de uma teoria ainda vinculada a um paradigma naturalista, incapaz de tematizar plenamente a dimensão histórica e política pela qual o corpo feminino é interpretado, regulado e vivido.

Trata-se, portanto, de uma formulação controversa. Se, por um lado, Freud reconhecia que a natureza, em sua dimensão biológica, pouco poderia dizer sobre fenômenos tão humanos e subjetivos quanto a sexualidade, por outro, permaneceu ancorado em um ponto cego que reduzia a sexuação feminina e masculina a um dado corporal privilegiado.

Maria Rita Kehl, no posfácio de *Amor, sexualidade e feminilidade: obras incompletas de Sigmund Freud*²⁵¹, aponta que a discussão acerca da feminilidade nas décadas de 1920 e 1930, marcada por intensos debates entre psicanalistas europeus, revela a dificuldade do campo em lidar com o que Freud chamou de “enigma da mulher”, traduzido na questão feita a Marie Bonaparte: “*afinal, o que quer uma mulher?*”²⁵².

Roudinesco apontou que nos textos de Freud, a mulher aparece como enigma, como “continente negro”, como mãe onipotente ou amante silenciosa. As referências à mitologia, como as Moiras, e à literatura, em especial às tragédias de Shakespeare, revelam uma concepção de feminilidade profundamente enraizada na fantasia masculina, na qual a figura feminina é simultaneamente objeto de desejo, temor e

²⁵¹ KEHL, Maria Rita. *Posfácio*. In: FREUD, Sigmund. **Amor, sexualidade, feminilidade: obras incompletas de Sigmund Freud**. Organização de Ivan Corrêa e Márcio Seligmann-Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 308-309.

²⁵² Ibidem, p. 308.

idealização. Nessa perspectiva, a mulher é frequentemente representada segundo uma tripla figura: mãe, esposa e destruidora, imagens que remetem tanto à experiência infantil masculina quanto aos mitos fundadores da cultura europeia²⁵³.

Para Roudinesco, a representação contraditória da mulher presente na obra de Freud é inseparável de sua condição de homem do século XIX, herdeiro de ideais românticos, da filosofia da natureza e de uma cultura patriarcal. Ao mesmo tempo que o psicanalista afirmou que as mulheres nada ganhariam com a educação ou com a vida profissional, paradoxalmente, incentivou sua emancipação e reconheceu sua relevância para o futuro da psicanálise. Para Freud, somente mulheres formadas no próprio referencial psicanalítico teriam condições de compreender em profundidade a sexualidade feminina²⁵⁴.

Controvérsias sobre o tema da sexualidade feminina se estabeleceram entre a vertente vienense (Ruth Mack Brunswick, Marie Bonaparte, Helene Deutsch) e a inglesa (Melanie Klein, Karen Horney e Ernest Jones). A primeira mais propensa a integrar as formulações freudianas, e a segunda, mais crítica²⁵⁵.

Ao revisitar as elaborações de Horney e de Klein, Kehl enfatiza como ambas abriram brechas no pensamento psicanalítico para outras leituras possíveis: a primeira ao questionar a suposta naturalidade da inveja do pênis, e a segunda ao recolocar o peso da relação materna no desenvolvimento da subjetividade²⁵⁶.

Assim, o que está em jogo nesse período histórico não é apenas a tentativa de compreender a sexualidade feminina, mas também o embate entre a manutenção de uma ortodoxia freudiana e os esforços, sobretudo de autoras mulheres, em introduzir deslocamentos. Kehl sugere que o “mal-estar” do feminino na psicanálise reside justamente nessa tensão: entre a fixação do falo como medida universal e as tentativas de dar lugar a uma alteridade que escapa à lógica da castração²⁵⁷.

A partir de 1925, mais especificamente, no artigo *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*²⁵⁸, o desenvolvimento da menina passa a ser examinado de modo mais abrangente e não apenas em paralelo ao

²⁵³ ROUDINESCO, Elizabeth. **Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo**.

²⁵⁴ Ibidem.

²⁵⁵ KEHL, Maria Rita. *Posfácio*, p. 308.

²⁵⁶ Ibidem, p. 309.

²⁵⁷ Ibidem, p. 309.

²⁵⁸ FREUD, Sigmund. *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos* (1925). In: _____. **Amor, sexualidade, feminilidade**, p. 259-276.

percurso do menino, um deslocamento significativo em relação às formulações anteriores, que tendiam a universalizar a experiência a partir da masculinidade.

Na fase do complexo de Édipo normal encontramos a criança ligada ternamente ao genitor do sexo oposto, enquanto na relação com o do mesmo sexo prevalece a hostilidade. Para o menino, a mãe foi seu primeiro objeto de amor, e continua sendo, na medida em que seus anseios apaixonados se fortalecem, e, a partir do entendimento mais profundo em relação entre o pai e a mãe, o pai vai se tornar um rival. É diferente para a menininha.²⁵⁹

Em *Sobre a sexualidade feminina*²⁶⁰, Freud explicitou a especificidade da experiência edípica da menina. Enquanto o menino abandona o Complexo de Édipo diante da ameaça de castração, a menina ingressaria nele justamente ao se confrontar com o fato de já ser castrada. Nesse movimento, ao contrário do menino, que mantém a mãe como principal objeto de amor, a menina enfrentaria tarefas adicionais: deslocar seu investimento afetivo inicial da mãe para o pai e, assim, dar início ao Édipo. Outro ponto decisivo, segundo Freud, seria a transição da primazia do clitóris para a vagina como principal zona erógena, mudança que confirmaria sua maturidade sexual. Essa dupla passagem, do amor à mãe para o amor ao pai, e do gozo clitoridiano ao vaginal, a levaria a uma passagem da atividade (masculina) para a passividade (feminina) e tornaria mais complexa e dificultosa a trajetória do desenvolvimento psicosssexual feminino em direção à feminilidade²⁶¹.

O afastamento em relação à mãe é um passo altamente importante no desenvolvimento da menina; ele é mais do que uma mera mudança de objeto. Já descrevemos sua origem e a acumulação de suas supostas motivações, e agora vamos acrescentar que, de mãos dadas com ele, podem ser observados um forte rebaixamento das moções sexuais ativas e uma ascensão das passivas. Certamente os anseios ativos foram mais fortemente atingidos pelo impedimento [Versagung], demonstram ser completamente inviáveis e por isso também são mais facilmente abandonados pela libido, mas também do lado dos anseios passivos não faltaram decepções. Com o afastamento em relação à mãe, também cessa a masturbação clitoriana e, bastante, frequentemente, com o recalçamento da masculinidade pregressa da menininha, uma boa parte do seu anseio sexual fica permanentemente danificado. A passagem ao pai como objeto é realizada com o auxílio dos anseios passivos, na medida em que estes escaparam à reviravolta. O caminho para o desenvolvimento da feminilidade está agora livre para a menina, desde que não seja limitado pelos restos da superada ligação pré-edípica à mãe.²⁶²

Cabe aqui retomar e situar as críticas de Luce Irigaray às formulações freudianas. Em *Esse sexo que não é só um sexo: sexualidade e status social da*

²⁵⁹ FREUD, Sigmund. *Sobre a sexualidade feminina*, p. 286.

²⁶⁰ Ibidem p. 285-307.

²⁶¹ Ibidem, p. 258.

²⁶² Ibidem, p. 302-303.

*mulher*²⁶³, publicado originalmente em 1977, a filósofa e psicanalista “excomungada” abordou a oposição entre gozo clitoriano e vaginal, formulada por Freud como passagem da imaturidade à maturidade sexual, e também da virilidade à feminilidade. Ao desqualificar o prazer clitoriano como “infantil” ou “viril” e reduzir a sexualidade da mulher madura ao modelo da erotização vaginal, a teoria freudiana incorre em um erro de anatomia, já que o orgasmo dito “vaginal” é também clitoriano por estimulação indireta²⁶⁴. O clitóris não é somente um botão externo, mas uma estrutura complexa e ramificações internas se estendem em torno da vagina, uretra e região pélvica.

Além disso, Irigaray questiona por que Freud não teria reconhecido a pluralidade erógena do corpo feminino. Para ela, clitóris, lábios, vulva, vagina, colo do útero, útero e seios constituem múltiplas zonas importantes à sexualidade feminina. Não somente em seus aspectos de prazer, como também em relação aos processos como a menarca, o ciclo menstrual, a gravidez, a menopausa. A tentativa de hierarquização ou de centralização na genitalidade reduzida à vagina denuncia um dos sintomas mais evidentes da colonização simbólica do corpo da mulher²⁶⁵.

A crítica também se estende à relação da menina com a mãe. Como já mencionado, Freud descreve um momento decisivo no desenvolvimento psicosssexual da menina: o Complexo de Castração, responsável pela entrada na menina no complexo de Édipo. Concomitantemente, esse evento inauguraria, uma ferida narcísica profunda, na qual a menina se percebe diminuída e atravessada por um sentimento de inferioridade, e posteriormente, de inveja, que exerce influência importante sobre a formação subsequente da identidade feminina e sobre suas relações interpessoais²⁶⁶.

Freud sustentou que a inveja do pênis acarreta diversas consequências para a menina, entre elas “o afrouxamento da relação terna com a mãe”²⁶⁷, seu primeiro objeto de amor. A menina passa então a acreditar que “a mãe é a responsável por tê-la trazido ao mundo uma criança tão insuficientemente dotada”, ou que a mãe não lhe ter proporcionado alimento ou amor em quantidade suficiente²⁶⁸. Esse deslocamento afetivo é, segundo o autor, um dos motivos que impulsionam a mudança objetal da

²⁶³ IRIGARAY, Luce. **Esse sexo que não é só um sexo**: sexualidade e status social da mulher.

²⁶⁴ Ibidem, p. 73.

²⁶⁵ Ibidem, p. 73.

²⁶⁶ FREUD, Sigmund. *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*, p. 265.

²⁶⁷ Ibidem, p. 266.

²⁶⁸ Ibidem, p. 296.

mãe para o pai, no momento de ingresso no Complexo de Édipo.

Além dessas acusações, a entrada no Complexo de Édipo intensificaria a hostilidade da menina em relação à mãe, agora percebida também como rival, aquela que recebe do pai aquilo que a filha gostaria de obter²⁶⁹. Ainda que Freud admita a mudança de objeto, da mãe para o pai, no desenvolvimento psicosssexual feminino, ele questiona a duração efetiva do vínculo entre mãe e filha. Observa que, em muitos casos, determinadas mulheres parecem nunca se desligar inteiramente da mãe, apresentando regressões psíquicas ao estágio pré-edípico, o que, segundo o psicanalista, poderia oferecer uma chave de compreensão para o chamado “enigma do feminino”²⁷⁰.

No vínculo inicial com a mãe, amor e ódio se entrelaçam, constituindo uma inscrição ambivalente que não se desfaz com a mudança de objeto. Assim, nas relações amorosas posteriores, a mulher tenderia a reencenar, de forma deslocada, aspectos dessa primeira relação: seja na repetição de padrões de dependência afetiva, seja na atualização de rivalidades e expectativas inconscientes. Desse modo, a escolha amorosa e a direção do desejo não se definiriam apenas pelas qualidades do parceiro ou parceira, mas também pelas marcas simbólicas deixadas pelo primeiro objeto de amor²⁷¹.

Freud observou que é comum que os segundos casamentos tenham maior possibilidade de êxito. Isso porque, no primeiro, emergiriam de maneira mais intensa as projeções ligadas à relação pré-edípica, herdeira de um vínculo profundo, apaixonado, mas também marcado por complexidades e ambivalências. Já em um segundo casamento, tais conteúdos tenderiam a se apresentar de forma esvaziada, permitindo relações menos sobrecarregadas por essas repetições inconscientes²⁷².

Irigaray, por sua vez, diz que, para se inserir na ordem simbólica vigente, a menina é convocada a romper com a mãe, que é também uma mulher. Esse afastamento inaugura uma lógica em que a relação com outras mulheres tende a se estruturar sob o rechaço ou rivalidade. Seria, portanto, necessário abandonar seus primeiros investimentos eróticos e afetivos, movimento que constitui uma ruptura violenta de seus vínculos. A esse processo soma-se ainda a interpretação dominante

²⁶⁹ FREUD, Sigmund. *A feminilidade*, p. 334.

²⁷⁰ FREUD, Sigmund. *A sexualidade feminina*, p. 334.

²⁷¹ Ibidem, p. 292.

²⁷² Ibidem, p. 297.

da homossexualidade feminina a partir do modelo masculino: o desejo entre mulheres é reduzido à imitação do desejo viril, apagando-se tanto a especificidade quanto a positividade dos vínculos eróticos e afetivos entre mulheres²⁷³.

Nesse sentido, Freud considera que, na menina, o Complexo de Édipo não ocupa o lugar de acontecimento central. Diversos outros processos o antecedem e assumem maior relevância em sua constituição psíquica. Como afirma o autor, “na menina, o Complexo de Édipo é uma formação secundária”²⁷⁴, de modo que o período pré-edípico se torna o momento de maior importância na sexualidade feminina, exercendo influência determinante sobre todos os desdobramentos posteriores.

Outro ponto destacado por Irigaray diz respeito ao modo como Freud situa o desenvolvimento feminino praticamente definido antes da puberdade, no período pré-edípico, “em um momento em que o ‘órgão propriamente feminino’ ainda não teria sido plenamente descoberto”. Essa antecipação evidencia, segundo ela, o peso das determinações sociais, políticas, econômicas e culturais que impõem à mulher, desde cedo, um destino prescrito antes mesmo que ela possa experimentar seu desejo de forma autônoma. Freud delineou três possíveis trajetórias para as mulheres na articulação de sua feminilidade. A primeira corresponderia ao afastamento da sexualidade, motivado pela insatisfação em relação ao clitóris, o que conduz ao abandono da vida sexual. A segunda possibilidade seria a fixação no chamado “complexo de masculinidade”, caracterizada pela persistente expectativa de adquirir um pênis. Por fim, a terceira via referir-se-ia à escolha do pai como objeto amoroso, conduzindo à entrada no Complexo de Édipo²⁷⁵.

Adiante, em 1933, no texto *A feminilidade*, Freud sistematiza, de forma mais didática, tais saídas subjetivas possíveis para a menina diante da castração. A frigidez corresponderia à incapacidade de alcançar a satisfação sexual genital considerada adequada, mantendo a mulher “fora do jogo” da sexualidade. Ao se frustrar no Complexo de Castração, a menina abdica de sua atividade sexual, assim como do amor pela mãe. O chamado “complexo de masculinidade”, por sua vez, seria marcado pela recusa da castração, com a reafirmação da atividade fálica e uma identificação com a mãe fálica ou com o pai, podendo também se expressar pela

²⁷³ IRIGARAY, Luce. **Esse sexo que não é só um sexo**: sexualidade e status social da mulher, p.82-83.

²⁷⁴ FREUD, Sigmund. *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*, p 269.

²⁷⁵ FREUD, Sigmund. *Sobre a sexualidade feminina*, p. 291.

homossexualidade. Já a feminilidade, tal como concebida por Freud, exigiria a aceitação da passividade e o deslocamento da atividade fálica em direção ao pai. Nesse movimento, a menina buscaria nele o pênis que lhe falta; contudo, a feminilidade considerada “normal” apenas se realizaria quando esse desejo fosse simbolicamente transposto para o desejo de um filho²⁷⁶.

A partir disso, evidencia-se a centralidade atribuída por Freud à função maternal na constituição da subjetividade feminina considerada “normal”. Se, com Foucault, compreendemos que a distinção entre “normal” e “patológico” opera como dispositivo de regulação e manutenção da ordem social, é possível indagar: a quem serviria essa subjetivação ancorada no ideal da mulher-mãe?

Confinada ao papel de cuidadora exclusiva da família, a mulher ocupa posição estratégica na sustentação do capitalismo. Cabe a ela gerar, nutrir e educar a próxima geração, assumindo sozinha os custos simbólicos e materiais da reprodução social. Paradoxalmente, esse trabalho fundamental permanece invisível e não remunerado, o que assegura que o capital e o poder econômico continuem sob domínio patriarcal. Ao vincular a feminilidade à maternidade como destino, a teoria freudiana não apenas legitima, mas também se alinha ao ideal burguês de família de seu tempo, reafirmando a divisão sexual do trabalho e seus efeitos de desigualdade.

Para Irigaray, a teoria freudiana subordina o erotismo feminino à economia da reprodução, de modo que a mulher é simbolicamente transformada em mãe de seu parceiro. A vagina, em vez de reconhecida em sua potência erógena própria, é reduzida a “abrigo do pênis, continuidade do seio materno”, restringindo o corpo feminino à lógica da satisfação masculina. A autora critica, ainda, a persistência da posição passiva como traço essencial da feminilidade, fundada em sua função reprodutora, o que configura uma violência simbólica. Essa lógica se aproxima de discursos de legitimação do estupro, sobretudo quando a passividade é descrita como ápice do gozo feminino e como modelo implícito da relação sexual.

Irigaray também desloca a discussão freudiana para a dimensão econômica e jurídica da subordinação feminina, denunciando o destino que confina a mulher ao espaço doméstico, “escravizada às tarefas do cuidado sem qualquer contrato que lhe assegure reconhecimento ou autonomia”. A substituição de vínculos jurídicos explícitos pelo contrato matrimonial perpetua a dependência econômica e social da

²⁷⁶ FREUD, Sigmund. *A feminilidade* (1933), p. 331-333.

mulher, mesmo diante do declínio do paternalismo clássico. Ao recusar explicações biologizantes para a frigidez e ao evidenciar o peso das determinações históricas na sexualidade feminina, Irigaray convoca a psicanálise a enfrentar os limites de seu campo teórico. Surge então a questão: seriam a frigidez e a dependência femininas efeitos inevitáveis do processo de sexuação, ou consequências de um acesso historicamente restrito ao desejo e à autonomia na esfera pública?

Em consonância com essa crítica, Valeska Zanello sintetiza a lógica cultural vigente ao afirmar que “aos homens é ensinado a desejarem coisas, já às mulheres, é ensinado a desejar os homens”²⁷⁷. Essa formulação explicita como a socialização de gênero orienta de forma assimétrica os investimentos de desejo: para os homens, voltados para a apropriação de bens, status e objetos; para as mulheres, direcionados para a busca e manutenção de relações afetivas.

A noção freudiana de uma “feminilidade normal” também pode ser problematizada à luz de Butler. Para a autora, o que se entende por sexo e, por consequência, as expectativas em torno de uma maturação psicosssexual dita “feminina”, não é um dado natural, mas o efeito de práticas reguladoras que produzem identidades coerentes segundo uma matriz cultural de gênero. Essa matriz sustenta-se na heterossexualização do desejo, instaurando oposições assimétricas entre “masculino” e “feminino”, tomados como expressões de uma verdade anatômica subjacente.

Tal normatividade define os limites do que pode existir, tornando certas identidades impensáveis, pois desafiam a lógica que faz parecer que gênero e desejo decorrem diretamente do sexo. Assim, modos de subjetivação que não se ajustam ao modelo binário e heterossexual são interpretados como falhas de desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, ecoando, ainda que de forma não intencional, o ideal freudiano de um destino “normal” rumo à feminilidade, centrado na heterossexualidade e na aceitação da diferença sexual. Contudo, a persistência dessas identidades “ininteligíveis” e a possibilidade de que cada sujeito se constitua de modo singular, revela os limites do regime de saber-poder que regula o sexo e o gênero, abrindo espaço para desestabilizar a noção de uma feminilidade normativa e para compreender o feminino como um campo múltiplo, aberto e não derivado de um núcleo pré-discursivo.

²⁷⁷ ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Brasília: Technopolitik, 2018, p. 53.

Ainda no texto *A feminilidade*, Freud retoma a noção de bissexualidade psíquica, segundo a qual tanto homens quanto mulheres carregam em si elementos biológicos e psíquicos de passividade e de atividade. É nesse contexto que ele realiza, pela primeira vez, uma diferenciação significativa:

Poderíamos pensar em caracterizar psicologicamente a feminilidade através da preferência por metas passivas. Naturalmente, isso não é a mesma coisa que passividade; é preciso uma grande porção de atividade para que uma meta passiva se estabeleça. (...) Devemos, contudo, atentar para que a influência das normas sociais não seja subestimada, normas que, de forma semelhante, forçam a mulher para situações passivas.²⁷⁸

Nesse momento, Freud começa a considerar, ainda que de modo titubeante, a influência das determinações sociais na constituição da subjetividade feminina — tema que já vinha sendo problematizado por psicanalistas e feministas de sua época. Ele escreve:

Tudo isso ainda está muito obscuro. Não queremos ignorar uma relação particularmente constante entre feminilidade e vida pulsional. A repressão à sua agressividade, que é prescrita constitucionalmente e imposta à mulher socialmente, favorece a formação de intensas moções masoquistas, que conseguem vincular eroticamente as tendências destrutivas voltadas para dentro. O masoquismo é, portanto, como se diz, legitimamente feminino.²⁷⁹

Ao mesmo tempo em que Freud reconhece o papel das imposições sociais na repressão da agressividade feminina, reinscreve tal efeito em um registro de essencialização, atribuindo ao masoquismo o estatuto de traço “legítimo” da feminilidade. Assim, a possibilidade de uma leitura histórico-social é rapidamente absorvida em uma lógica que naturaliza a interiorização da violência como destino da mulher.

Outro ponto abordado por Freud é o Supereu feminino, sugerindo que, devido à ausência da angústia de castração como força reguladora, o processo de dissolução do Édipo na menina seria incompleto, repercutindo em uma constituição superegóica menos intensa:

Com a ausência da angústia de castração, falta o motivo principal que havia pressionado o menino a superar o complexo de Édipo. A menina permanece nele por tempo indeterminado, só o desconstrói mais tarde e de maneira incompleta. A formação do Supereu tem de sofrer sob essas circunstâncias, ele não consegue atingir a intensidade e a independência que lhe conferem a sua importância cultural e — as feministas não gostarão de ouvi-lo, quando lhes apontamos os efeitos desse fator para o caráter feminino mediano.²⁸⁰

²⁷⁸ FREUD, Sigmund. *A feminilidade* (1933), p. 317-318.

²⁷⁹ Ibidem, p. 318.

²⁸⁰ Ibidem, p. 335.

Haveria, segundo o autor, uma menor independência moral e uma limitação no acesso da mulher àquilo que nomeia de “importância cultural”. A colocação associa o desenvolvimento psíquico pleno à experiência masculina, relegando a mulher a uma posição de déficit estrutural. Esse argumento, ao vincular o superego feminino a uma suposta insuficiência, reforça a ideia de que a mulher estaria menos preparada para assumir funções sociais, políticas e culturais de maior responsabilidade. Ao antecipar que “as feministas não gostarão de ouvi-lo”, Freud reconhece a dimensão polêmica de sua afirmação, mas também reinscreve a legitimação de uma diferença hierárquica entre homens e mulheres.

Ao concluir seu texto *A feminilidade*, Freud reconhece os limites de sua própria elaboração teórica. Afirma: “isso é tudo o que eu tinha para lhes dizer sobre a feminilidade. Certamente está incompleto e fragmentário, e nem sempre soa amigável” acrescentando ainda que, “se quiserem saber mais sobre a feminilidade, então se perguntem às suas próprias experiências de vida, ou voltem-se aos poetas, ou esperem até que a ciência possa lhes dar informações mais profundas”²⁸¹. Essa passagem evidencia que, para o próprio autor, a questão feminina permanecia como impasse no saber psicanalítico. Ao mesmo tempo, esse reconhecimento abre espaço para que tais formulações sejam revisitadas, permitindo que articulações científicas, subjetivas, teóricas, políticas e poéticas, se inscrevam.

²⁸¹ Ibidem, p. 341.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo desta dissertação partiram de um problema central: compreender de que modo os discursos psicanalíticos sobre a feminilidade foram historicamente constituídos, tensionados e reconfigurados à luz das críticas contemporâneas ao sexo e ao gênero. Para enfrentar essa questão, partiu-se do pressuposto de que, em vez de tomar as formulações psicanalíticas como descrições atemporais de uma suposta natureza humana universal, é mais fecundo analisá-las como práticas discursivas inscritas em condições históricas específicas, atravessadas por relações de saber, poder e modos de subjetivação. Essa escolha implica recusar a oposição simplificadora entre uma psicanálise “libertadora” e uma psicanálise “normativa”, e assumir, em seu lugar, o exame da ambivalência como chave de leitura: a clínica e a teoria psicanalíticas podem operar como campo de abertura do sujeito ao indeterminado, mas também como instância que, em certos contextos, estabiliza modelos de família, sexualidade e diferença sexual como padrões de inteligibilidade.

Nesse sentido, a interlocução com Michel Foucault ofereceu o eixo teórico-metodológico capaz de situar a psicanálise em seu horizonte histórico, isto é, no interior de uma modernidade marcada pela produção de saberes sobre o corpo, pela centralidade política da sexualidade e pela transformação da vida em objeto de governo. A analítica foucaultiana permitiu compreender que a sexualidade não constitui um domínio natural, originário ou simplesmente reprimido, mas um dispositivo estratégico que organiza discursos, instituições e práticas. O sexo torna-se, na modernidade, operador privilegiado de verdade sobre o sujeito: fala-se do sexo para dizer a verdade de si, para localizar a causa do sofrimento, para justificar hierarquias, para normatizar relações, para produzir classificações e para governar populações. Ao deslocar o foco da repressão para a produtividade do poder, Foucault evidencia que o regime moderno não se caracteriza por um silêncio sobre o sexo, mas por uma proliferação de discursos, técnicas e saberes que incitam a falar, examinam, categorizam e produzem sujeitos. Assim, a sexualidade emerge como terreno privilegiado de subjetivação: é nela que se condensam expectativas de normalidade, ideais de família, modelos de gênero e narrativas sobre a origem do desejo.

Ao situar a psicanálise nesse panorama, torna-se possível reconhecê-la como um acontecimento singular, mas não exterior ao dispositivo de sexualidade. A

psicanálise não inaugura do zero a centralidade do sexo; ela reorganiza essa centralidade ao introduzir uma lógica do inconsciente, da fantasia, da repetição e da divisão subjetiva, radicalizando formas modernas de inteligibilidade do desejo e da interioridade que, como sugere o último Foucault, encontram antecedentes importantes na tradição cristã. Com isso, a psicanálise ocupa uma posição paradoxal: por um lado, amplia o campo do dizível ao legitimar o sintoma como formação de sentido e ao reconhecer o valor de verdade da palavra do sujeito; por outro, pode reinscrever a sexualidade como eixo normativo, sobretudo quando a diferença sexual e a família heterossexual são tomadas como matrizes privilegiadas da constituição subjetiva. Essa ambivalência foi decisiva para o percurso do trabalho: ela desloca a pergunta “a psicanálise liberta ou oprime?” para questões mais rigorosas, tais como: em que condições históricas determinados conceitos se tornam hegemônicos? Quais efeitos de normalização acompanham certas formas de teorizar o feminino? Em que pontos a clínica pode operar como espaço de elaboração singular e não como instância de adequação?

O diálogo com a teoria feminista e com os estudos de gênero aprofundou essa problematização ao demonstrar que as categorias “feminino” e “masculino” não podem ser tratadas como dados naturais, mas como construções históricas e políticas. A reconstrução da emergência do conceito de gênero indicou que sua trajetória não é linear nem homogênea: trata-se de uma categoria que circula entre práticas médico-psicológicas, regimes jurídicos e disputas feministas. Assim, o gênero torna-se ferramenta analítica capaz de historicizar a diferença sexual, isto é, de deslocar a explicação do corpo tomado como destino para os modos históricos de significação das diferenças corporais.

Nesse movimento, as contribuições de autoras como Simone de Beauvoir e Luce Irigaray mostraram-se decisivas para a presente pesquisa. Beauvoir desloca o problema do “que é a mulher” para o “tornar-se mulher”, evidenciando que o corpo não é uma essência, mas uma situação interpretada e governada por estruturas sociais e simbólicas. Irigaray, por sua vez, denuncia os limites de um pensamento ocidental que tende a reconhecer o feminino apenas sob a forma da falta ou sob a forma da maternidade, apagando a positividade plural da sexualidade feminina e revelando o caráter falocêntrico de certas gramáticas do desejo.

Essa problematização se torna ainda mais complexa quando incorporamos as críticas interseccionais e decoloniais. A categoria “mulher”, longe de constituir unidade

homogênea, é atravessada por raça, classe, sexualidade, localização geopolítica e colonialidade. Essa constatação não implica dissolver a política feminista, mas deslocar seu fundamento: em vez de uma essência comum, trata-se de pensar coalizões, alianças e disputas em torno de condições materiais e simbólicas de existência, reconhecendo que o universal pode funcionar como estratégia de apagamento e exclusão. Tal perspectiva contribuiu para sustentar um ponto central do trabalho: não há um sujeito feminino originário a ser descoberto sob as camadas da história; há modos históricos de produção do sujeito, atravessados por hierarquias, disputas e regimes de reconhecimento.

É nesse cruzamento entre Foucault, teoria feminista e estudos de gênero que a obra de Judith Butler assume papel estruturante. Ao recusar a ideia de um sujeito pré-discursivo e ao compreender o gênero como performatividade, Butler desloca a análise do “ser” para o “fazer”: gênero não é expressão de uma essência interior, mas efeito da repetição regulada de normas que produzem a aparência de substância identitária. Essa formulação foi central para esta pesquisa porque permite pensar, simultaneamente, (a) a força regulatória das normas de gênero e (b) a possibilidade de deslocamentos que emergem no interior da própria repetição. A norma não é apenas coerção externa: ela é condição de inteligibilidade. O sujeito se torna reconhecível ao incorporar, reiterar e “habitar” as normas; contudo, como toda repetição implica diferença e jamais se reproduz de forma absolutamente idêntica, abre-se também a possibilidade da subversão. Paródias, repetições imperfeitas e deslocamentos do script normativo tornam visível o caráter contingente e instável das próprias normas que procuram regular os sujeitos.

A interlocução crítica de Butler com a psicanálise foi particularmente fecunda no desenvolvimento do trabalho. Ao retomar Freud para pensar a “melancolia de gênero”, Butler ilumina o custo psíquico da inteligibilidade normativa: o tornar-se sujeito implica processos de perda, proibição e incorporação. A identidade sexuada se organiza como arquivo de renúncias, como vestígio de desejos interditos que persistem como ausência constitutiva. Desse modo, o gênero não pode ser compreendido apenas como imposição social exterior, mas como forma psíquica de sujeição: o sujeito se apegua às normas porque delas depende para existir simbolicamente, para ser reconhecido, para “contar” como alguém. Essa formulação permitiu ao trabalho deslocar a oposição entre norma e desejo para uma questão mais inquietante: por que o sujeito investe libidinalmente naquilo que o subordina? A

resposta, aqui, não pode ser moralista nem voluntarista: a sujeição não é simplesmente falha de consciência, mas condição de possibilidade da própria constituição subjetiva.

Ao articular essa perspectiva com a analítica foucaultiana do poder, tornou-se possível compreender a subjetivação como processo em que dominação e agência não se opõem de modo simples, mas se entrelaçam. O sujeito emerge na tensão entre reconhecimento e sujeição: para existir socialmente, precisa se tornar legível; para tornar-se legível, precisa submeter-se a quadros normativos; e, no entanto, é justamente no modo singular de habitar esses quadros que podem emergir deslocamentos e resistências. É nesse ponto que a política identitária foi tratada, ao longo do trabalho, como fenômeno ambivalente. Por um lado, constitui resposta legítima às exclusões históricas e instrumento de luta por direitos. Por outro, quando depende da estabilização identitária para obter reconhecimento jurídico e institucional, pode reiterar as mesmas categorias normativas que produzem exclusão e ininteligibilidade. A governamentalidade neoliberal intensifica esse cenário ao transformar identidades em categorias de gestão: o mercado e o Estado podem incorporar diferenças como marcadores administrativos, sem alterar necessariamente as estruturas materiais de desigualdade. Assim, a identidade oscila entre emancipação e governo, entre visibilidade e captura.

Esse percurso teórico-metodológico preparou o terreno para a leitura histórica de Freud no capítulo 3. A análise das perspectivas freudianas sobre a feminilidade buscou, desde o início, evitar dois riscos: (1) tratar Freud como “o vilão” a ser descartado pelo anacronismo; (2) tratá-lo como “autor da verdade” cuja teoria estaria acima da história. O esforço foi tornar visível a ambivalência interna de sua obra, bem como as condições culturais e políticas que atravessam suas categorias. Freud elaborou a psicanálise a partir da escuta de mulheres diagnosticadas como histéricas, produzindo um deslocamento decisivo na relação moderna entre saber e sujeito. Ao conferir valor de verdade ao sintoma e à palavra, a psicanálise recusa a hegemonia do olhar médico e inaugura uma clínica da interpretação, na qual o sofrimento não se reduz à lesão orgânica, mas se apresenta como formação de compromisso e como enigma. Esse gesto teve efeitos relevantes: permite ler a fala das mulheres para além da patologização estrita e abre uma possibilidade de reconhecimento do sujeito como aquele que fala e sabe, mesmo quando esse saber não é consciente.

Contudo, essa abertura não se deu fora das coordenadas de seu tempo. A

análise mostrou como a teoria freudiana da feminilidade se organiza em torno de operadores como castração e Édipo, frequentemente inscritos numa economia falocêntrica do visível e do valor. A “primazia do falo”, a recusa do feminino e a formulação da inveja do pênis constituem pontos de tensão: podem descrever modos clínicos de sofrimento produzidos por uma ordem social hierárquica, mas se tornam problemáticos quando elevados ao estatuto de estrutura universal, transformando desigualdade histórica em destino psíquico. Nesse sentido, a leitura proposta enfatizou que as chamadas teorias sexuais infantis não emergem em vazio simbólico. Elas são tentativas precoces de simbolização diante do enigma do sexo e da origem, mas esse enigma já aparece mediado por discursos, interditos e assimetrias culturalmente organizadas. Quando a criança supõe a universalidade do pênis, não se trata apenas de desconhecimento anatômico, mas também da captura por uma gramática social que privilegia um significativo e, a partir dele, hierarquiza o que conta como presença e o que aparece como falta.

A tese da inveja do pênis exemplifica essa ambivalência. A hipótese não precisa ser descartada como caricatura: ela pode descrever certos sofrimentos efetivos, especialmente em contextos de desigualdade e rebaixamento do feminino. O problema emerge quando a teoria naturaliza a hierarquia: o pênis aparece simultaneamente como órgão e como signo de valor social; o que Freud descreve como “inveja” pode ser lido como efeito de uma distribuição desigual de reconhecimento, autoridade e agência entre os sexos. Nesse ponto, as críticas feministas e psicanalíticas, como as de Karen Horney, se mostram produtivas por revelarem que o debate é estrutural: ele coloca em questão a medida do valor, a centralidade do falo e as formas de reconhecimento do corpo feminino. Ao mesmo tempo, a própria hipótese de Horney (“inveja do útero”) evidencia um risco: trocar o falo pela maternidade como signo privilegiado pode reinscrever o feminino na função reprodutiva. A crítica de Irigaray radicaliza a questão ao mostrar que o pensamento ocidental tende a reconhecer a mulher como falta ou como mãe, recusando uma sexualidade feminina múltipla, autônoma e não reduzida ao paradigma reprodutivo. A pergunta “por que o útero e não o clitóris?” torna-se, nesse contexto, operador crítico: revela que a escolha do signo não é neutra e que a normatividade pode se deslocar de um polo a outro sem romper a lógica binária.

A análise do complexo de Édipo, por sua vez, permitiu evidenciar como a teoria freudiana tende a centralizar um modelo de parentesco específico como matriz de

inteligibilidade do desejo. Ainda que Freud reconheça variações (como o Édipo invertido) e sustente a hipótese da bissexualidade psíquica, a gramática heterossexual permanece, muitas vezes, como horizonte privilegiado do desenvolvimento e da “resolução”. Essa questão se torna central para o diálogo com Foucault: a crítica foucaultiana ao Édipo, tal como retomada por Ernani Chaves, não se reduz a rejeição da psicanálise, mas problematiza suas condições históricas e seus efeitos de normalização. Ao retomar a tragédia de Sófocles, Foucault afasta-se da leitura psicanalítica que a interpreta como matriz universal do desejo inconsciente, privilegiando sua dimensão política enquanto peça atravessada por relações entre saber, poder e produção da verdade. A aproximação com leituras como as de Deleuze e Guattari intensifica o problema ao afirmar que o Édipo pode funcionar como tecnologia de domesticação do desejo: ao confinar o conflito ao âmbito familiar, tende a privatizar tensões sociais e políticas mais amplas, convertendo-as em drama intrapsíquico.

Além disso, tornou-se possível estabelecer um diálogo entre Foucault e Freud acerca do papel da transferência, compreendida, sob uma perspectiva foucaultiana, como potencial reforço da autoridade do analista, uma espécie de prolongamento das práticas psiquiátricas e da localização do poder em núcleos institucionais como a família e a figura médica. Freud, entretanto, formaliza a transferência de modo distinto: como resistência, “falsa ligação” e fenômeno presente na maioria das modalidades de tratamento, constituído por um campo ambivalente de afetos positivos e negativos: amor, mas também hostilidade, desconfiança e recusa, que devem ser elaborados e atravessados no processo analítico. Tal concepção desloca a ideia de que a transferência beneficiaria unilateralmente o analista, já que seria um efeito relacional, sustentado por uma eficácia simbólica que funciona como condição do tratamento e exige uma posição ética específica do analista, cuja própria dissolução integra o percurso da análise. Esse ponto é crucial para a tese do trabalho: se a psicanálise pode operar como instância de normalização, ela também contém, em sua ética e em sua técnica, recursos para não se converter em uma polícia da sexualidade e do gênero, desde que sustente o atravessamento da transferência e não estabilize o analista na posição de mestre da verdade.

Ao acompanhar as formulações freudianas sobre feminilidade “normal”, passividade, masoquismo e superego feminino, tornou ainda mais nítida a tensão entre abertura e normatização. Em diferentes momentos, Freud reconhece a

incidência das normas sociais na constituição do feminino; contudo, frequentemente reinscreve esse reconhecimento em traços essencializados, como quando atribui ao masoquismo um estatuto “legítimo” da feminilidade ou sugere uma constituição superegóica “menos intensa”, associada a limitações na “importância cultural”. Tais passagens evidenciam um ponto cego: a violência histórica (repressão da agressividade, interiorização da culpa, imposição de passividade) pode ser descrita como destino psíquico. Esse diagnóstico não tem como efeito “cancelar” Freud, mas torná-lo legível como homem de seu tempo, cuja teoria registra sofrimentos produzidos por uma ordem patriarcal e, ao mesmo tempo, participa da gramática que os naturaliza.

É também nesse ponto que a articulação com Foucault e com críticas feministas permite explicitar o alcance político da noção de feminilidade “normal”. Quando a feminilidade culmina no filho como substituto simbólico do falo e quando a maternidade se torna destino subjetivo, a teoria se acopla a um modelo de família e à divisão sexual do trabalho, organizando o feminino em torno do cuidado e da reprodução social. Em chave foucaultiana, isso não é detalhe: a distinção entre “normal” e “patológico” opera como prática divisória e regulatória. Em chave feminista, isso não é neutro: o cuidado, frequentemente invisibilizado e não remunerado, torna-se peça central da sustentação econômica e moral do capitalismo. Assim, interrogar a feminilidade “normal” significa perguntar: a quem serve esse destino? Que formas de vida ele reconhece, e quais torna impensáveis?

Ao final, sustentamos que a feminilidade, tal como formulada na tradição psicanalítica, não é apenas objeto de teoria: é também efeito histórico, constituído no entrelaçamento entre clínica, moral sexual, formas de família específicas: como a burguesa e regimes de inteligibilidade e reconhecimento. A perspectiva adotada não pretende atualizar Freud de modo anacrônico nem o julgar a partir de critérios contemporâneos, mas tornar inteligíveis as condições de possibilidade e os efeitos de normalização implicados em certas categorias, como castração, inveja, passividade, maternidade e superego, sem perder de vista a potência clínica da ruptura freudiana com a ideia de um sujeito soberano e com uma moralidade estrita do desejo. A partir dessa concepção de sujeito na psicanálise, torna-se problemático supor a existência de uma condução analítica específica para uma “sujeita feminina”, como se houvesse um percurso universal previamente traçado. Em vez disso, a experiência analítica aponta para o encontro singular de cada sujeito com sua própria história, seu desejo

e seus impasses, configurando menos uma adaptação a um modelo do que um processo de elaboração e criação de si.

Desse modo, as contribuições desta pesquisa podem ser sintetizadas em três movimentos. Primeiro, uma contribuição metodológica: mostrar que a psicanálise pode, e talvez deva, ser lida em sua historicidade, isto é, como discurso situado, atravessado por disputas e por regimes de verdade, e não como sistema imune ao tempo. Segundo, uma contribuição teórico-política: articular Foucault, teoria feminista e de gênero para compreender o gênero como dispositivo normativo e, simultaneamente, como forma psíquica de sujeição, iluminando o apego às normas como problema decisivo para pensar subjetivação e política identitária. Terceiro, uma contribuição teórico-clínica: delimitar que a ética psicanalítica contemporânea não pode se orientar pela manutenção de uma “verdade do sexo” nem pela adequação a destinos normativos de gênero; seu campo próprio é sustentar a singularidade do desejo e do laço, incluindo os impasses, as perdas e as reinvenções que escapam à captura por categorias fixas.

Quanto aos limites, é necessário reconhecer o recorte assumido. Este trabalho não se propôs a oferecer uma história total da psicanálise, mas tomou os pressupostos freudianos como ponto de ancoragem, deixando para um momento posterior a ampliação da investigação a autores que se inscrevem nessa tradição, bem como aos deslocamentos epistemológicos que a atravessam e a transformam ao longo do tempo. O objetivo foi delimitar um terreno histórico-discursivo capaz de tornar visíveis as condições de emergência, os efeitos de verdade e as ambivalências estruturais que atravessam esse campo, preparando, assim, o passo seguinte da pesquisa.

Por fim, esta dissertação assume que a tensão entre norma e desejo, entre reconhecimento e sujeição, não se resolve por via de uma síntese pacificadora. O feminino, aqui, não aparece como essência a ser descoberta, mas como campo de disputa e de produção histórica, atravessado por regimes de verdade e por contradições internas. É nessa aposta na singularidade, aliada ao reconhecimento do papel político das identidades como formas de visibilização e legitimação de sujeitos historicamente marginalizados e, simultaneamente à recusa de ontologias identitárias fechadas, que este trabalho se inscreve.

REFERÊNCIAS

ANTRA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024.** Brasília: ANTRA, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/>. Acesso em: 21 out. 2025.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida.** 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

_____. **O segundo sexo: fatos e mitos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BULAMAH, Rodrigo. **História de uma regra não escrita:** notas sobre o silêncio da homossexualidade na psicanálise. Revista Brasileira de Psicanálise, São Paulo, v. 53, n. 2, 2019.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder:** teorias da sujeição. Rio de Janeiro: Autêntica, 2017.

_____. **Desfazendo gênero.** Tradução de Alécia Bretas et al. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

_____. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

CARLOS, Roberto; CARLOS, Erasmo. **Mesmo que seja eu.** Intérprete: Marina Lima. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1984. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/71L8EDqOdFU3woxCMVj11B?si=acef318562a749ce>. Acesso em: 25 fev. 2026.

CASTRO, Edgardo. **El vocabulário de Michel Foucault: um recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores.** Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

CHAVES, Ernani. **Foucault e a psicanálise.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

CNN BRASIL. **Feminicídio bate recorde no Brasil em 2024, diz estudo.** CNN Brasil, 24 jul. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/feminicidio-bate-recorde-no-brasil-em-2024-diz-estudo/>. Acesso em: 29 dez. 2025.

DATASENADO. **Violência de gênero atinge 3,7 milhões de brasileiras.** Senado Federal, 24 nov. 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/11/24/datasenado-violencia-de-genero-atinge-3-7-milhoes-de-brasileiras>. Acesso em: 29 dez. 2025.

DELEUZE, Gilles. **Foucault.** Tradução de Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong.** São Paulo: n-1 edições, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2024**. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>. Acesso em: 21 out. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência 2025**. Relatório, 2025. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/atlas-da-violencia-2025-ipea-fbsp-2025/>. Acesso em: 29 dez. 2025.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **A hermenêutica do sujeito**: curso no Collège de France (1981–1982). Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Ditos e escritos V**: ética, sexualidade, política. Organização de Manoel Barros da Motta. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975–1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **História da loucura na Idade Clássica**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **História da sexualidade 3**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. **História da Sexualidade IV**: As confissões da carne. Edição de Frédéric Gros. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

_____. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

_____. **O nascimento da clínica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. **O sujeito e o poder.** In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul (org.). Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Segurança, território, população:** curso no Collège de France (1977–1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREUD, Sigmund. *A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno* (1908). In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**, v. 8. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. *Além do princípio do prazer* (1920). In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**, v. 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *Teorias sexuais infantis* (1908). In: FREUD, Sigmund. **Amor, sexualidade, feminilidade.** Organização de Ivan Corrêa e Márcio Seligmann-Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 104.

_____. *Desenvolvimento da libido e as organizações sexuais* (1916). In: FREUD, Sigmund. **Amor, sexualidade, feminilidade.** Organização de Ivan Corrêa e Márcio Seligmann-Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

_____. *O declínio do complexo de Édipo* (1924). In: FREUD, Sigmund. **Amor, sexualidade, feminilidade.** Organização de Ivan Corrêa e Márcio Seligmann-Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 241.

_____. *Cartas sobre a bissexualidade.* In: FREUD, Sigmund. **Amor, sexualidade, feminilidade.** Organização de Ivan Corrêa e Márcio Seligmann-Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

_____. *Sobre a sexualidade feminina* (1931). In: FREUD, Sigmund. **Amor, sexualidade, feminilidade.** Organização de Ivan Corrêa e Márcio Seligmann-Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

_____. *A feminilidade* (1933). In: FREUD, Sigmund. **Amor, sexualidade, feminilidade.** Organização de Ivan Corrêa e Márcio Seligmann-Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

_____. *Luto e melancolia* (1917). In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**, v. 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *O eu e o id* (1923). In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**, v. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *O mal-estar na civilização* (1930). In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**, v. 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *Psicologia das massas e análise do eu* (1921). In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**, v. 15. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Psicopatologia da vida cotidiana* (1901). In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**, v. 5. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

_____. *Recordar, repetir e elaborar* (1914). In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**, v. 10. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *Totem e tabu* (1913). In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**, v. 11. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905). In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**, volume 6: três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 13-172.

FREUD, Sigmund; BREUER, Josef. *Estudos sobre a histeria* (1895). In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**, v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

HADOT, Pierre. **O que é a filosofia antiga?** 6. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

HANISCH, Carol. *The personal is political*. In: FIRESTONE, Shulamith; KOEDT, Anne (orgs.). **Notes from the Second Year: Women’s Liberation**. New York: Radical Feminism, 1970.

HILST, Hilda. **Da poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HORNEY, Karen. **Psicologia feminina**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

IRIGARAY, Luce. **Esse sexo que não é só um sexo: sexualidade e status social da mulher**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2017.

JONES, Ernest. **A vida e a obra de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

KEHL, Maria Rita. *Posfácio*. In: FREUD, Sigmund. **Amor, sexualidade, feminilidade: obras incompletas de Sigmund Freud**. Organização de Ivan Corrêa e Márcio Seligmann-Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 308-309.

KLEIN, Melanie. **Inveja e gratidão e outros trabalhos** (1946–1963). Rio de Janeiro: Imago, 1991.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. **O seminário, livro 20: mais, ainda** (1972–1973). Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 71–78.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, J.-B. **Vocabulário de psicanálise**. Tradução de Pedro Tamen. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LATTANZIO, Felipe Figueiredo; RIBEIRO, Paulo de Carvalho. **Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero**. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 409-425, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala**: relatório para uma academia de psicanalistas. Tradução de Maria Cristina Franco Ferraz. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. **Testo junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

RÁDIO SENADO. **Mapa Nacional da Violência de Gênero aponta alta nos casos de feminicídio**. Conexão Senado, 03 set. 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/conexao-senado/2025/09/03/mapa-nacional-da-violencia-de-genero-aponta-alta-nos-casos-de-feminicidio>. Acesso em: 29 dez. 2025.

ROUDINESCO, Élisabeth. **Freud: em seu tempo e no nosso**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

_____. **Sigmund Freud em sua época e em nosso tempo**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

SANTOS, Mariana de Oliveira; CARVALHO, Luana Pires; ALMEIDA, Pedro Henrique. **Saúde mental, gênero e vulnerabilidade social**. *Revista Brasileira de Psicologia e Sociedade*, v. 36, n. 2, p. 45-62, 2024.

SCOTT, Joan W. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, 1995.

SILVA, Ana Paula da; LIMA, João Victor. **Determinantes sociais da saúde mental em mulheres e pessoas trans**. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, 2023.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TRANSGENDER EUROPE – TGEU. **Trans Murder Monitoring 2024 Update**. Berlin: TGEU, 2024. Disponível em: <https://tgeu.org/files/uploads/2024/11/TGEU-TMM-TDoR2024-Table-2.pdf>. Acesso em: 21 out. 2025.

WITTIG, Monique. **O pensamento heterossexual e outros ensaios**. Tradução de Heloisa Buarque de Hollanda e Lúcia Facco. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Brasília: Technopolitik, 2018, p. 53.